

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA

JANE DE ARAUJO MELO

AÇÃO E A INTROSPECÇÃO: ELEMENTOS DO TOTALITARISMO EM HANNAH ARENDT

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JANE DE ARAUJO MELO

**AÇÃO E A INTROSPECÇÃO: ELEMENTOS DO TOTALITARISMO EM
HANNAH ARENDT**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Porto Alegre

2024

JANE DE ARAUJO MELO

**AÇÃO E A INTROSPECÇÃO: ELEMENTOS DO TOTALITARISMO EM
HANNAH ARENDT**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Agemir Bavaresco

Prof. Dr. Luis Rosenfield

Prof. Dr. Ricardo George de Araujo Silva

Porto Alegre

2024

DEDICATÓRIA

Para Kelvin Amorim de Melo meu marido o qual me apresentou Hannah Arendt por quem me apaixonei. As longas horas de estudo e discussões com Kelvin acudiu em mim a ânsia de estudo com paciência, dedicação e orientação irretocável para essa pesquisa. Essa vivência acadêmica transformou minha vida, em vontade de existência plena de esperança.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelos ensinamentos que me tornaram a pessoa que, antes de tudo, nunca perderam a esperança num Brasil mais justo e digno aos brasileiros.

Aos meus irmãos, base de formação da minha subjetividade, companheiros de aventuras e descobertas.

Às minhas filhas e netos que renunciaram à minha presença física durante meu tempo de abdicação da vida fãmula para se aprofundar na pesquisa e ao fazer político na escrita filosófica.

Aos meus colegas de academia pela construtiva presença nas apresentações de pesquisas.

Ao corpo docente da PUCRS por todo o aprendizado, especialmente aos Professores Doutores: Agemir Bavaresco, Nythamar Oliveira, Claudio Almeida e Draiton de Souza.

Ao corpo administrativo da PUCRS pela paciência e orientação para uso correto de todo o aparato burocrático que facilitam a vida do pesquisador.

À CAPES que me possibilitou acesso a uma das melhores instituições de ensino e pesquisa do Brasil e por último, mas não menos importante à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS pelo crédito e confiança em meu potencial.

RESUMO

A presente dissertação explora a importância da ação política no espaço público, destacando as consequências da ausência ou falta de ação política na sociedade. Ao analisar o conceito de ação na obra de Hannah Arendt, a pesquisa revela a distinção entre a ação política grega e a ação das massas na modernidade a partir de um intercâmbio das concepções desenvolvidas por Arendt. Os capítulos também abordam eventos “políticos” modernos como ideologia e terror, o qual tivemos como objetivo problematizar o papel desses fenômenos na formação da sociedade, especialmente na sociedade de massa nos governos totalitários. A pesquisa também destaca elementos já identificados por Arendt na formação de regimes totalitários, a qual tem por finalidade examinar também o camuflado elemento que, no subterrâneo das classes decadentes da sociedade que contribuem para a formação de sociedades de massas suscetíveis à manipulação, encontram-se sob a introspecção. A ação, defendida por Arendt como a única forma do fazer político, a partir de nossa compreensão, no mundo moderno e contemporâneo, cedeu espaço para uma agitação de corpos que, por sua genuína falta de objetivo, ou seja, início, meio e fim, pode ser conduzido ao indizível governo nascido desse movimento: o totalitarismo. A discussão sobre condição humana da natalidade, ou seja, do iniciar ou fazer algo novo e dar continuidade em sociedades de massas, destaca a dificuldade de desenvolvimento pleno do pensamento reflexivo, uma vez que este novo nunca é completado. Assim, foi possível concluir que a introspecção se apresenta na contemporaneidade como um dos elementos-chaves para compreendermos em sua profundidade o fenômeno do totalitarismo, e por sua novidade, parece que merece maior atenção dos cientistas políticos e filósofos, dada a sua imagem de movimento, agitação, que pode ser facilmente confundida com o que chamamos de ação política na contemporaneidade pelo seu caráter de mobilização, moção.

Palavras-chave: Ação. Política. Introspecção. Alienação. Totalitarismo.

ABSTRACT

This dissertation explores the importance of political action in the public sphere, highlighting the consequences of the absence or lack of political action in society. By analyzing the concept of action in Hannah Arendt's work, the research reveals the distinction between Greek political action and the action of the masses in modernity through an exchange of Arendt's developed conceptions. The chapters also address modern "political" events such as ideology and terror, aiming to problematize the role of these phenomena in shaping society, especially in mass societies under totalitarian governments. The research also emphasizes elements already identified by Arendt in the formation of totalitarian regimes, aiming to examine the hidden element that, beneath the surface of decadent classes contributing to the formation of susceptible mass societies, lies within introspection. Action, advocated by Arendt as the only form of political agency, in our understanding, in the modern and contemporary world, has given way to a flurry of bodies that, due to their genuine lack of purpose—i.e., beginning, middle, and end—can be led to the unspeakable governance born of this movement: totalitarianism. The discussion on the human condition of natality, that is, the act of initiating or creating something new and sustaining it in mass societies, highlights the difficulty of fully developing reflective thought, as this novelty is never completed. Thus, it was possible to conclude that introspection presents itself in contemporary times as one of the key elements for understanding the phenomenon of totalitarianism in its depth, and due to its novelty, it seems to warrant greater attention from political scientists and philosophers, given its image of movement, agitation, which can be easily confused with what we call political action in contemporary times due to its mobilization and motion characteristics.

Keywords: *Action. Politics. Introspection. Alienation. Totalitarianism.*

EPÍGRAFE

“Tu te tornas eternamente responsável pelo que
cativas”
(Antoine de Saint-Exupéry 1943).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. IDEOLOGIA E TERROR: Desvendando as Raízes do Poder sobreposto à Ação 12	
3. O MOVIMENTO DAS MASSAS NA MODERNIDADE: Transformações Sociais e Desdobramentos	27
Emergência das Massas e o problema da ação: Uma Visão Arendtiana	27
Povo e ralé	27
Movimentos totalitários	29
4. GOVERNOS TOTALITÁRIOS E A AÇÃO POLÍTICA: Introspecção e Controle totalitário	36
5. AÇÃO POLÍTICA NA OBRA <i>A CONDIÇÃO HUMANA</i>: Da Natalidade à Ação nos Fundamentos Arendtianos	42
Ilimitabilidade e Imprevisibilidade da natalidade: Elementos-Chave para a Ação Política	57
6. ALIENAÇÃO - SOLIDÃO E INTROSPECÇÃO: Os elementos do totalitarismo sobre a (im)possibilidade do agir	63
Pensamento e Reflexão: Pontos de Encontro e Divergência no agir político.....	63
Alienação, Solidão e Introspecção: Desvendando Nuanças da política e sua relação com o Agir.	71
7. CONCLUSÃO	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

1. INTRODUÇÃO

A dissertação que segue à frente é uma exploração das ideias de Hannah Arendt, uma das pensadoras mais influentes do século XX, cuja obra e vida estão intrinsicamente interligadas. Arendt dedicou-se a compreender as complexas relações entre a ação humana e a política. A Filósofa busca na antiguidade a base do que para ela seria o início do pensamento político ocidental até a ruptura ocorrida no evento que Arendt denominou como uma nova forma de governo.

Acreditamos que o tema da pesquisa representa colaboração ao entendimento da atual sociedade de massas, fenômeno que se apresenta de forma globalizada na Era Moderna e que atravessa a Contemporânea.

A pergunta-problema que direciona esta pesquisa é fundamental para o entendimento do contexto e da relevância da teoria da ação até culminar com o evento que segundo Arendt inaugura o século XX e seus desdobramentos para além do século XXI. Assim temos como principal pergunta: Por que a falta de interesse dos indivíduos no agir voltado para a política? Entendemos que essa é uma indagação premente em um mundo onde a participação política é essencial para a vida. Sabemos que o agir político não se restringe ao mero exercício do dever do voto em tempos de eleição. A forma representativa democrática longe de ser confiável surge como escada para interesses pessoais de políticos de carreira. Antes pelo contrário, a verdadeira política parte do espaço público, o espaço onde a pluralidade humana se revela contundente. Ao mergulharmos nas obras de Arendt, investigaremos como seu pensamento pode lançar luz sobre as razões pelas quais muitos indivíduos se sentem completamente apartados do mundo, alienados no processo político, o que leva os seres humanos a esse estado de introspecção? Como podemos abordar essa questão de maneira mais eficaz?

A segunda e não menos importante pergunta-problema, "como a ausência de participação das pessoas no espaço público da política cria condições favoráveis ao *totalitarismo*? Questões como esta permeiam intrinsecamente a filosofia de Arendt, que enfatiza a importância da ação no espaço público da participação política. Por meio da análise de sua obra, pretendemos explorar a relação entre a falta de engajamento político e os conceitos de alienação, solidão e introspecção, e como Arendt nos oferece perspectivas sobre a superação dessa fase de apatia política em um mundo cada vez mais complexo e globalizado.

No primeiro capítulo intitulado “Ideologia e Terror: Desvendando as Raízes do Poder sobreposto à Ação” desta dissertação exploramos como Hannah Arendt na obra *As Origens do Totalitarismo* (1951) interpretou a falta de participação política e a apatia da população no período que antecedeu a formação do governo totalitário na Alemanha Nazista até culminar com o extermínio de milhões de pessoas. Arendt faz uma minuciosa análise de todo o cenário político Ocidental e conclui qual o papel da ideologia na política e sua forma de terror empregado como ferramenta de controle das massas.

No segundo capítulo intitulado “O movimento das massas na modernidade: Transformações Sociais e Desdobramentos” examinamos o conceito de "massas" na sociedade moderna, tema que Arendt explorou em sua pesquisa e do qual conclui que na Era Moderna o surgimento da sociedade de massa, se deu em substituição à sociedade de classes. Nesse sentido, foi investigado como a dinâmica das massas afeta a política e a ação humana. É importante destacar que o conceito de Ação não pode ser confundido com movimento, apesar de toda ação envolver um movimento, segundo Arendt, nem todo movimento reproduz uma ação.

No terceiro capítulo titulado “Governos totalitários e a ação política: Introspecção e Controle totalitário” abordamos as características comuns dos governos totalitários, que à época de Arendt na Europa se apresentava diferente do que temos observado desde a modernidade e na contemporaneidade, nosso foco está direcionado especialmente na questão do Direito a ter Direito, e na *Condição Humana* (1958) obra em que Arendt explora os direitos humanos, a violência totalitária e como estes fatos se relacionam entre si e revelam sua possibilidade exatamente pela falta de ação.

No quarto capítulo “Ação política na obra a condição humana: Da Natalidade à Ação nos Fundamentos Arendtianos” investigou-se em que sentido as atividades da *vita activa* e a *vita contemplativa* destacadas por Arendt a partir da Grécia antiga, incluindo a condição humana da natalidade e a ação política, se relacionam com a realidade moderna e contemporânea.

No quinto e último capítulo intitulado “Alienação - Solidão e Introspecção: os elementos do totalitarismo sobre a (im)possibilidade do agir” discutiu-se sobre como as compreensões de alienação, solidão e introspecção se aproximam e se distanciam diante da apreensão de Arendt com interseções ao longo de sua obra. Explorou-se também a compreensão a partir do pensamento de Arendt a respeito da atividade do pensamento como orientador da ação para as atividades do Espírito, nos quais estão inclusos *o pensar*, *o querer* e *o julgar*. Analisou-se como essa relação pode oferecer um esclarecimento

alargado sobre os conceitos utilizados por Arendt desde a sua obra até aqui de *alienação, solidão e introspecção* presentes no homem da massa e sua relação com a ação política a partir da Modernidade para a contemporaneidade, abordando as questões levantadas nas perguntas-problema iniciais deste trabalho.

2. IDEOLOGIA E TERROR: Desvendando as Raízes do Poder sobreposto à Ação

Mapeando Ideologias: Da Teoria à Prática

Arendt refere que as ideologias são perceptíveis ao reunirem argumentos científicos com implicações filosóficas para suscitar uma pseudociência. A própria palavra *ideologia* traz em si essa conotação de conhecimento a ser explorado, tal como exemplo a biologia que é uma ciência. O uso do sufixo *logia* que se origina do grego logos diz respeito a um tratado, um estudo, uma teoria. Tal como afirma Arendt (2012, p.624) “uma ideologia é bem literalmente o que seu nome indica: é a lógica de uma ideia, cujo objeto de estudo é a versão da história contada por seu criador com a derrubada das culturas e a imposição de uma nova ideia geralmente obtida através de um pré-conceito”.

A ideologia ou os “ismos” são fenômenos que surgiram no período compreendido entre o século VI e XXI, e somente após o *Totalitarismo* é possível aquilatar a influência da aparição desse fenômeno no cenário político através dos fatos ocorridos no totalitarismo. A lógica é o movimento do pensamento vazio que vai “da tese, através da antítese, para a síntese, que por sua vez se torna a tese do próximo movimento dialético” (Arendt, 2012, p. 625).

O perigo de trocar a necessária insegurança do pensamento filosófico pela explicação total da ideologia e por sua *Weltaanschauung* não é tanto o risco de ser iludido por alguma suposição geralmente vulgar e sempre destituída de crítica quanto o de trocar a liberdade inerente da capacidade humana de pensar pela camisa de força da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa (Arendt, 2012, p.625).

Arendt (2012, p. 627/8) enumera três elementos, especificamente totalitários, presentes no pensamento ideológico, a saber: (i) “pretensão de explicação total – sempre se orientam na direção da história” no caso do racismo partem da natureza que serve somente para explicar a história, o “pensamento ideológico”.

No caso das ideologias, o “sexto-sentido”¹, é entregue pronto sem qualquer possibilidade de reflexão, concluído independente do ato de pensar. (ii) “o conceito de inimizade é substituído pelo conceito de conspiração” (Arendt, 2012, p. 627) – as teorias da conspiração baseiam na criação de um vilão, as vítimas e o herói, são baseadas em falsas acusações, ideias mirabolantes que dentro do cenário totalitário formado por fatos fora da realidade, inspiram uma certa lógica; (iii) as ideologias têm o condão de transformar a realidade em uma lógica, pois “conseguem libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração” (Arendt, 2012, p. 628), os fatos são coordenados de forma a parecer lógico.

A base do alastramento do governo totalitário, tanto de Hitler que se vangloriava ter o “supremo dom de raciocínio frio como gelo” (Arendt, 2012, p. 629), quanto de Stalin com a “impiedade da sua dialética” (Arendt, 2012, p. 629) cujo terror sempre esteve presente, foram suficientes para a exploração dos trabalhadores, ou as aspirações nacionais da Alemanha, as quais foram responsáveis pelo desenvolvimento de ideologias hegemônicas que pretendiam colaborar para a criação de identidades que voltavam-se única e exclusivamente para um único tipo de visão de mundo. A segurança que garante o governo totalitário só ocorre quando por seus meios cruéis dominam a “força de vontade do homem para forçá-lo a mergulhar naquele gigantesco movimento da História ou da Natureza” (Arendt, 2012, p. 631).

É próprio aos indivíduos da massa² serem levados a acreditar que a única saída é a fidelidade total ao líder, de forma que qualquer um que ousar questionar ou pensar por si será imediatamente considerado traidor e eliminado. Foi através do discurso “Tudo que vocês são, o são através de mim; tudo o que eu sou, sou somente através de vocês”

¹ Cf. Arendt o sexto sentido é denominado de *sensu communis* que é entendido por ela como um sentimento compartilhado a todos os seres humanos. Sua principal tarefa é a permitir que os cinco sentidos pessoais (privados) se tornem adequados ao mundo sensível compartilhado com os outros. Dessa forma, ele assegura a comunicabilidade das sensações de todos os sentidos, ultrapassando a subjetividade inerente ao objeto ou à pessoa. (Schio, 2012, p. 106). “A emergência, com o cristianismo, da subjetividade jurídica não teve alcance político nos seus desdobramentos iniciais. De fato, de acordo com Hannah Arendt, uma das consequências importantes da difusão da mensagem cristã que afirmava a imortalidade da vida humana individual foi a de fazer com que a preocupação com a vida e a imortalidade do indivíduo tomassem o lugar antes ocupado pela preocupação com a vida e a imortalidade da polis. Esta visão antipolítica, voltada para a superioridade da *vita contemplativa*, diante do caráter ilusório da *vita activa*, trouxe, na análise arendtiana, uma alienação em relação ao mundo que tem, na época moderna, características muito específicas. Com efeito, os antigos e os medievais, ao rejeitarem o mundo dos homens, voltaram-se, desde Platão, para a busca e a contemplação da verdade eterna. Os modernos, para o mundo interior do ser, por força da dúvida que coloca em questão a eterna verdade das coisas”.

² Segundo Nádia Souki, “[...] há um traço que distingue as sociedades de massas das multidões dos séculos precedentes: é o fato de que, pela primeira vez, elas já não têm qualquer interesse em comum que possa ligá-las ou qualquer forma de vínculo ou consentimento comum” (SOUKI. *Multidão e Massa* – reflexões sobre o “homem comum” em Hannah Arendt e Thomas Hobbes. In: CORREIA (Org.). 2006, p. 142.

(Arendt, 2012, p. 456), que o líder do Nazismo congregou indivíduos isolados e aterrorizados sem a necessária capacidade de reação, sentiram-se presos a um cinturão de ferro que os imobilizou. A tudo isso foram acrescentados o segregamento dos desiguais, os trabalhos forçados, a fome, o frio, a ameaça de morte até a solução final dos campos de extermínio.

A Face do Terror no enfraquecimento da Ação: Implicações Políticas e Sociais

As atrocidades perpetradas pelo Totalitarismo mostraram ao mundo Moderno uma nova versão de governo que até aquele momento da História ainda não havia acontecido, não porque a forma tenha sido violenta, tampouco porque atacou primeiro as partes menos favorecidas, pois antes do domínio total, outras formas de governo já haviam mostrado essas faces tais como, a tirania, o despotismo e a ditadura que já eram formas violentas de governos e também de aparência monstruosa. Contudo, não se pode comparar com o Totalitarismo que superou em muito todas as demais formas de opressão humana.

Através dos caminhos percorridos por Arendt, com base em parte de sua própria experiência de vida, que ao ser atingida pela notícia dos campos de concentração em Auschwitz, localizado na Polônia, construído primeiramente para ser um alojamento da artilharia do exército, foi transformado em campos de concentração e extermínio em massa dos judeus perseguidos e presos pelo Nazismo. Assim, é possível entender a profundidade da escrita de Arendt sobre o terror perpetrado no *Totalitarismo*. Os indivíduos prisioneiros não eram criminosos, tampouco traidores, eram apenas pessoas cuja etnia não condiziam com os parâmetros imaginados e defendidos pelo nazismo e seus simpatizantes, ali eram exterminados de várias formas, em câmaras de gás, envenenados, executados a tiros, morriam contaminados por doenças, fome e frio, experiências supostamente médicas, todo tipo de tortura possível de ser imaginada ocorria naquele lugar.

Em *Origens do Totalitarismo (1951)* buscou antes de tudo compreender o horror que se mostrou como forma de governo que se instalou na Europa, matando milhões de seres humanos. Como era possível um governo que deveria conduzir a vida de pessoas, se transformar em Terror? Arendt não teve dúvidas; o caminho a ser trilhado é a História e suas várias guerras, *o antissemitismo o imperialismo e o totalitarismo*, ou seja, o desprezo pelas diferenças que ocorrem na pluralidade.

Arendt afirma que a perda da tradição filosófica da filosofia Grega, trouxe grande mudança no *mundo* humano, e para haver uma conciliação com o passado se fez

necessária esse entendimento, ou seja, apontar os principais pontos de crise na política, buscando no passado os fatos e analisá-los, mirando no futuro um novo possível caminho político.

Arendt afirma que a ameaça totalitária permanece bem presente na sociedade moderna, isto é, na sociedade pós-totalitarismo ou pós-governos totalitários, pois acredita que esse tipo de governo poderia ser utilizado de forma recorrente em outros países por outros governantes.

Desde a Antiguidade o mundo humano passou por diversas transformações na sua formação e organização como sociedade. Do modelo de governo na Grécia antiga, cuja divisão era atrelada especialmente à manutenção da vida biológica de todos através do trabalho exercido no espaço privado, comandado pelo *paterfamilias* e executado por escravos, mulheres e servos livres, a fim de garantir a manutenção da vida biológica de todos e proporcionar ao *pater* a liberdade de participar da *política*, pois o domínio da *pólis* era o espaço da liberdade³, ou seja, a condição imposta para ingressar nesse espaço, era ter garantida a satisfação das necessidades biológicas.

Quanto aos escravos e mulheres, a quem era destinado o trabalho na *oikia*, os quais não eram considerados cidadãos, dada sua condição, nenhuma aparição no espaço público da *ágora* era almejada, a esses as aspirações eram o repouso e a farta alimentação que garantia a vida. O “desprezo” dos povos antigos pelo trabalho, se devia ao fato de que o consideravam como uma imposição da natureza do corpo físico e impedia a liberdade da contemplação livre, conduziu os menos favorecidos para essa atividade dentro do mesmo círculo da manutenção pura e simples do corpo biológico. As preocupações com a sobrevivência da família, localizava-se na esfera pré-política, no espaço privado que quando bem administrado pelo *pater*, garantia a participação no espaço público.

Importa não perder de vista que as diretrizes que moviam os assuntos tidos como político discutidos na *ágora*, pelos *pater familias*, variavam desde questões do conhecimento geral, da natureza das coisas e sua importância, até aquelas relativas e centradas no homem, ou seja, seu conhecimento, sua educação, sua organização política, e ainda a busca pela virtude.

A grande tensão da constante satisfação das necessidades biológicas, retira dos seres humanos a liberdade de possibilidade de ação pois a preocupação com o atendimento do necessário da manutenção da vida passa a ser revelada e o “domínio

³ Cf. Arendt (2020, p. 37) “Se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida no lar constituía a condição óbvia para a liberdade na *polis*.”

público, deixa de ser o protetor não tanto da liberdade [de ação], mas do processo da vida e dos interesses vitais da sociedade e seus indivíduos” (Arendt, 2021, p. 265). A política fica reduzida a condição de governantes e governados. O todo é o que se apresenta, uma grande multidão de indivíduos soltos e sem aspirações afora a sobrevivência do próprio corpo biológico, semelhante a “meros animais”.

Absolutismo nasceu entre metade do séc. XVI e séc. XVII. Estritamente falando, talvez tenha nascido em meados do séc. XVII, no reinado de Luís XIV. Certamente não corresponde a uma monarquia tradicional - direito divino dos reis -, mas ao surgimento do estado-nação e da noção de soberania., cujo comando era conduzido por um monarca representante da vontade divina. Este governo teve como principal atributo conter as guerras civis decorrentes da reforma protestante, “e o fato aqui é que jamais ocorreu uma revolução em nome do cristianismo antes da era moderna” (Arendt, 1988, p.54). Somados a isso, as notícias que partiam da América para a Europa, instigaram também as classes trabalhadoras a exigirem igualdade tal como na nova terra conquistada pelos Americanos, onde uma nova ordem secular garantia a todos os homens condições iguais. Evidente que o ponto inicial e conseqüente mudança na forma de governo, teve início na Revolução Francesa, no século XVIII e posteriormente a revolução industrial alavancou a produção que implicou fortemente nos próximos anos.

As três formas de governo que se apresentam de acordo com seus princípios orientadores e critérios de ação foram categorizadas por Montesquieu (1689 -1755), as quais inspiraria tanto governantes quanto governados na atividade pública e que serviria como critérios de julgamento juntamente com a legalidade, assim descritas: na monarquia a honra; na república a virtude e na tirania o medo. Num governo totalitário, o terror é a causa absoluta da cessação da ação, como realmente foi com o nazismo.

Nas condições do terror total, nem mesmo o medo pode aconselhar a conduta do cidadão, porque o terror escolhe as suas vítimas independentemente de ações ou pensamentos individuais, unicamente segundo a necessidade objetiva do processo natural ou histórico (Arendt, 2021, p. 622).

Todas as decisões eram tomadas pelo Führer e deveriam ser obedecidas pelos demais, preferencialmente sem qualquer contestação, nesse caso a única exigência era que o Estado atuasse dentro da legalidade.

A população europeia encontrava-se desmontada, resultado da decadência do corpo político social, que gerou a dispersão das classes cujos indivíduos se aglutinaram numa grande massa de homens e mulheres frustrados e desamparados. A I Guerra foi a primeira a utilizar em grande escala novas tecnologias bélicas, como metralhadoras,

lança-chamas, aviões, artilharia de longo alcance e outras que deixaram um número de mortos até então nunca visto na história humana. A guerra terminou em 1918, com a derrota das Potências Centrais. As únicas marcas restantes da I Guerra eram a destruição, nada de novo restou sobre isso. O cenário político e social adequado para o crescimento de uma ideologia.

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores [...]. As massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto. (Arendt, 202, p. 439).

O Século XX demonstrou ser esse o momento de um novo desamparo humano. No prefácio à edição das *Origens do Totalitarismo* (1951) Arendt refere-se a uma série de guerras e revoluções, evidencia assim que as guerras sempre ocorreram desde o início da civilização, sejam guerras para a conquista de novos territórios, de possessão de povos para obtenção de riqueza e poder, os homens produzem de tempos em tempos em algum lugar do mundo algum conflito armado. Os efeitos das guerras no espírito ainda não são completamente evidenciados ou devidamente destacados em sua extensão e capacidade de destruir o íntimo do ser humano, um animal dotado de sentimentos e consciência. Em menos de vinte anos os seres humanos mesmo antes do acontecimento da Segunda Guerra Mundial, em sua grande maioria, entregaram-se novamente à ideologia de um poder tirânico, representado pelo Nazismo. Um único homem conduziu vários homens a um tipo de governo de extermínio em massa supostamente dentro da lei. Hitler conduziu homens para todos os palcos do espetáculo do Terror, nunca antes visto e sequer um dia imaginado pelos Gregos.

A falta do pensamento reflexivo, somados a atomização da sociedade, a propagação da ideologia ligada à figura de Hitler possibilitou sua ascensão. A idolatria envolve buscar em "um homem" a representação de "alguém" que possa orientar e proteger os seres humanos comuns, diante do desamparo e medo do mundo humano, bem como das forças imprevisíveis da natureza.

Para compreender esta questão da idolatria na figura de Hitler, somos levados a uma aproximação um tanto quanto breve nesse trabalho, no qual já temos como certa a grande participação da massa no governo totalitário na Alemanha Nazista. Assim, descrevemos, ainda que brevemente sobre *A psicologia das multidões* (*La psychologie*

des foules), onde Le Bon (2021), explica que as multidões se revestem em sua ideologia de um salvador e o quanto essa figura protetora passa a ser admirada pelas multidões, tão logo aquele Homem se manifeste a favor de interesses aleatórios e indefinidos da multidão.

Não se é religioso apenas quando se adora uma divindade, mas quando se aplicam todos os recursos do espírito, todas as submissões da vontade, todos os ardores do fanatismo a serviço de uma causa ou de um ser que se tornou o alvo e o guia dos sentimentos e das ações (Le Bon, 2021, p. 72).

Certamente não foram os falsos heróis que causaram sozinhos a Inquisição ou o terror. A multidão em uníssono incitava as barbáries, decorrência das promessas do ídolo cumpridas à sua maneira, ou seja, vencer o medo a qualquer custo, seja esse medo do que for, essa é a promessa que atrai a multidão de indivíduos deslocados de seus lugares, se é que algum dia se sentiram pertencentes a qualquer sociedade que seja. A multidão que aparece e desaparece.

O totalitarismo é um fenômeno do séc. XX, para o qual Arendt traça um percurso dos elementos cristalizadores do totalitarismo que se encontram na Era Moderna. Esse valoroso conjunto de conceitos filosóficos-históricos objetivados a partir dessa ruptura na história, é destinado a compreender o sentimento que assola os seres humanos desnaturalizados de suas vidas, com os descobrimentos da ciência na Era Moderna. Desta forma, Arendt busca rastrear as origens da moderna alienação provocada pelo desenvolvimento do conhecimento da força humana sobre as forças da inóspita natureza do Planeta Terra, com o trabalho de reificação de um *mundo* (Correia in Arendt 2020, p. XXV).

O *Totalitarismo*, por seu ineditismo, rompe totalmente a tradição política de organização, inaugurando a era da obediência movida pelo terror. A violência e o terror têm a inimaginável capacidade de doutrinação de homens usando como instrumento o medo, sentimento natural de todos os seres humanos. O medo é o sentimento de autopreservação, contudo tomado pelo pânico o ser humano paralisa diante do perigo.

Os movimentos totalitários, possuem características específicas como a idolatria, as propagandas intensas sobre as ações governamentais, o medo, todas visam transformar as classes, quaisquer que sejam elas em *massas*. Segundo Arendt:

[...]a propaganda dos movimentos totalitários, que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha é invariavelmente tão franca como mentirosa, e os governantes totalitários em potencial geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros. [...] e, a experiência demonstrou que o valor propagandístico do mal e o desprezo geral pelos padrões morais independem

do interesse pessoal, que se supõe ser o fator psicológico mais poderoso na política (Arendt, 2012, p. 435).

Esse tipo de movimento que se apresenta como uma forma de “organização política” que escapa ao senso comum⁴ (*sensus communis*), sua forma de atuação, ainda que legalista, nada tem de justa e que uma vez experimentado, permanece no subsolo da sociedade da era moderna.

A experiência do Totalitarismo na Alemanha, culminou com uma abominável maneira de exterminar uma grande parcela da população, especialmente as diferentes, as indesejáveis segundo os critérios estabelecidos pelo projeto desse tipo de governo. Certamente o Totalitarismo deu vazão à maior e mais inacreditável capacidade humana de matar sob os auspícios de garantia de uma humanidade perfeita, com isso, os campos de extermínio foram aperfeiçoados.

Ainda agora não se pode dizer que o mundo humano esteja livre de outros eventos tão calamitosos assim como foi o nazismo. Arendt afirma: “que [o totalitarismo] não desaparecerá com a morte de Stálin, como não desapareceu com a queda da Alemanha nazista” (Arendt, 2012, p. 611).

O Totalitarismo difere-se das ditaduras, não somente pelo seu ineditismo, uma vez que primeiramente se utilizam especialmente da propaganda com culto aos benefícios propostos, exaltação do líder sempre baseada em mentiras, grandiosidades de mudanças sociais e políticas, em que essas propagandas são elaboradas a partir da necessidade e com capacidade para arregimentar as massas. O típico governo totalitário, embora adote também os meios utilizados nas tiranias, foi considerado por Arendt como um acontecimento inenarrável, pois ainda que tenha aparência de organização política, se vale da intimidação e dos instrumentos de pura violência, de há muito conhecidos das tiranias, despotismos e ditaduras que fracassaram, contudo se apresentam como “forças tradicionais da política” seja ela liberal ou socialista.

O terror nos governos totalitários começa a ser preparado antes mesmo da instalação do governo. Surge das condições do cotidiano dos seres humanos que por sua vida entregue às necessidades básicas ou por algum outro motivo optam pelo afastamento das atividades que exijam contatos com outros. O esfacelamento do Estado-nação

⁴ Utilizamos aqui o entendimento de Arendt extraído da filosofia de Cícero quando diz que “Mesmo desprovidos de quaisquer conhecimentos científicos sobre arte e proporção, todos nós distinguimos bem “entre o certo e o errado”. Isso porque diz ele “a natureza não quis que ninguém fosse totalmente inepto para sentir e experimentá-las”, haja vista que elas *estão* radicadas [enraizadas] *no sensus communis*”. Desse modo, entre “o culto e o ignorante” existem apenas uma pequena diferença quando o assunto envolve esse tipo de juízo. (Cícero, 1960, p.81). in CF Correia ... [et al.] 2022 p. 403. (grifo nosso).

propiciou sobre maneira a desagregação das classes, sejam sociais ou de trabalhadores, sem a qual o indivíduo não se reconhece, tampouco é reconhecido. Isolado o ser humano perde a capacidade de agir em conjunto que é a *conditio* para a ação.

As sociedades de massa, ou simplesmente *massas*, são compostas de homens e mulheres isolados devido ao enfraquecimento dos laços sociais. Compreendemos que o isolamento destrói a pluralidade⁵ que é característica essencial para o desenvolvimento dos humanos, condição para a vida, pois a força dos seres humanos está na capacidade de agir em concerto e trabalhar em conjunto. Destruir essa capacidade sempre foi típico dos governos tirânicos que ordenam e requerem obediência em substituição à ação e o diálogo. Entretanto, esse isolamento social, que é diferente da solidão que é uma iniciativa privada, e não afeta a capacidade de pensar, sentir e criar, importante para os governos totalitários, pois enquanto preparam o terreno para a dominação, contam com a produtividade dos homens no isolamento solitário.

Para Arendt a pluralidade é o substrato do espaço da aparência, ou seja, o espaço público onde uns aparecem para os outros, sem distinção, “o espaço onde eu apareço aos outros e os outros aparecem a mim; onde os homens existem não meramente como as outras coisas vivas ou inanimadas, mas fazem explicitamente seu aparecimento” (Arendt, 2020, p. 246). Arendt afirma que esse espaço nem sempre existe, e que nenhum homem pode viver permanentemente nesse espaço. Ser privado dele significa ser privado da realidade que, humana é o mesmo que a aparência.

Portanto, de fundamental importância para a política é o fato de os homens desfrutarem da liberdade de aparecer, falar e agir no espaço público da aparência. É nesse espaço da aparência, na presença de outros que o homem afirma o “Ser” [homem].

Quando o homem deixa de aparecer no espaço público a ponto de que está privado da liberdade de realidade *mundana*, ocorre o esvaziamento de si, a desmotivação em aparecer e participar desse espaço nesse momento, ele se recolhe e se retrai. Caso esse recolhimento seja voluntário e temporário, para quando o homem o faz a fim de realizar

⁵ Cf Arendt em *A Condição Humana* (2020, p. 100) Um dos pilares da política é o importante conceito Arendtiano de pluralidade dá ao ser humano o sentimento de participação no *mundo* humano. “A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de tal modo que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá”. Para Correia ... [et ...al.]2022, p. “A presença de outros é fundamental, pois é o outro que atesta a existência singular ao ver e ouvir aquele que age e discursa, como explicitado na sétima lição do curso *Lições sobre a filosofia política de Kant* (1970) [...] A mesma ideia aparece no *Diário filosófico*: “os homens só existem no plural. [...] Deus os criou como homem e mulher” (Arendt, 2006, p. 287, tradução nossa). Portanto, o isolamento tem como consequência a decisão de abdicar da diferença, contudo ele também propicia abdicar-se da igualdade a qual se perde na pluralidade.

outras atividades que são também importantes para a manutenção da vida, esse recolhimento é salutar e edificante, entretanto se a retirada do espaço público se deva a imposições ou por conta de um sentimento de desagregação social, ocorre a atomização.

A atomização social e a individualização extrema precedem os movimentos de massa, que muito antes de atraírem, com muito mais facilidade, os membros sociáveis e não individualistas dos partidos tradicionais acolheram os completamente desorganizados, os típicos “não alinhados” que por motivos individualistas, sempre haviam recusado a reconhecer laços ou obrigações sociais. (Arendt 2012, p. 446).

Dessa forma, o homem isolado permanece no mundo humano, mas não se sente mais pertencente a ele, ao ponto de fechar-se, silenciar-se e como um caracol em sua concha que em repouso refugia-se no seu espaço de segurança privada. O ser humano isolado é acometido do medo e da típica insegurança pessoal.

Comprendemos existência de uma pequena, importante e mais séria diferença entre o isolamento aclarado por Arendt que considera a solidão o motivo para a perda do sentido no *mundo*, com o ser humano acometido da introspecção, dada que com relação a essa introspecção ocorre a total perda de referências sociais. Assim, a introspecção abarca maior literalidade como elemento formador dos indivíduos da sociedade de massas.

Aquilo que Arendt apresentou através do seu empreendimento literário ao deliberar sobre o que leva os homens a manterem-se completamente alheios a sua própria realidade. Sendo que o estado de introspecção ocorre quando, devido ao distanciamento do espaço da pluralidade, o sentimento de não pertencimento ao mundo plural e, ou a negação em que o indivíduo se coloca em razão de não Ser pertencente. Nesse estágio de isolamento total, incapaz de pensar sobre seu querer que não pode ser realizado no espaço público da aparência, deixa de discursar e agir, até que em dado momento, por pura necessidade de algo a se apegar, passa a “aderir” a uma ideologia para sua vida.

O domínio totalitário uma vez que chega ao poder, cuida de transformar os indivíduos da sociedade de massa que se encontram isolados em introspectivos, “pois na introspecção só está envolvido aquilo que a própria mente produziu; como ninguém interfere, a não ser o produtor do produto, o homem se vê diante de nada e de ninguém a não ser de si mesmo” (Arendt, 2020, p.347), destruindo também a vida privada que era minimamente possível. A destruição da privacidade humana através de medidas repressivas cada dia mais agressivas arranca dos homens qualquer expectativa de retorno ao mundo.

O homem isolado que perdeu o seu lugar no terreno político da ação é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans* cujo necessário “metabolismo com a natureza” não é do interesse de ninguém (Arendt, 2012, p. 634).

Compreendemos assim, em continuidade do processo de isolamento a ocorrência de introspecção⁶, sentimento de incapacidade total que leva o ser humano a fechar-se completamente para o mundo, limitando-o a uma vida sem qualquer sentido. A introspecção ocorrida na Era Moderna, faz do ser humano cada dia mais limitado numa vida circular do produzir para consumir. É mais que o isolamento, porque o isolamento pode ser considerado uma retirada espontânea da companhia dos demais. É diferente também da solidão que ocorre quando o ser humano prefere estar sozinho para pensar, contemplar, criar e julgar. A introspecção se dá quando esse indivíduo “já não é reconhecido como *homo faber*, mas como *animal laborans* cujo necessário “metabolismo com a natureza” não é do interesse de ninguém” (Arendt 2012, p. 634).

O domínio totalitário apropria-se desse ser humano antes relegado às margens da sociedade e o insere na massa através de ideologia e propaganda com mentiras e promessas. Esse indivíduo agora tratado como *animal laborans*, descaído da sociedade, transforma-se no indivíduo introspectivo. Arendt que ser retirado do *mundo* é “uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter” (Arendt, 2012, p. 634). Nessa fase da introspecção, o ser humano renuncia a qualquer outra atividade, que não seja de viver um dia de cada vez. A sociedade de massas onde ocorre uma grande quantidade de homens introspectivos, está sempre suscetível a qualquer ideologia que lhe dê promessas de sobrevivência (Cf. Arendt, 632-637).

A única capacidade do espírito humano que não precisa do eu nem dos outros nem do mundo para funcionar sem medo de errar, é que independe tanto da experiência como do pensamento, é a capacidade do raciocínio lógico, cuja premissa é aquilo que evidentemente é por si mesmo (Arendt, 2012, p. 637).

Aos indivíduos introspectivos da massa, as propagandas do governo e a constância dos discursos com exaltação das ideologias, tal como a supremacia da raça ariana fez na população da Alemanha ao perseguir os judeus e apoiar os discursos Nazistas. Os judeus inicialmente foram obrigados a usar uma estrela na vestimenta, obrigados a mudar de suas casas, e finalmente levados para os campos de trabalho e concentração. Com isso, eram

⁶ CF Silva (2018, p. 233). Para mais detalhes sobre o tema da introspecção consultar: SILVA, R. G. de A. Introspecção em Hannah Arendt: Rahel Varnhagen, uma pária em busca do mundo. *Princípios: Revista de Filosofia* (UFRN), [S. l.], v. 25, n. 48, p. 231–258, 2018. DOI: 10.21680/1983-2109.2018v25n48ID14055. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/14055>.

forçados ao trabalho ou simplesmente assassinados com crueldade e frieza. Fuzilados em frente aos demais para alimentar o terror diário.

Fora dos muros dos campos de concentração, a força das propagandas cria uma aparência de legalidade levada a público através das propagandas sempre fundamentadas em opiniões e mentiras. O antigo espaço público da aparência, “que é comum a todos nós e diferente do lugar que privativamente possuímos nele” (Arendt, 2020, p.64), foi transformado no palco da ideologia Nazista. Nos governos totalitários, o espaço público da aparência é tomado pela intensa propaganda. Assim, segundo Dias,

[...] através de diversas táticas, como a propaganda, a “duplicação do mundo”, o terror e a ideologia – engendram não a criação de um espaço de aparências (local onde a verdade e a mentira são possíveis e onde opiniões podem ser formadas), mas de um espaço de semblância, isto é, no local do mundo das aparências, impetram um mundo de semblâncias, onde só a mentira é possível e opiniões públicas não se desenvolvem (Dias, 2021, p.03).

As propagandas são grandes trunfos desse tipo de governo não só são constantes como também se utilizam de mentiras, geralmente fundamentadas em pré-conceitos, a fim de disseminar além do medo o ódio entre a população de determinados grupos, os quais são atraídos pelos adeptos do movimento que se apresentam como ideias logicamente demonstradas para os adeptos e os simpatizantes. Utilizando essa manobra de disseminação do ódio, de garantia de segurança, o governo totalitário instala o maior e mais cruel regime de governo. Com essas táticas o Nazismo dizimou uma parcela considerável da população em sua maior expressão eram judeus. As leis civis, não foram abolidas pelo regime, antes pelo contrário serviram como escudo protetor para todo tipo de barbárie.

Como inovação os governos Totalitários, destroem primeiramente os seres humanos de dentro para fora, no sentido do emocional para o físico, com o uso do terror, para posteriormente eliminá-lo.

Tem-se a partir de então, um tipo de formação de movimento que transforma toda a legalidade anterior em atendimento às “leis do movimento” as quais passam a ser executadas sempre e quando o movimento assim o determina, com o objetivo de tornar possível o movimento da natureza ou da história.

Se a legalidade é a essência do governo não tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário. O terror é a lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. [...].. “O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História” (Arendt, 2020, p. 618).

As leis são pensadas como dispositivos estabilizadores das relações humanas em sociedade, pois são elas que regem as ações humanas que são eternamente mutáveis e imprevisíveis. O direito dos homens dita as regras dos assuntos humanos através de um conjunto de leis que modelam as ações e jamais determinam as ações que são livres dentro do espaço público, visto que “a estabilidade das leis corresponde ao constante movimento de todas as coisas humanas, um movimento que jamais pode cessar enquanto os homens nasçam e morram” (Arendt, 2021, p. 619). As leis positivas são as medidas e contra freios das relações humanas da vida cotidiana de uma determinada localidade. Sem leis os homens são bárbaros.

O regime totalitário não abole as leis ordinárias, uma vez que essas se destinam a normatizar a vida dos seres humanos em sociedade, mas apenas as usam em seu próprio benefício, visto que não há um julgamento para determinar alguém como culpado, pois ao contrário dos tramites legais exigidos em julgamentos legalmente constituídos, bastam as evidências mais rasas para que a sentença de execução seja aplicada. A justiça é aplicada por aquele que interpreta a lei.

Contudo, na interpretação do governo totalitário, todas as leis são leis do movimento, sejam elas históricas ou naturais. Essas leis destinam-se a separar os homens, através de um cinturão de ferro que os reprime a tal ponto de que toda a espontaneidade, toda a liberdade cessa, e assim “é como se a pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas” (Arendt, 2021, p. 619). Em razão dessa destruição da pluralidade, os humanos perdem a essencialidade da vida humana que é a pluralidade, o pertencimento ao mundo humano, a ação e o discurso. O terror, além de eliminar a liberdade, acaba também com a fonte desta que está justamente no fato de cada novo ser humano é um *início*, é a manifestação da capacidade humana de começar de novo.

O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as “partes” em benefício do “todo”. A força sobre-humana da Natureza ou da História tem o seu próprio começo e o seu próprio fim, de sorte que só pode ser retardada pelo novo começo e pelo fim individual, que é na verdade, a vida de cada homem (Arendt, 2021, p. 618).

O terror diverge das tiranias, pois essas ainda mantêm um espaço público, mesmo que não seja de liberdade, contudo é possível que nesses pequenos espaços, alguns se arrisquem a agir, enfrentar as injustiças perpetradas pelo governante, mesmo que medrosos. Enquanto nos governos totalitários, a regra é sempre no sentido de tolher qualquer ato de liberdade, visto que seu propósito não é eliminar um homem ou vários

homens, mas sua função primordial é proporcionar às forças da natureza ou da história uma aceleração no processo que esperam ser evolutivo com a exclusão daqueles que acreditam ser os humanos indesejáveis para a ocorrência no processo de evolução.

Os governos são considerados mais seguros quanto mais duradouros e estáveis forem seus corpos políticos, pelo simples motivo de não existir essência diversa no corpo político, porque diz Arendt, voltando “a Platão – [que a essência] sempre foi definida com vistas à sua permanência” (Arendt, 2021, p. 621). Essa permanência só é possível quando o governo se mostra nem contra nem a favor da população, cujos indivíduos estejam sob o controle de leis ordinárias. E no governo totalitário ocorre justamente o contrário, não há nenhum princípio orientador de conduta dos seres humanos, cujo lema é o próprio terror. A única conduta a ser guiada e orientada para os habitantes de um país totalitário é o preparo para “que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação bilateral, que substitui o princípio de ação, é a ideologia” (Arendt, 2021, p. 623).

Quando o terror é a regra geral de um governo, nenhuma ação espontânea é possível. Com isso, os habitantes são simplesmente arremessados à própria sorte de modo que passam a viver num processo de isolamento do *mundo* humano, como se habitasse a natureza ou da história, e o movimento cuida de acelerar esse processo.

A produção transformada em processos tem em si o poder de transformar o modo natural do pensamento e realidade dos seres humanos, que a partir de então só reconhece o que ele mesmo produz. A partir da dúvida cartesiana “a ciência moderna definitivamente separa o Ser da *aparência*” (Correia *et al*, 2022, p. 26). Indivíduos isolados em seu mundo interior, tendem a perder o poder de reflexão e juízo, atividade essencial para que o ser humano referencie suas percepções sobre a realidade que os cercam. As propostas ideológicas tendem a apresentar uma ideia pronta, tal qual uma operação lógica na matemática, onde o resultado é obtido em conformidade com o esperado, com o que é dado. Uma vez aceita e aderida por esses indivíduos atomizados⁷

⁷ Ao assumir o poder, a principal estratégia do totalitarismo é tornar todas as camadas sociais em uma massa homogênea. Isso visa dismantlar a solidariedade que historicamente se formou nas comunidades, transformando-as em uma massa atomizada, manipulável e mobilizável para evitar qualquer forma de pluralismo. Um partido único e um aparato repressivo complementam esse cenário. As massas se desenvolvem a partir dos fragmentos de uma sociedade altamente atomizada, cuja estrutura competitiva, e a solidão daí resultante, só é limitada pela circunstância de pertencer a uma classe. A principal característica do homem de massa não é a brutalidade ou o atraso mental, mas o isolamento e ausência de relações sociais normais.

essa ideia transforma-se na atividade do fazer sem pensar, a automação da ação. Dessa forma, a Ideologia com sua faceta de lógica que alicia e agrega os indivíduos da massa.

Os movimentos totalitários dependiam menos da falta de estrutura de uma sociedade de massa do que das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada, como se pode constatar por uma comparação do nazismo com o bolchevismo [...] Stalin teve primeiro de criar artificialmente aquela sociedade atomizada que havia sido preparada para os nazistas na Alemanha por circunstâncias históricas. (Arendt 2021, p. 447)

A ideologia do movimento esconde em si o terror surgem apenas depois que homens atomizados da sociedade de massa aderem ao movimento como uma esperança, uma salvação para a libertação de todas as amarras, é a armadilha para a extinção da parcela vulnerável e apática, sem capacidade de aproximar a realidade da fantasia. A constituição de uma ideologia é própria de falta de contradições, o que à primeira vista torna-se tentadora para o homem de massa, que perdeu a capacidade de reflexão e juízo.

Em linhas gerais, neste capítulo, utilizando-se da perspectiva de Arendt, tivemos como intuito descrever, os dois fenômenos que estão intimamente ligados ao totalitarismo, a saber, a ideologia e o terror que transforma seres humanos em seres incapazes de se reconhecer pertencente ao *mundo*. A Alemanha Nazista demonstrou para o mundo inteiro que a figura de um líder que através de uma ideologia em uma sociedade de massas completamente desvinculada das questões políticas, permitiu o nascimento e o crescimento do “governo do horror”. No próximo capítulo, adentramos de forma mais profunda a questão das massas em Arendt.

3. O MOVIMENTO DAS MASSAS NA MODERNIDADE: Transformações Sociais e Desdobramentos

Emergência das Massas e o problema da ação: Uma Visão Arendtiana

Para Passos (2012, p. 71) é importante ressaltar que Arendt analisa a Era Moderna e o Mundo Moderno como espaços de tempo diferenciados, marcados pelos fenômenos da descoberta da América e a concomitante expansão marítima, a expropriação de terras eclesiásticas e a invenção do telescópio. A Era Moderna se dá partir de tais eventos, desdobraram-se consequências na vida dos homens, tais como a alienação do homem em relação ao mundo e a concomitante mudança de perspectiva em relação à realidade.

[...] o que se deve destacar é que nunca houve uma transubstancialização da raça humana em massa, tal como o que houve na modernidade. Segundo Hannah Arendt, esse fenômeno fomentou um tipo de ser degenerado que vaga pelas ruas das grandes metrópoles como sonâmbulo, que já não pode mais ser chamado de humano. Esse quadro demonstra que a raça humana se caracteriza por sua mutabilidade, podendo alcançar o ápice de “mutação pervertida”, quando ganha as feições do “cão de Pavlov”,³ que somente obedece a estímulos (Passos, 2012, p. 115).

Aqui, trataremos a respeito da formação e atuação dos elementos da sociedade de massas nos governos totalitários. A massa constituída do povo e ralé, de acordo com Arendt, são compostas por indivíduos que um dia pertenceu as classes sociais que aderem facilmente aos movimentos e às ideias da massa, acabam por desembocar nos movimentos totalitários, e, é por eles sustentado, são resíduos da sociedade, que são impulsionados simplesmente pelo ódio.

A ralé é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo “homem forte”, pelo “grande líder”. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída e odeia o Parlamento onde não é representada. (Arendt, 2012, p.160).

Enquanto por povo entende-se aqueles que fazem parte da política e pretendem mudar as condições da nação. A ralé, por outro lado, não participa nem por intelecto e nem por poderio financeiro, mas somente por aderência, nutrida pela raiva das instituições democráticas.

Povo e ralé

O momento do surgimento do Estado-nação na Europa, se apresenta como mudança no cenário político que se adequou perfeitamente às futuras ideologias. O final

do século XVIII, marca o auge da Idade Moderna porque foi inspirada no conceito de “Estado da Razão” (Arendt, 2021, p. 377 - 402). É nesse momento que o espírito nacionalista surge da forma que conhecemos hoje. O Estado moderno marcou o fim do feudalismo e deu início a uma nova forma de construção política. O poder foi entregue a um único monarca que governava a todos, ou seja, um regime absolutista. Tais acontecimentos e pensamentos transformaram a grande maioria dos seres humanos que antes eram tratados como menos que a minoria privilegiada.

A promessa de um Estado pertencente a todos acabou por forjar um sentimento de pertencimento a uma nação, que de certa forma, ocasionava a rivalidade entre nações e povos. As regras para o trabalho foram modificadas e o ritmo acelerado de produção em máquinas para o trabalho nas fábricas cada vez mais acelerado fez com que os homens se adaptassem ao movimento sempre constante de produção.

As massas são o subproduto da formação do social. A formação das massas e seu engajamento com as ideologias, a força motriz desta nova forma de governos denominados por Arendt como *Totalitarismo*, são sustentadas por essa população aglutinada. Nos escritos a respeito das massas, a persuasão há de ser intensa e contínua, suficientemente forte com crença que atinja a massa, assim o líder, utilizando de perspicácia, encena sua performance para fascinar a maioria composta da sociedade denominada massa.

Arendt faz distinção entre os indivíduos que compõe a massa aos quais denomina povo e ralé⁸. Segundo Correia *et al.* (2022, p. 358) Em português (brasileiro) ralé se refere às classes mais baixas na organização social e política de um país. Explicando que no “sentido arendtiano diferentemente do que se estabelece trivialmente, não pode ser concebida como classe desfavorecida do ponto de vista econômico” (Correia ... [et al] p.355). Assim, aqueles que por alguma razão desprenderam-se das classes a que um dia pertenceram. Por povo entende-se todas as camadas sociais e “em todas as revoluções luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada pelo “homem forte” pelo “grande líder” (Arendt, 2012, p. 159).

⁸ De acordo com Correia *et al.* (2022, p. 358) “Para a autora [Arendt], um dos exemplos a ser dado na diferenciação entre “ralé” [mob] e povo encontra-se na experiência vivida no seio das grandes revoluções. Pois, como ator em todas as grandes revoluções, o povo luta por um sistema no qual ele se sente representado. De maneira diferenciada a “ralé” [mob] sempre brada pela ascensão do “homem forte”, isto é, pelo grande líder. Considerando que a “ralé” [mob] demonstra sentimento de ódio pela sociedade pela qual é excluída, esse ódio se estende ao parlamento onde ela não se percebe representada. Por essa razão, os plebiscitos, com os quais os líderes modernos da “ralé [mob] têm obtido resultados bastante satisfatórios, correspondem aos interesses dos líderes políticos que se apoiam na “ralé” [mob].

Esses homens que são guiados por líderes sem atuação e participação no espaço da política, são adeptos de uma ideologia e um movimento que lhes ofertam a ilusão de pertencer a uma ordem ou organização. Arendt articula que

É difícil perceber onde as organizações da ralé do século XIX diferem dos movimentos de massa do século XX, porque os modernos líderes totalitários não diferem muito em psicologia e mentalidade dos antigos líderes da escória, cujos padrões morais e esquema políticos, aliás tanto se assemelham aos da burguesia. [...] A relação entre a sociedade de classes dominada pela burguesia e as massas que emergiram do seu colapso não é a mesma entre a burguesia e a ralé, que é um subproduto da produção capitalista (Arendt, 2012, p. 442).

Esse homem não se sentia participe da política, a ninguém interessava participar de grupos políticos, com isso ocorre a perda da capacidade de reflexão sobre a realidade da política e conseqüentemente da vida. Porém esses seres humanos ainda mantem a capacidade de produzir artefatos através do seu trabalho. Neste estado em que os indivíduos se encontravam, proporcionou o pano de fundo para o recebimento da ideologia propagada através de notícias enganosas, da produção do medo e do terror, da disseminação do ódio entre os indivíduos, especialmente aos judeus que foram cada vez mais perseguidos e segregados.

O surgimento de indivíduos desqualificados para a vida descaídos das classes, propiciou o surgimento de grupos que aderiam às ideologias e culminou por aglutinar o povo, a ralé e parte da burguesia para a formação dos movimentos de massa.

Movimentos totalitários

Os movimentos totalitários divergem do totalitarismo, contudo é a porta de entrada para a escolha de um governo totalitarista uma vez que esses movimentos totalitários têm como participantes os indivíduos oriundos das massas que são selecionados para a propagação do movimento. Tais indivíduos de alguma forma são atraídos em razão de algum tipo de ideologia, aderem ao movimento mesmo sem conseguir entender o que buscam para o bem comum. Segundo Arendt:

Potencialmente as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto. [...] A maioria de seus membros, portanto, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isso permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença dos argumentos da oposição; os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem **necessidade e capacidade de refutar** argumentos contrários, preferiram métodos que levam à morte em vez da persuasão, que traziam o terror em lugar da convicção (Arendt, 2020, p. 439 grifo nosso).

Portanto, os movimentos totalitários ofereciam um discurso pronto e de fácil reprodução, onde não se faz necessário qualquer refutação ou argumentação contrária, preferem métodos de terror em substituição à convicção são terrenos férteis para a propagação do ódio, da violência e da subordinação como forma de agradar ao líder.

Seres humanos que invariavelmente viveram fora dos grandes círculos de conhecimento e possibilidade de reflexão sobre qual é seu lugar no mundo comum, ignorantes de qualquer formação política, sem identidade cívica, baixa instrução que impede a perfeita compreensão de termos e palavras não coloquiais estrategicamente inseridas nas comunicações dos movimentos, facilmente aderem ao movimento totalitarista.

É importante ressaltar que para Arendt (2012), os movimentos totalitários são caracterizados quase que exclusivamente pela massa que persegue apenas os desígnios e desejos do líder. Ao contrário do que apresenta Le Bon (2021), quando afirma que os intelectuais também podem ocupar o lugar de massa, Arendt parece querer evitar isso, mas coloca os intelectuais no lugar de carrascos, visto que seu conhecimento pode ser usado muito mais utilmente para matar e violentar as pessoas com maior inteligência. Nesse sentido, enquanto Le Bon apresenta que os intelectuais também podem fazer parte da massa, Arendt indica que os intelectuais “apenas” contribuem para a disseminação do comportamento de massa. Independentemente da posição quanto ao tipo de participação dos indivíduos nos movimentos totalitários, juntos esses indivíduos assumem o apoio ao líder independente de quão ilusória possa ser a ideologia propagada.

Por sua condição de viver à margem da sociedade elitista, esses indivíduos de massa que revestem os movimentos totalitários, são na esmagadora maioria, ignorantes de direitos e deveres, são indivíduos insatisfeitos, nutridos por sentimento de rancor por nunca antes terem o sentimento de pertencimento à sociedade. Perdidos na relação mundana, seguem sem destino e objetivos de vida, de forma que ao vislumbrarem uma ideologia circular e racional, entregue gratuitamente e apoiada em propagandas políticas carregadas de “mentiras” (Cf. Arendt, 2016, p. 282-325), identificam-se com alguma proposta ostensivamente propagada, apoiando e engrossando a hostilidade contra aqueles que lhes são indicados como inimigos. A numerosidade conta a favor de novas adesões.

Arendt afirma que os movimentos totalitários e as massas demonstraram duas fantasias dos países democráticos, sobre a primeira escreveu:

A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria participa ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses

movimentos, pelo contrário demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade eram aceitas apenas por uma minoria (Arendt, 2012, p. 439-440).

Os governos democráticos que por sua configuração de participação de todos e para todos, pretensão obviamente impossível em países com população heterogênea, com modelo de representação político-partidária, em que os políticos profissionais atuam muito mais em interesse próprio do que da população que representam, sem qualquer controle ou possibilidade de intervenção do povo, fator que proporciona a corrupção gerando a desigualdade social e afeta especialmente as classes menos favorecidas. Os ditos governos democráticos exageram no desvio de recursos destinados a melhorias, usurpam o erário público, desfrutam de mordomias ditadas e reguladas por eles próprios, o que mantém uma expressiva parcela da população em estado de natureza. As massas por sua própria substância humana, formada por indivíduos isolados, conforme já explicado, não tem qualquer expressão definida, são amorfas e moldáveis no momento da fantasiosa idolatria. Esses indivíduos perdem a conexão com seus iguais, o isolamento retrai o sentido de comunidade relegando a pluralidade a pequenas e raras interações que na verdade se, e quando ocorre, limita-se a pequenos grupos de iguais. As atividades humanas que realmente têm maior importância para a política, constitui o que Aristóteles chamava “de *bios politikos*, a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*)” (Arendt, 2020, p. 30). Ambas são possíveis somente na presença de outros seres humanos, reforçando as conexões humanas, os indivíduos da massa deixaram de exercer tais atividades na comunidade.

Lembrando que, o movimento totalitário na Alemanha arregimentou indivíduos da massa para compor o Partido Nazista, e o fato de o governo ser democrático, nada significava para esses novos representantes do povo, pois de há muito suas posições repousavam na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, ingressaram assim de forma invisível, nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país.

Assim quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas na verdade conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isso a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria (Arendt, p. 2012, p. 440).

A forma de governos representativos por partidos políticos está longe de ser a melhor escolha para decisões que dizem respeito ao bem de todos, e isso está enraizado

no âmago dos seres humanos que perderam a pluralidade e não entendem que não o homem, mas os homens habitam o mundo, que a vida do outro é importante para sua própria existência, que o mundo é plural dentro de várias diversidades singulares.

Pessoas despreparadas para exercer qualquer cargo de poder, sejam por falta de princípios morais ou incompetência, galgam posições de poder e sem aquilatar a responsabilidade de sua posição de decisão em nome de um grande número de seres humanos. Por menos que pensem, sempre pensarão primeiramente em si como merecedor de tudo, e que o mundo humano, construído por mãos e corpos humanos, está ali para ser desfrutado pelos mais espertos e merecedores. Arendt afirma que “o colapso do sistema de classes” é o que ocasiona esse desastre do que chamamos democracia (Arendt, 2012, p. 440).

Enquanto a ralé se submete ao poder de mando de subjugação dos líderes sobre outros seres humanos, é necessário também ser executor, e isso os detentores do poder sabem muito bem como fazer, usam as classes que simplesmente não sabem, não querem, ou não podem agir, e aglutinam-se numa cadeia de interesses individuais, sem reclamar nada no coletivo Assim tudo aceitam, são indivíduos que não apresentam interesses comuns a ponto de unirem-se a outros, não têm sentimento de pertencimento, “a teia de relações humanas está rompida”. (Arendt 2016, p. 224 – 227)

O comportamento e atitudes da massa são úteis para aqueles homens que desejam o poder sem limites, ela, a massa, sustenta a ilusão de que a representação de um único líder seja de alguma forma justa. As partes da elite que mantém contato direto com a massa, são a ponte para a obtenção de favores do Estado na troca com os aspirantes a governos totalitários. Arendt reconhece que o colapso do sistema de classes que atingiu de ricochete o sistema partidário foi decisivo para seu declínio, uma vez que os partidos políticos originais eram formados por classes e cabia a eles a representação no governo do Estado. Sua participação no governo após o fim das classes se justifica em obter alguma expressão para si próprio, “consequentemente, os partidos tornaram-se mais e mais psicológicos e ideológicos em sua propaganda” (Arendt, 2012, p. 443).

A falta de interesse comum, ou melhor dizendo, senso comum, que é capacidade de que todo ser humano possui de pensar, por menos que queira qualquer ser humano pensa, contudo, entre os indivíduos que compõem a massa, o pensamento é sempre dentro da lógica proposta pela ideia propagada pelo movimento totalitário. A incapacidade de reflexão da massa favorece os avanços dos movimentos totalitários, sempre com a ideologia lógica da Natureza ou da História, por mais auto evidente que sejam as

elocubrações esse respeito, elas sempre estão descoladas da realidade. Neste ponto Arendt é categórica ao afirmar que o historicismo que atribui os eventos a causas e efeitos retira da realidade a possibilidade do novo que surge em dado momento da História e muda o rumo da política e conseqüente realidade. É a negação da contingência dos seres humanos que agem.

A única capacidade do espírito humano que não precisa do eu nem dos outros nem do mundo para funcionar sem medo de errar, e que independe tanto da experiência como do pensamento, é a capacidade do raciocínio lógico, cuja premissa é aquilo que é evidente por si mesmo (Arendt, 2012, p. 637).

Desta forma, os movimentos totalitários usam da tensão e da disputa sempre presente na democracia quando tomada pela burocracia, cuja liberdade está sediada na decadência do corpo político, proporcionada pelo regime democrático com o objetivo de extinguir a ação e calar a voz, convertendo os indivíduos a marionetes que são usados para o propósito do movimento ideológico. Os arregimentados para cargos tidos como de utilidade para o movimento por sua maior expressividade e estão dentro do movimento, são indivíduos da massa, que apesar de serem dotados de pensamento⁹, são incapazes de reflexão, falta-lhes a capacidade de julgar e decidir por isso ou aquilo, limitam-se a meros executores de comando, numa escala sucessiva de ordens. No afã de se tornarem altamente eficientes, propagam a ideologia sem nenhuma consciência crítica entre o bem e o mal. Assim,

A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousa na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país (Arendt, 2012, p. 440).

⁹ Destacamos que Arendt não está expressamente dizendo aqui que aqueles que atuam em nome de uma ordem superior não podem se responsabilizar pelos atos cometidos, uma vez que alegam não saberem das conseqüências de suas atitudes. Em sua obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999) Arendt deixa bastante explícito que o esconderijo dos covardes muitas vezes pode ser também revestido com a desculpa da inocência a respeito dos seus atos. Aqui, entende-se que Arendt não pretende perdoar ou esquecer os atos daqueles que praticavam ou praticam atrocidades em nome de ordens superiores. O apontamento de Arendt parece mostrar-se muito mais um indicativo de que a ausência de reflexão e de pensamento crítico pode tornar qualquer pessoa, qualquer ser humano, em um grande carrasco, assassino, uma pessoa má. Assim, Arendt deixa explícito que não existem características “naturais” para a maldade e para a sua própria banalização, mas que, somente pela falta de reflexão e de pensamento crítico qualquer ser humano também pode ser um Eichmann. Quando alguém comete um erro grave para a sociedade e afirma, na tentativa de ter sua inocência aceita, pode também ser julgada por ter aceitado a praticar um crime de forma deliberativa, sem ao mínimo, perguntar-se se a ordem está prejudicando outrem, visto que uma das características que diferem os seres humanos do restante dos animais está na sua capacidade de sentir.

Os países que mantêm sistemas políticos partidários democráticos em geral estão sujeitos a ocorrência de movimentos totalitários que se alastram no subterrâneo da massa até que em dado momento transformam-se em presas de um governo totalitário. Nenhum governo totalitário surge de hora para outra, as origens são a segregação, a negação de participação ativa da população na política e o extermínio.

Esse mal da democracia já é conhecido antes mesmo do século XX como afirma Arendt ao escrever sobre o fim do Imperialismo Colonial Europeu, e a emancipação política da burguesia, que até então se contentava com a expansão de seus negócios sem participação nas decisões políticas de tal forma que Arendt considera como um “estágio preparatório para as catástrofes vindouras” (Arendt, 2012, p. 189).

A classe burguesa, mais proeminente da sociedade alemã, aderiu ao governo de Hitler juntamente com a escória e colocou fim ao Estado-nação. Tardamente a burguesia soube do poder da massa e “a ralé mostrou-se perfeitamente capaz de cuidar da política por si mesma e liquidou a burguesia juntamente com todas as outras classes e instituições” (Arendt, 2012, p. 190).

Outros elementos permitiram a ocorrência do totalitarismo, além dos movimentos totalitários do século XX, que mantêm uma estreita relação entre si, tendo como pano de fundo o embate entre um governo liberal e a ameaça do comunismo. A burocracia é frequentemente vista como o último estágio do Estado-nação, uma forma de governo que se baseia na substituição da ação política pelo comportamento social. Nesse modelo, as decisões são tomadas com base em regras e procedimentos pré-estabelecidos, em vez de serem resultado de debates e negociações políticas. A burocracia pode ser eficiente em certos aspectos, garantindo a uniformidade e a previsibilidade das ações do Estado. No entanto, ela também pode ser criticada por sua rigidez e falta de capacidade de resposta a situações complexas e em constante mudança.

Ao se tornar excessivamente burocratizado, o Estado pode perder sua capacidade de inovação e adaptação, tornando-se um mero cumpridor de normas e regulamentos. Isso pode levar à alienação dos cidadãos em relação ao governo, minando a legitimidade e a eficácia do sistema político. Portanto, é importante encontrar um equilíbrio entre a necessidade de ordem e previsibilidade proporcionada pela burocracia e a importância da participação política, da ação e do discurso como forma de persuasão no espaço público, a fim de que ocorra a capacidade de adaptação entre as ações do Estado as demandas da sociedade. A burocracia não deve ser vista como um fim em si mesma, mas sim como um meio para alcançar objetivos políticos e sociais mais amplos.

A mentira é outro elemento apontado por Arendt como constituinte e promovedor dos governos totalitários, uma vez que, o contrário seria uma verdade. Para Arendt a possibilidade da verdade é factual, uma vez que por carecer de testemunhas do fato assim, torna-se mais vulnerável. A vulnerabilidade do testemunho está delimitada. “Nesse sentido, o fato presenciado ao ser presenciado ou narrado, é interpretado pelo sujeito, que, mesmo sem intenção, pode alterá-lo ao mesclá-lo à sua subjetividade”. (Schio,2006, p. 213).

Essa verdade precisa ser documentada para evitar distorções que possam levar a erros ou ilusões. Mesmo os documentos que registram os fatos podem ser interpretados de maneiras diferentes, tornando-se apenas mais uma opinião entre várias. Quando essa interpretação é levada ao público com o intuito de distorcer a realidade, configura-se como uma mentira na política. Essa prática é realizada com ousadia, muitas vezes envolvendo ações conjuntas e discursos manipuladores.

É por essa razão que Hannah Arendt, no seu empenho e, compreender não se enquadra nos cânones políticos (esquerda/direita; revolucionária/liberal/conservadora). Nem a sua obra, a começar pelas *Origens do Totalitarismo*, amolda-se no âmbito mais estrito das consagradas disciplinas (Teoria Política, Filosofia, História) (Arendt, 2018, pp.470-471), não obstante o amplo domínio que tinha dos seus repertórios. (Correia... [et al.] 2022, p. 275).

Insta ainda ressaltar que a mentira na política é construída deliberadamente, com o intuito mesmo de ser disseminada e propagada, usada como manejo de instabilidade para desviar o entendimento até que se transforme até se encaixarem numa lógica. Paradoxalmente esse tipo de mentira é uma forma de “ação política, pois depende da liberdade: liberdade daquele que distorce a realidade e também daquele que adere à mentira” (Schio,2006, p. 213).

4. GOVERNOS TOTALITÁRIOS E A AÇÃO POLÍTICA: Introspecção e Controle totalitário

No capítulo anterior compreendeu-se ainda que brevemente sobre o surgimento da sociedade de massas e os movimentos totalitários apresentando alguns dos elementos do totalitarismo que nos permite compreender suas especificidades em relação ao desenrolar das suas histórias, assim, nos parece certo a influência desses elementos na formação dessa nova forma de governo que Arendt explicita no último capítulo de *Origens do Totalitarismo*. Nos governos totalitários essa organização ultrapassa a opressão e a perseguição a um agrupamento humano específico, quando para atender suas mais absurdas ideologias, utilizam-se da estrutura do Estado, com o fim precípua de exterminar cidadãos, ou seja, “um Estado que altera a essência mesma da política - e foi justamente isso que os judeus não entenderam” (Odílio, 2011, p.116).

Assim, deixa de exercer uma das funções do Estado como ente político que é assumir o papel de mediador das relações econômicas-sociais,

É verdade que o governo de um só homem, o governo monárquico, que os antigos diziam ser a forma organizacional da família, é transformado na sociedade (como hoje a conhecemos, quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governante absoluto) em uma espécie de governo de ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas assim como a suposta opinião única da sociedade educada dos salões, não deixa de governar por ter perdido sua personalidade. Como verificamos pela forma social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação, tal como o governo de um homem só constituía o primeiro estágio do despotismo benevolente e do absolutismo), o governo de ninguém não é necessariamente um não-governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das suas mais cruéis e tirânicas versões. (Arendt, 2016, p. 50/51)

A partir da formação do Estado-nação, as ações entre homens, antes espontâneas no espaço público, foram substituídas por comportamentos previamente estabelecidos com artifícios para inibi-las, exercendo o controle sob o terror.

Além dessa mudança na ação entre homens, outro fenômeno se apresenta na formação do Estado surge o espaço social, o espaço da aparência, devido ao fato do imbricamento do público no privado, (antes o espaço da necessidade e da desigualdade, próprio da família, onde as ações estão sempre sob a ordem de uma autoridade constituída hierarquicamente) a costumeira falta de provisões igualitárias para todos é transportada para o social. A palavra pobreza, deriva de *pauper* que significa possuir pouco. Por pobreza não se considera apenas as coisas mundanas ou materiais, uma vez que, a falta também se refere às demais áreas da vida humana. É comum a expressão “pobreza de

espírito” que segundo conhecimento empírico refere-se a falta de conhecimento, de cultura. A falta de condições materiais também impede os seres humanos de conhecer mais sobre a realidade da vida que os cerca, a necessidade imposta pela pobreza impede o acesso às artes, música, teatro, literatura, tempo livre para o descanso, nada disso é possível quando o cotidiano é pela procura de manutenção de abrigo e alimentação, ou seja, das condições básicas para a existência do ser humano.

Segundo Arendt (2012) as características dos governos totalitários se dão invariavelmente na condição humana que desde a queda do Imperialismo, cujas raízes se firmam tanto na busca por maiores riquezas para garantir a boa vida das classes abastadas, quanto na política como meio de dominação de terras e povos sob a ordenança da instrumentalização estatal. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla que desemboca num único lugar, o econômico-social.

Para Arendt (2020) a pobreza está alocada na questão do social, tanto que, no Capítulo II da *Condição Humana* livro onde Arendt aprofunda qualquer incompreensão contida na *Origens do Totalitarismo* ao escrever sobre “o social e o privado”. Também no Capítulo Crise na Cultura que compõe o livro *Entre o Passado e o Futuro* Arendt se detém a pensar sobre a questão do social através da abordagem da sociedade de massas, referindo-se à Cultura *kitsch*, como uma cultura de massas, ou seja, uma cultura popular, e se ambas as *coisas* se relacionam.

Arendt retorna até a Grécia antiga para entender as origens desse fenômeno chamado política e de como os antigos influenciaram na forma moderna, e mesmo a contemporânea do fazer político. A política deixou de ser uma forma de organização do bem comum e reduziu-se a mera administração da vida, sempre voltada à assistência social e estratégias para desenvolvimento de progresso, significa dizer geração de riquezas para alguns. O trabalho é a mera confecção de artefatos para consumo e descarte, o mundo humano, antes tido como um abrigo em relação às intempéries próprias da natureza transformou-se em mera função de administração das relações sociais. Até mesmo a arte, como atividade encarregada de promover a reconciliação crítica com o mundo e de embelezá-lo, transformou-se em instância apaziguadora e de entretenimento do horror observado no mundo.

O social surge da combinação do espaço público com o espaço privado¹⁰, portanto um espaço híbrido, onde a população que executava as atividades do espaço privado, portanto o pré-político, ou seja, estritamente o trabalho, enquanto supedâneo da esfera pública que até então consistia na parte da população que sempre esteve na posição de comando, e cujas necessidades não eram as necessidades básicas, gozavam da liberdade política na *polis*. Com o surgimento do social “iguais e diferentes” passam a compartilhar o mesmo espaço denominado social. Os homens que antes não tinham acesso ao espaço público almejavam as regalias anteriormente destinadas apenas aos homens políticos com acesso ao discurso e a ação, buscavam a libertação do trabalho, afinal o trabalho sempre foi considerado uma labuta. Libertar-se das amarras da necessidade e da falta de liberdade de ser governado, ou até obter o poder de governar. Repentinamente os desiguais passam a ser iguais, pelo menos no que diz respeito ao direito de ir e vir.

Se bem lembrarmos as questões políticas na Grécia antiga eram tratadas exclusivamente no espaço público, enquanto as questões econômico-financeiras, no espaço privado, tanto uma como a outra por uma única pessoa, o *pater familia*. Logicamente por ser a mesma pessoa, com interesse em ambas as esferas, a justiça não existia no comando da casa, que era seu espaço privado, onde as ordens eram obedecidas em submissão à autoridade hierárquica do Senhor. Essa rigidez no comando de sua casa se dava não por falta de condições políticas e sim em razão da necessidade vital de todos entre si, uma vez que o Senhor, tinha consciência da dependência que tinha de seus subordinados para manter sua posição no espaço público. Os escravos tinham conhecimento de quanto dependiam do *pater* para continuar vivendo, pois não tinham garantidas suas necessidades básicas da vida fora da *oikia*. Essa uma relação de tensão, os dois lados medindo forças, uma relação violenta, não política, tampouco justa, sempre fora a característica do espaço pré-político.

Parece ser da natureza da relação entre os domínios públicos e privado que o estágio final do desaparecimento do domínio público seja acompanhado da ameaça de liquidação também do domínio privado. Nem é por acaso que toda a discussão veio a transformar-se em um argumento quanto à desejabilidade ou indesejabilidade da posse privada da propriedade. Pois a palavra “privada”, em conexão com a propriedade, mesmo em termos do pensamento político

¹⁰ É importante destacar que Arendt diz que o social é o espaço em que nasce através da invasão do espaço privado no espaço público, e consequentemente o contrário. Esse movimento de invasão dos espaços que deveriam ser delimitados, acaba por ocasionar a “mistura” de ambos os espaços. Dessa mistura entre espaço público e privado, surge então o espaço social. Arendt não diz exatamente que há uma mistura, mas sim uma invasão de um espaço dentro do outro. Em nossa compreensão, utilizar a palavra mistura, mescla poderá dar ao leitor uma melhor compreensão da nossa explicação neste trabalho. A preocupação de Arendt a respeito do social está destacada a respeito “com a preocupação do interesse privado pela propriedade privada em uma preocupação pública” (Arendt, 2020, p. 83).

antigo, perde imediatamente o seu caráter privativo e grande parte de sua oposição ao domínio público em geral; aparentemente, a propriedade possui certas qualificações que, embora situada no domínio privado, sempre foram tidas como sendo da máxima importância para o corpo político (Arendt, 2020, p. 75)

Com a criação do Estado-nação, (ocorrida exatamente no momento de declínio da sociedade grega) diferentemente do que ocorria na Grécia antiga, onde os assuntos políticos eram tratados especialmente no espaço público, na Idade Moderna, com a ascensão do espaço social, adveio uma mudança entre a compreensão do fazer político. Enquanto na Grécia antiga a política era apenas de ordem dos *paters* e as atividades de trabalho eram desenvolvidas pelos escravos, na Idade Moderna, as questões políticas não são discutidas somente por aqueles que “não trabalham”, mas também por aqueles que trabalham. A mudança estrutural da sociedade não significou de forma alguma a libertação do trabalho para aqueles que não possuíam propriedades privadas, tampouco posses dos meios de sobrevivência. A criação de um novo espaço de aparição não teve o condão de elevar a participação da maioria das pessoas ao espaço das decisões públicas.

Existia assim, um abismo a transpor para ascender do espaço privado ao espaço público. Resta-nos perguntar se as pessoas que precisam trabalhar para sobreviver e manter o próprio corpo funcionando, possuíam condições para o agir político, como foi visto na modernidade e hoje é constatado de forma tão manifesta, de atuar na política. Assim diz Arendt que “termina por aqui a possibilidade de descrever, em termos de uma nítida oposição, a profunda diferença entre as compreensões moderna e antiga de política” (Arendt, 2020, p. 40).

O surgimento do social transportou as preocupações do espaço privado, que são a economia e as finanças, para o espaço da política, nublando o espaço da liberdade. Essa imbricação das atividades fez a passagem de preocupações antes privadas em “uma preocupação coletiva”. No mundo moderno os domínios se recobrem.

Na Idade Média esse abismo ainda existia, a Igreja Católica antes relegada aos reinados, após a queda do Império Romano, de certa forma tenta suprir a lacuna da política e oferta aos homens um substituto para a cidadania, antes exclusiva do poder político. “A tensão medieval entre a treva diária e o grande esplendor de tudo que era sagrado, com a concomitante ascensão do secular ao religioso, corresponde em muitos aspectos à ascensão do privado ao público na Antiguidade” (Arendt, 2020, p. 40).

A participação da Igreja no espaço da política, ocorreu diretamente a partir do início da Idade Média, especialmente pela cultura Romana, “que fez da morte e ressurreição de Cristo a pedra angular de uma nova fundação, erigindo sobre ela uma nova instituição humana de tremenda durabilidade” (Arendt, 2016, p. 168) que até então

participava com pequenas intervenções, coloca-se doravante em debate com os Governos numa disputa por ofertar aos cristãos o afago das dores do trabalho, elevando-o à categoria de virtude para alçar a vida eterna. A durabilidade dessa influência cristã ainda agora, após o processo de secularização é influenciadora de compreensões errôneas de amor e liberdade, atribuindo a eles uma incondicionalidade. Assim como o medo do inferno usado como elemento coercitivo que somente perdeu sua força muito recentemente, não tiveram o condão de salvar a existência da maioria dos seres humanos da miséria e da desigualdade.

Nessa esteira panorâmica, ocorre o fenômeno do surgimento da sociedade de massas de difícil convivência. Segundo Arendt “o que torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvido, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu o poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las” (Arendt, 2020, p. 65).

Nessa sociedade de massas que ocorre a superpopulação de trabalhadores que já não serviam ao trabalho da época Imperialista, representa para os capitalistas a “gente supérflua”, ou seja, o resto da produção, ou o lixo não reciclável, nas palavras atuais, portanto uma perda de capital, uma vez que, alimentar corpos que já não produzem significaria diminuição da economia do Estado (Cf. Correia *et al.*, 2022, p. 345-354).

Correia, explica que o sistema de produção moderno foi convertido pelo imperialismo, em um sistema de especulação financeira. O burguês já não desejava mais produzir algo, apenas acumular riquezas, dinheiro para gerar dinheiro, a fim de garantir que seu patrimônio se estendesse além da vida, assim, “o capitalismo reproduzia sistematicamente a miséria, assim como seus efeitos sociais e políticos fundamentais, o desarraigamento e a superfluidade”.

Nas *Origens do Totalitarismo* a questão dos apátridas nos mostra o quanto essa prática de avanço por desaterramento de povos contribuiu para a atual condição da vida humana. O colonialismo Europeu desterrou e matou desde o século XV milhões de pessoas da América do Sul e África até a década de 1960. Talvez seja inestimável a quantidade de mortes decorrentes dessa corrida por capital. Já naquela época os trabalhos forçados e os campos de concentração eram comuns tanto, antes da Primeira Guerra quanto os expurgos e desaterramento. O que não era massa, tornou-se massa pela busca da concentração de capital.

Assim, o espaço público passa a ser a garantia e proteção unicamente dos interesses privados da menor parcela da população, falsamente denominada sociedade.

Como enfatiza Correia “a única coisa que as pessoas têm em comum sejam seus interesses privados é um dos mais destacados aspectos da “*moderna alienação do mundo*” e da perda do mundo como algo compartilhado” (Correia, 2022, p. 348).

Governar para massas talvez tenha sido o desafio da era moderna. Regimes totalitários foram se alastrando pelos quatro cantos do mundo, as duas Grande Guerras armadas e a Guerra Fria exterminaram uma parcela considerável da população, contudo isso não representa atualmente uma minoria de seres humanos que povoam o Planeta Terra. A pobreza e a miséria interferem na qualidade de vida dos seres humanos, e ao que nos parece interfere também na produção do milagre da natalidade, sempre atuando com a chegada do novo.

Desta forma, ainda que esse também seja o caminho para a libertação da necessidade, pois o prefixo da política é a pré-política, isso não ocorreu. E se, no mundo moderno as atividades relativas à pré-política, se encontram unificados numa única atividade que é o trabalho, cabe agora também aos trabalhadores pensar sobre a ação para a libertação. O social contém tanto as atividades do privado (a necessidade) quanto o do público (a política).

Na sociedade de massas, a política se mistura com os demais desafios de um *mundo comum* dominado pela atividade de fabricar e consumir, das desigualdades sociais, do avanço em busca de riquezas e desprezo de parte da população indesejável, mão de obra desqualificada e descartável. A política certamente necessita de uma visão acurada do mundo moderno para traçar seu percurso. Até que a vida seja consagrada como um bem comum para todos os seres humanos a busca pela dignidade continua. Certo é que enquanto os seres humanos sigam buscando pela sobrevivência, vencendo as barreiras do tempo e as imposições da condição humana de dependência/necessidade tanto da natureza do planeta quanto da política dos Estados criada, mantida e gerida pela sociedade as diferenças se sobrepõem.

Apesar de consistir na organização pública do processo vital que se dava até então na esfera privada, a esfera social expande-se corroendo a fronteira que distinguia e opunha o privado e o público/político, assimilando e dissolvendo igualmente a ambos. Com efeito, “a sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de mais nada, adquire a importância pública, e na qual se permite que as atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público” (Arendt) [...] A distinção entre o público e o privado traduz a oposição entre liberdade e necessidade, e a esfera social, ao corroer a fronteira entre estes âmbitos, permite que a dinâmica de carência e saciedade do processo vital torne-se a articulação fundamental da vida coletiva. (Correia, 2022, p. 348).

Para a era moderna o desafio da filosofia política parece ser compreender a formação e evolução da sociedade de massa. Seus medos e sistemas de pensamento a fim de pensar sobre as possíveis ações humanas para a continuidade da Humanidade expressa na condição humana.

5. AÇÃO POLÍTICA NA OBRA *A CONDIÇÃO HUMANA*: Da Natalidade à Ação nos Fundamentos Arendtianos

Em *A Condição Humana* Arendt categoriza as três atividades fundamentais da vida humana, trabalho, obra e ação, que são essenciais para a vida do homem na Terra. Por trabalho entende-se a atividade laboral concernente a todo e qualquer ser humano, uma vez que é o trabalho que mantém a vida biológica¹¹. A obra é a construção e a produção de artefatos erigido por mãos humanas a partir de materiais extraídos da própria natureza do Planeta. Nesse trabalho de pesquisa destacamos as características essenciais da ação que tem especial atenção da Filósofa e para a qual, portanto deteremos maior atenção.

Trabalho, obra e ação é a “soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana” (Arendt, 2020, p. 12) das quais o ser humano necessita muito mais que a natureza bruta para viver, visto que os seres humanos são diferentes dos demais animais que habitam o planeta Terra pela sua capacidade de agir, de dar início a algo novo. O marco inicial de todo e qualquer ser humano é o nascimento, mas também a capacidade humana de iniciar algo novo, de agir. Arendt diferencia nascimento de natalidade. Para a nossa pensadora, a natalidade está relacionada diretamente com a capacidade de agir espontaneamente no espaço público e que somente pode ser executada pelos humanos. Arendt busca na condição humana do nascimento biológico um modelo no qual baseia sua concepção do agir, em que a natalidade está voltada para a espontaneidade e imprevisibilidade da ação.

Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascidos, os homens tomam iniciativas, são impelidos

¹¹ Parece-nos que Arendt faz uma diferenciação entre trabalho considerando-o enquanto verbo e enquanto substantivo. Enquanto verbo, o trabalho é o desenvolvimento da força humana para a construção de quaisquer que sejam os objetos que são desenvolvidos. O trabalhar, enquanto verbo, parece indicar toda e qualquer atividade humana que está relacionada exclusivamente com a criação de artefatos que possibilitem a melhoria da vida dos homens a longo prazo. A reificação do mundo e o ato de trabalhar apresentam-se como bons exemplos para ilustrar a diferença. Por trabalho enquanto substantivo, Arendt parece indicar o processo de agir em função de algo que é perecível, passageiro. Assim, o trabalho enquanto substantivo é desenvolvido pelos seres humanos através da manutenção do próprio corpo, tais como o ato de comer, tomar banho, escovar os dentes etc. Cuidar do próprio corpo é função do trabalho enquanto trabalhar está direcionado ao processo de fabricação.

a agir [*initium*] ergo ut esset creatus est homo, ante nullus fuit (“para que houvesse um início o homem foi criado, sem antes dele ninguém o fosse”) [...] Trata-se de um início que difere do mundo, pois não é o início de algo, mas de alguém que é ele próprio, um iniciador. Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio princípio do começar, e isso, naturalmente é apenas outra maneira de dizer que o princípio da liberdade foi criado quando o homem foi criado, mas não antes (Arendt, 2020, p. 219-220).

A vida humana, cuja ocorrência se dá com a natalidade é diferente do nascimento. Isso nos mostra que os seres humanos vivem em condição de pluralidade, e a natalidade ocorre facilmente. Os seres humanos se mostram no mundo público onde são expostas suas diferenças e igualdades em cada um. No mundo humano, o novo ser humano adentra uma coletividade de outros que o antecedem e no qual seu nascimento se apresenta como uma ação de início. Esse recém-nascido, o novo ser humano, ainda desconhecido de todos, recebe dos demais membros da sociedade o auxílio necessário para sua sobrevivência, e é através do fenômeno de aparecimento do novo que esse início se mostra como possibilidade no mundo humano. O nascimento e a geração são as mais essenciais ações que outro ser humano necessita para estar no *mundo*, após esse evento a vida torna-se uma incógnita comum a todos. São as ações e participações que nos tornam seres humanos únicos e ativos nesse mundo.

O planeta Terra é compreendido por Arendt como a quintessência da condição humana, a estrutura natural que não foi criada pelas mãos dos seres humanos e que nela eles habitam. Arendt (2020, p. 02) diz que: “a natureza terrestre, ao que sabemos, pode ser a única no universo capaz de proporcionar aos seres humanos um *habitat* no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício” da qual os seres humanos retiram todo material necessário para produzir seus próprios produtos e dar cabo à sua sobrevivência, modificado pelas mãos humanas através da *vita activa*. O *mundo*, enquanto aquele que abriga as relações sociais, políticas, econômicas é cunhado por Arendt de *mundo comum* ou *espaço da aparência*.

No nascimento de cada homem esse começo inicial é reafirmado, pois em cada caso vem ao mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. Porque é um começo, o homem pode começar; ser humano e ser livre uma única e mesma coisa (Arendt, 2020, p. 216).

O “*mundo*” humano possui duas dimensões intrínsecas: privado e público ou aparência. Por público Arendt entende “[...] em primeiro lugar, tudo que aparece e pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (Arendt, 2020, p. 61). A aparência é tudo que pode ser visto pelos outros e por nós mesmos, o que nos aparece. Portanto, é o espaço onde os seres humanos podem ver e ouvir além de ser visto por

outros, enquanto público, o mundo é o lugar que une e ao mesmo tempo separa os seres humanos com suas semelhanças e diferenças. Enquanto por espaço da aparência, é aquele onde a **artificialidade impera**, tanto na forma quanto no conteúdo, pois na aparência nem tudo que se vê é real, existe sempre algo que pode ser ocultado, especialmente nas intenções humanas, (Cf. Schio, 2006, p. 213-215) sobre a questão da verdade e da mentira na política enquanto elementos intrincados na subjetividade contemporânea.

Através do nascimento o ser humano se coloca nessas duas dimensões do mundo, o público, esse é o mundo comum dos seres humanos, que através da aparência se apresenta aos demais, o mundo é o lugar comum onde o ser humano pode ser visto e ouvido por outros, daí a importância da ação e do discurso, onde aquele que aparece se mostra como alguém, neste processo o ver e ser visto, o falar e o ouvir em sociedade, é que uns e outros contribuem para a constituição do *mundo*. No mundo humano compartilhamos semelhanças que indicam sermos todos iguais visto possuímos as mesmas necessidades biológicas.

A semelhança está justamente nas necessidades, a exemplo do ar que respiramos, a água, o solo que nos sustenta nas moradias e na alimentação, o sol que nos aquece, ou seja, “todas as atividades humanas provocadas pela necessidade de fazer a estes processos estão vinculados aos ciclos recorrentes da natureza, e não têm qualquer começo ou fim propriamente dito.” (Arendt, 2020, p. 120). No Planeta Terra, somos seres vivos com necessidades físicas e biológicas semelhantes aos demais seres que habitam esse planeta e sem o qual é impossível viver.

A natalidade, ou seja, o início de alguém, que é único, pois ninguém antes, ninguém depois é aquele indivíduo, e cujo nome próprio e filiação somente é conhecido após seu nascimento nesse *mundo comum*, onde o novo humano será recebido por aqueles que aqui já estavam revela-se pelo agir de outras pessoas. A natalidade confirma a potencialidade da imortalidade da Humanidade, da criação do novo através do nascimento. Na natalidade, sempre ocorre um novo início, é o nascimento de alguém que chega no *mundo*, para o qual é um começo dado pela condição humana da natalidade, assim, Arendt vincula a ação com a capacidade da espontaneidade humana em dar início a algo novo e da imprevisibilidade desse ser humano em agir por vontade própria, cuja liberdade está ancorada na natalidade.

O nascimento rompe o lapso temporal, pois para o ser humano, o passado não existe senão através da memória dos que aqui já estão, enquanto o futuro ainda não existe nem para os que aqui já estavam, tampouco os que acabam de chegar, segue-se então que

algo novo foi acrescentado ao mundo. Nascer significa embarcar num mundo que já está posto, cujos acontecimentos são para esse novo ser humano apenas estórias a serem compartilhadas com ele através de narrativas dos outros a fim de situá-lo na sociedade que ele acaba de adentrar. A importância da narrativa se dá no sentido de comunicar a cultura através de estórias que somadas fazem a História, “na verdade cada novo ser humano, inserindo-se entre o passado infinito e um futuro infinito, deve descobri-lo e, laboriosamente, pavimentá-lo de novo” (Arendt, 2020, p. 40).

Esse espaço artificial, chamado por Arendt de *mundo comum* é revelado através da aparição no espaço público, do discurso e da ação em que pode ser visto e ouvido tanto quanto pode ver e ouvir outros. Esse espaço público pertence a todos, uma vez que, qualquer um pode compartilhar com os demais através da ação de discursar e assim dar nascimento a novos acontecimentos.

Apesar das semelhanças que os seres humanos possuem entre si, e isso faz com que consigam habitar o mundo e nele se comunicar, também é nele destacadas as diferenças que no íntimo do privado desfrutamos, por essa razão o novo é sempre um milagre pela esperança que traz consigo. Cada ser humano é único, pois que ninguém antes dele, ninguém depois dele será ele.

Essa capacidade de dar início ao novo, “inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é agir”¹² (Arendt, 2020, p. 11) que é imprevisível isso faz com que os homens se diferenciem dos demais animais e que cada ser humano é único e singular, são iguais apenas no gênero e na espécie.

A forma de viver em comunidade é organizada politicamente através da ação e do discurso em que se buscam a transformação do planeta em um mundo comum a todos os humanos. Nesse sentido a construção da realidade mundana e humana se dá por meio de perspectivas diversas, cuja pluralidade de perspectivas decorre da pluralidade de seres humanos, bem como do lugar que cada um ocupa no mundo comum.

¹² Arendt (2020) marca a diferença entre *initium* e *principium* via Agostinho. O primeiro se dá com a chegada dos homens ao mundo e sua capacidade em si de iniciar algo, enquanto o segundo diz respeito à própria origem do mundo e no sentido bíblico. Na *Condição Humana*, Arendt explica que no sentido mais geral, o termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como o indica a palavra grega *archein*, começar, ser o primeiro e, em alguns casos, governar), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). Por constituírem um *initium* por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir.” (*initium*) *ergo ut esset, creatus est homo, ante*” (portanto, o homem foi criado para que houvesse um começo, e antes dele ninguém existia), diz Agostinho em sua filosofia política.

No decorrer da História a luta aberta pelo poder e da expansão da propriedade levou a perda das classes e o surgimento do Estado-nação, a burguesia usando da posição ocupada entre a plebe e a nobreza convence o próprio Estado a deixar-se dominar, para que seus próprios fins econômicos sejam alcançados. A burguesia transita entre ser plebe e ser nobre, alcançam essa posição através de subornos e corrupção que usam sempre em interesse próprio. “Certos aspectos fundamentais dessa época assemelham-se tanto aos fenômenos totalitários do século XX que se poderia considerar esse período como estágio preparatório para as catástrofes vindouras” (Arendt, 2012, p. 189).

O mundo moderno favoreceu sobremaneira a formação das massas com a exaltação do trabalho, e a perda das classes, o ser humano transformou-se em mero consumidor, ocasionou com isso a exclusão da principal atividade da *vita activa*, o espaço da convivência plural, da ação e do discurso. O espaço da pluralidade, onde as diferentes singularidades se relacionam sem qualquer mediação, sofreu a supressão de si própria e desenvolveu o cenário necessário para o encadeamento de elementos dos governos totalitários que afastou os homens e mulheres do espaço público, local da ação e da política. Nesse sentido, esse fenômeno fez com que a natalidade perdesse sua própria característica essencial de dar cabo ao novo, ao diálogo e ação, ou seja, da condição de pluralidade humana enquanto elemento constitutivo do ser humano.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles (Arendt, 2020, p. 217).

O Estado passou a dedicar-se ao social, às questões que deveriam ser tratadas no privado, ensejando extinguir a necessidade da política. Pode-se afirmar que se vive em um mundo “massificado”, pois, no século XX, o “homem da massa” é o ser característico.

Essa perda da característica de maior valor no ser humano, substituída pela insensibilidade de produzir e consumir num eterno círculo de necessidade, transformaram a sociedade de classes em sociedade de massa onde todos se tornam indivíduos isolados vivendo aglomerados em função do trabalho e na vã tentativa de acumular. A ilusão da riqueza, do poder econômico é a armadilha utilizada pelos movimentos dos partidos polarizados que se transformam em movimentos totalitários nas sociedades de massa.

Na massa os indivíduos não se dão conta, ou seja, jamais param para pensar nas condições da vida que se transformou em mera sobrevivência. O *animal laborans* acostumado ao processo de fabricação, coloca-se como parte integrante do processo de

produção, esquece que ele não é uma coisa, e sim um ser humano, que tem a capacidade de pensar e refletir sobre as questões do mundo e sua posição e atuação nesse mundo.

A *vita activa* comporta além do trabalho e o labor, a ação que significa a participação no mundo comum, o exercício de ativar-se num espaço de convivência público. Aqui é preciso cuidado para não confundirmos essa aparição no espaço público no sentido atual da abordagem liberal, onde o aparecer se tornou uma exibição vazia e sem sentido de bem-estar público, nem serve como possuidor de *status* social. Na abordagem liberal, o público não é de importância política, sua importância encontra sentido apenas a serviço do interesse privado, como uma vitrine de exposição, sem engajamento com a política, quando muito com opiniões polarizadas na ideologia de alguma vertente de época. O espaço público na sociedade contemporânea, a sociedade de massas, são os centros comerciais, os shoppings e suas atividades correlatas, comprar e comer. Além disso, o consumo de coisas para nos levar também para outro tipo de consumo, que é bastante aparente na contemporaneidade: o consumo de outras pessoas e não mais somente de coisas.

Nessa seara, todas as atividades humanas passaram a ter caráter econômico, atingindo mesmo as atividades para as quais se faz necessária a dedicação como a arte e o tempo de lazer do *animal laborans*.

A verdade bastante incômoda de tudo isso é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do trabalho, isto é, ao fato de que o *animal laborans* foi admitido no domínio público; e, no entanto, enquanto o *animal laborans* continuar de posse dele, não poderá existir um verdadeiro domínio público, mas apenas atividades privadas exibidas à luz do dia. O resultado é aquilo que eufemisticamente é chamado de cultura de massas; e seu arraigado problema é uma infelicidade universal, devida, de um lado ao problemático equilíbrio entre trabalho e o consumo e, de outro, à persistente demanda do *animal laborans* de obtenção de uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de exaustão e regeneração, de dor e de alijamento da dor, atingem um perfeito equilíbrio (Arendt, 2020, p. 165).

No espaço público Arendt coloca a ação (*action*) como a única atividade que os seres humanos necessariamente praticam na presença de outros e que corresponde unicamente à política em que “ação e o discurso ocorrem entre homens, uma vez que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente [*agente-revealing*]” (Arendt, 2020, p. 226). Essa revelação permite aos demais o saber *quem* é o agente e seus interesses mundanos.

Assim, pode-se concluir que Arendt não concebe o ser humano como um ser que pode viver sozinho, mas constituído por e para aqueles que estão no mundo que o rodeia, pois, a singularidade humana é formada pela interação de diversos indivíduos que

constroem a coletividade a partir do conjunto das individualidades. Sendo assim, um mundo sem a pluralidade é impossível, visto que a gênese humana é múltipla, diversa e política.

[...] a *vida*, o *pertencer-ao-mundo* ou a *mundaneidade* [*worldliness*], a *pluralidade*. que correspondem a estas atividades. Ao privilegiar a ação e ao criticar a era moderna e a importância que foi atribuída nessa época ao trabalho, colocando-o acima de todas as outras atividades, Arendt tenta resgatar o que seria um verdadeiro espaço público, plural e autônomo, de deliberação e de iniciativa (Magalhães, 1985, p. 131).

A ação e o discurso ganham sentido quando pensados juntos da relação que existe entre trabalho e labor, visto que o sentido da política é a liberdade, que se desenvolve a partir da construção do mundo ou da sua modificação, que é elaborada em conjunto com a forma de trabalho e da obra criada. Assim, Arendt escreve: “a condição humana compreende mais do que condições sob as quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” (Arendt, 2020, p. 11). Significa dizer que tudo que foi criado e desenvolvido para melhorar a vida e o bem-estar dos seres humanos passa a fazer parte da condição de vida de todos os humanos e isso tomam para si como algo pertencente a vida.

A obra¹³ como condição da imortalidade é um tema recorrente na filosofia de Arendt, que a concebe como uma das atividades fundamentais do ser humano. Conforme nos ensina Magalhães (1985, p. 131) “o trabalho, a obra ou a fabricação, a ação” juntas fazem a vida ativa. A capacidade de criar e deixar uma marca duradoura no mundo é uma das formas pelas quais os seres humanos transcendem a sua mortalidade individual. Segundo Arendt a obra é vista como um contorno para alcançar a imortalidade, não no sentido físico corporal individual, mas sim, no sentido de que a sua existência e impacto no *mundo comum* podem perdurar para além da vida individual de quem com o próprio corpo e o trabalho das mãos, gera algo cuja durabilidade é inserida no espaço a ela destinada, assim é o fim que a qualifica como obra.

É com o cristianismo, na Idade Média, que a imortalidade passa a ser vista como sobrevivência da alma, esta sim, imaterial e superior ao corpo. A relação entre política e imortalidade é parcialmente rompida e a preocupação com a vida passa a ser vista sob o âmbito da transcendência, para o qual o mundo é sem sentido e vão, um “vale de lágrimas” cujo desenlace só assume significado

¹³ Nesse sentido, a obra a que nos referimos aqui é como compreendemos a chave de leitura de Arendt, referindo-se primeiramente a obra como Aristóteles se referiu ao conhecimento ou tudo o que tem a ver com uma profissão. O artesão (*techne*) trabalha por dinheiro, enquanto o artista (obreiro) o faz pela habilidade e não como específico de uma profissão.

no duplo fim do indivíduo, vinculado à matéria, e do próprio mundo (Reinaldo & Arcanjo, 2021, p. 86).

A condição da imortalidade só é possível graças à singularidade de cada indivíduo e à sua capacidade de agir no mundo através da ação, da narrativa e das obras. A ação, para ela, é a manifestação da singularidade humana na pluralidade, e é a partir dela que os indivíduos podem criar e deixar uma marca no mundo. A obra é vista como uma extensão da ação e como uma forma de eternizar a singularidade na pluralidade, “contra a subjetividade do homem, afirma-se a objetividade do mundo feito pelo homem” (Arendt, 2020, p. 170-171).

O trabalho e a obra são modos do agir humano que são consideradas por Arendt (2020) realizações ou feitos do *homo faber* e do *animal laborans*, cuja distinção encontra-se nos objetos por eles produzidos. *Homo faber*, - “aquele que, emancipando-se das suas condições, do sentido e dispõe de tudo que existe – e o *animal laborans*, no qual a distinção entre a existência, genericamente falando, existentes está ausente” (Castanheira, 2022, p. 366). Enquanto o *homo faber* produz objetos de uso duráveis com materiais extraídos da natureza do planeta, para tornar o *mundo* adaptado à necessidade dos seres humanos, cuja objetividade se encontra justamente no aspecto da permanência e durabilidade, é o processo de *reificação* (Cf. Castanheira, 2022, p. 363) para o que se faz necessária a violência contra a natureza, que objetiva abrir espaço para a imortalidade, algo que também é da condição humana por sua qualidade de ser em ação. O *animal laborans*, produz o que se dilui no metabolismo diário necessário a vida cotidiana, destinado a todos os seres humanos, sem o qual a vida biológica não seria possível.

[...] O trabalho, mas não a obra, requer para obter melhores resultados, uma execução ritmicamente ordenada e, na medida em que muitos operários se aglomeram, exige uma coordenação rítmica de todos os movimentos individuais. Nesse momento, as ferramentas perdem seu caráter instrumental, e a clara distinção entre o homem e seus utensílios é toldada. O que preside no processo de trabalho e todos os processos da obra executada à maneira do trabalho não são o esforço propositado do homem nem o produto nem o produto que ele possa desejar, mas o próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos seus trabalhadores (Arendt, 2020, p. 180-181).

Dessa forma, a condição da imortalidade ocorre partir da capacidade dos indivíduos em criar algo duradouro que pode transcender a sua mortalidade individual e deixar uma obra capacitada a marcar algo duradouro no mundo humano. A ação e a natalidade são elementos fundamentais para essa condição, pois é a partir da capacidade de agir que os indivíduos que nascem seres humanos, podem criar uma obra que perpetua a sua existência além da vida individual física, ou seja, para uma vida imortal.

O *amor mundi* arendtiano, se compreendido em suas implicações, sugere que a preservação de nosso lar, o mundo natural, mas também o mundo que artificialmente produzimos, casas, monumentos históricos, obras de arte, e com o qual nos identificamos, é uma necessidade imperiosa na sociedade do descartável (Reinaldo & Arcanjo, 2021, p. 96).

Algumas obras podem se prolongar no tempo, enquanto outras tendem a se deteriorar com mais rapidez. Todas elas fazem parte deste *mundo* humano, que é artificial¹⁴. As condições do planeta podem, em determinado momento, serem hostis à vida biológica dos seres humanos, que, para assegurar sua existência, modificam-na quando retiram dela os materiais necessários para construir um mundo habitável que possa abrigar e garantir a longevidade da espécie humana visto as suas condições de existir no planeta, são, portanto, de valor inestimável para os seres humanos. Elas dão ao mundo a estabilidade e a solidez sem as quais não se poderia contar com ele para abrigar a criatura mortal e instável que é o homem.

Os humanos ao artificializarem a natureza garantiram para a própria espécie a sua perpetuação. A garantia da humanidade está no trabalho dos homens, a partir da sua capacidade de transformar elementos da natureza nua e crua em artefatos que o ajude a ser imortal através de seu trabalho, de reificar o planeta Terra em “*mundo*” humano.

A atividade da obra preparada por aqueles que nos antecederam, numa cadeia sucessiva de obras, cria o *mundo humano* que é atualizado no percurso histórico da humanidade. Essa posição, de que desde a antiguidade, tanto o trabalho (*work*) como a obra (fabricação de artefatos), por se tratar de atividades pré-políticas, são executadas na esfera privada, e que apesar de ainda manterem relação com a política, não permitem o aparecimento da grandeza e da pluralidade humana. As obras humanas, na maioria das vezes não são creditadas aos seus reais executores: os homens, que através do trabalho com os seus corpos construíram tais fundações, tais como as pirâmides do Egito, a grande muralha da China etc. Assim, apesar de existir um nome do seu projetista, não se tem notícia daqueles que contribuíram com a sua própria força de trabalho para o desenvolvimento de tais obras. Para todos os efeitos da História, as grandes ou pequenas obras de reificação que marcam o início e a permanência dos seres humanos ao longo do tempo, como marcos temporais, são sempre atribuídas aos governantes de cada época. O *homo faber* torna-se um sujeito oculto, assim como o *animal laborans*.

¹⁴ Segundo Arendt (2016) o *mundo* humano é diferente do Planeta Terra que nos abriga, pois criamos artefatos e construímos obras com a finalidade de abrigar nossa fragilidade frente à natureza inóspita do Planeta, cujas leis naturais em dado momento pode extinguir os humanos.

Nesse aspecto o trabalho e a obra são tidos como inerentes a vida humana, sem que essa labuta seja reconhecida aos seus executores como uma participação plural que modifica o espaço público tanto quanto a ação e o discurso.

Todos estes aspectos da condição humana, escreve Arendt, têm alguma relação com a política, mas é a *pluralidade* (que caracteriza a ação) que é especificamente a condição - não apenas a *conditio sine qua non*, mas ainda a *conditio per quam* - de toda vida política. (Magalhães *in* Arendt, 2020, p. 9-10).

Na era moderna que decompôs a administração e a economia doméstica (*oikonomia*) e a transportou para a esfera pública, que por sua característica era pré-política, arrastou tudo o quanto tinha de público para a vala comum da necessidade. Esse desdobramento não é ciência política, denomina-se como economia nacional ou a economia social, ou, ainda, a *Volkswirtschaft*. Por tal alteração na condução das relações humanas, é que a sociedade moderna, se equipara a uma grande família, cujas atividades estão sempre voltadas para a manutenção da vida biológica, ou nas palavras de Arendt uma “administração doméstica coletiva” (Arendt, 2020, p. 35), que também não se apresentam como um feito por todos e para todos.

Desta forma, apenas uma seleta e escolhida parcela da sociedade, aqueles que estão livres das necessidades da pré-política, de forma a lhe proporcionar a participação no espaço público usam da política com liberdade. A política, de certa forma, é atividade apenas aos mais abastados que dispõem de tempo, ou já se libertaram das amarras da necessidade do corpo.

Assim, por não pertencerem ao espaço da liberdade, tanto o *homo faber* como o *animal laborans*, são excluídos da possibilidade de imortalidade como marcas nesse Planeta e no *mundo humano*. O sentimento de não pertencimento de desimportância, a falta de amparo, o cansaço tanto da labuta quanto do esperar por dias de melhores, são as condições básicas que atuam como elementos essenciais para o processo de isolamento, solidão e introspecção na sociedade contemporânea. Concentram-se exatamente aí os elementos essenciais para a formação da sociedade de massas, cujos indivíduos oriundos desse processo de desamparo e isolamento ingressam no processo de introspecção, um ensimesmamento, sem vislumbrar seu espaço de participação no mundo comum.

Nesse pré-processo de exclusão do mundo público, encarcerando-o dentro de suas necessidades circular da vida biológica. Assim o aparecimento das ideologias pode prometer o tão esperado amparo e reconhecimento de pertencimento de um grande feito.

O isolamento é o pré-requisito da tirania que destrói ou torna incapaz de agir, destrói a esfera do comum, mas não destrói completamente o espaço entre os

homens. O isolamento é requerido para toda a produção de coisas: retiro-me do mundo dos homens e acrescento algo novo ao artifício humano. Estou absorvido no mundo ao produzir uma coisa, permaneço em contato com tudo. Deixo apenas os homens. *Isso não é verdadeiro para o trabalho: não isolamento, necessária 'privacidade'(...). O isolamento torna-se desamparo loneliness sob as condições do trabalho*” (Magalhães in Arendt, 2020, p. XVIII).

O cenário da sociedade de massas do mundo contemporâneo é o cenário político. Nele concentra-se em uma sociedade dividida em bolhas de indivíduos que buscam realizar seus anseios individuais. A pluralidade agoniza diante do individualismo, onde o “nós”, ou seja, a pluralidade, está ausente do pensamento e nas relações modernas.

Para Arendt (2020) a ação como política vem acompanhada do discurso, pois falar e agir são as únicas atividades que o humano faz na presença de outros sem a intermediação de quaisquer ferramentas ou artifícios, senão o uso da palavra e da reflexão. Agir significa colocar na prática aquilo que foi pensado, dando a esse pensamento a dimensão do quanto a ação é significativa. Quando ocorre no espaço privado, ou seja, no recôndito do lar (espaço privado), a ação não tem caráter político, assim é possível ao menos imaginar sua ilimitabilidade, devido aos laços de família que, por assim dizer, obscurece aquela ação, não preocupando-se com a reação, isso porque embora ocorra na presença de outros, esses outros são da mesma casa, podem simplesmente desconsiderar aquela (s) ação (ões).

Ressalta-se também que tudo que é política é público, mas nem tudo que é público é político. As distinções feitas por Arendt a respeito das atividades da vida permitem a análise sobre tais e como elas se inter-relacionam entre si, entregando a cada um de seus sujeitos, sua *práxis* como partícipe da *Condição Humana*, que começa com a natalidade, se renova a cada ação e se immortaliza na construção da Humanidade.

O animal laborans se concentra aprisionado às necessidades biológicas e trabalha para prover sua subsistência. *O homo faber* fabrica artefatos duráveis, construindo um mundo por meio do domínio de uma *techné*. *O zoon politikon* é o agente da política e se caracteriza pelas atividades desenvolvidas no domínio público (Correia ... [et al], 2020, p. 18).

Ocorre que, na contemporaneidade a combinação entre os espaços público e privado, com a formação do espaço social, pode demonstrar que, por vezes, há uma certa confusão entre o que seria uma ação política ou não, somente pelo fato de sua aparição no espaço público. Alguns exemplos que podem ser dados para ilustrar tal problemática entre a ação política e a ação pública, respectivamente, podemos falar a respeito da luta das mulheres por direitos igualitários em relação aos direitos dos homens, bem como podemos falar sobre a marcha para Jesus que ocorre todos os anos no Brasil.

Evidentemente, ambos os fenômenos expõem uma ação pública, pois ocorre no espaço público, mas somente a primeira pode ser considerada como uma ação política, visto que a segunda trata apenas de uma reunião de pessoas com a mesma crença que não estão requerendo direitos, mas somente expressando seu posicionamento religioso para os demais. Ocorre que, por ser um ato público, pode ser confundido com uma ação política, o que não é o caso aqui discutido. Mas em que sentido a marcha para Jesus poderia então, ser considerado como um ato político? Essa é uma pergunta que podemos responder da seguinte forma: quando um grupo de religiosos, como é o caso aqui ilustrado, está adentrando ao espaço público para requerer *direitos civis* de liberdade de expressão religiosa, pode-se considerar então que, se tem aqui um ato político, uma ação política que se dá no espaço público através do requerimento do direito à liberdade de expressão da própria manifestação de crença.

Mas também, podemos nos perguntar: um grupo de mulheres reunidas no espaço público sempre iniciarão uma ação política? É difícil imaginar que um grupo de mulheres, na sociedade em que vivemos, se reuniria no espaço público por outro motivo, senão o de zelar pelos *próprios direitos ou por requerer aqueles que não lhes foram dados*, mas usaremos como exemplo a hipótese de que a sociedade não é machista e patriarcal ao ponto das mulheres se reunirem no espaço público para discutirem sobre as marcas de maquiagens e cores de cabelos que estão na moda. Nesse caso, a ação, por mais que seja pública, ela não pode ser considerada política, uma vez que a reunião de um grupo de pessoas não significa, necessariamente, uma ação política se ela não estiver destinada ao *interesse comum*, aberta para divergências e que tenha como foco a transformação social. Resume-se assim que na moderna sociedade de massas, as ações de grupos da massa que se apresentarem no espaço público em defesa de direitos legalmente garantidos e administrativamente negados, quando engloba uma questão de interesse comum a todos, tem caráter de ação política, se levada a cabo pelos demais membros da sociedade.

Ação e discurso no espaço público são iniciados por um agente da ação, que através de participação de outros, dão continuidade na ação. Esse agente inicia, e os demais conduzem e é essa a razão de Arendt salientar a importância da pluralidade humana como condição básica da ação.

Apesar de iguais e ao mesmo tempo diferentes entre si, essa distinção se encontra na pluralidade, e como “Hannah Arendt é arrojada e original, pois contrapõe a concepção tradicional que, desde Platão, entende a política a partir do uno, do individual” (Correia ... [et al], 2020, p. 309), isso permite que exista a compreensão de uns para com os outros.

A pluralidade é que possibilita o diálogo entre os indivíduos é o que os governos totalitários buscam eliminar, pois sem essa diversidade, as pessoas se limitam a agir e pensar apenas de acordo com comandos e ordens impostos. Arendt destaca como primeiro argumento dessa distinção e afirma que “os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo”. Embora todos os aspectos da condição humana estejam de alguma forma relacionados à política, a pluralidade é fundamental não apenas como uma condição essencial, mas como a própria base de toda vida política. Cada um é único e singular e, vivendo em conjunto, formam a pluralidade de seres humanos que nascem e morrem continuamente na humanidade. Neste sentido, Arendt afirma que:

Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa distinção e distinguir-se, e só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo. No homem, a alteridade, que ele partilha com tudo que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo que vive, tornam-se unicidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres únicos” (Arendt, 2020, p. 218).

Os seres humanos só habitam o planeta, em um *mundo* construído por humanos para abrigar suas necessidades de sobrevivência: o corpo humano sensível, como toda vida natural dentro da natureza do Planeta, com suas leis próprias, sofre abalos físicos, fome, frio, calor, sede, necessidade de abrigo. Todas essas necessidades foram sanadas através da reificação, que se diferencia dos demais animais pela forma, não pelo objetivo. Essas coisificações proporcionam aos que chegam através do nascimento, “um lar para os homens mortais” (Arendt, 2020, p. 216).

Desta feita a convivência que Arendt denomina como “*teia de relações*” (Arendt, 2020, p. 289), entre os seres humanos é no mínimo agônica e prescinde de acertos entre esses povos direcionando a organização e administração da necessidade de todos, visando ainda a proteção do meio ambiente do planeta que garante a vida de todos os seres humanos e as demais espécies.¹⁵

¹⁵ De acordo com Matos & Santos (2017, p. 143) neste ponto, apesar de não fazer nenhuma menção em sua obra, Arendt parece abrir uma grande discussão para a contemporaneidade a qual seria a questão da ecologia. Parece haver, logo no início de *A condição humana* uma potência heurística de defesa da natureza, que, no entanto, não foi aprofundada por Arendt e arriscamos dizer que por conta do seu problema de pesquisa ser outro. No trecho a seguir, Arendt aponta a importância do planeta Terra e da natureza para a sociedade e de que somente com ela e através dela o ser humano pode se desenvolver plenamente. A defesa política de Arendt subjaz também uma defesa do planeta Terra, se caso o leitor não concordar com a tese de que há, dentro da filosofia de Arendt, também uma defesa ecologia, mas pelo menos, faz necessário refletir sobre por quais razões Arendt destaca a existência do planeta Terra como a mais importante “obra” para os seres humanos. “Embora Arendt não tenha tratado da questão entre política e natureza especificamente, seu entendimento sobre a conexão existente entre homens e coisas nos permite compreender que o caminho da ação política que contemple a natureza deve passar pela associação entre humanos e coisas no debate público”. Assim, Cito Arendt (2020, p. 02) “A Terra é a própria quintessência

Nessa busca por maior proteção e estabilidade a ciência evolui na descoberta de processamento dos materiais para oferecer um sem-número de alternativas de vida. Ocorre que aprofundado nessa descoberta, e nos processos acelerado de produção e consumo, os seres humanos deixaram de cultivar uma maior interação pessoal nas relações humanas, que ficaram aquém das descobertas das demais ciências. Com o avanço tecnológico os homens foram se distanciando daquilo que deveria ser natural, a convivência entre as variadas culturas transformou-se numa disputa para abarcar mais e mais riquezas. O poder de destruição não se limita às extrações da natureza e a matança de outras espécies, os homens também eliminam outros homens.

A Era moderna alterou o rumo da Ciência e modificou a relação dos humanos com seu próprio mundo e com o Planeta. Todo o pensamento humano foi alterado para os sistemas de cálculos logo, previsível, ao menos de forma *aparente* estaria em evidência.

[...] a própria ciência tornou-se uma forma de reificar o mundo, de *produzir* conhecimento com a finalidade ou a utilidade, obedecendo às demandas sempre novas advindas do desenvolvimento técnico, exigindo *descobertas* contínuas e *úteis*. A Revolução Industrial mostrou que os feitos e artefatos do **ser humano ditam** suas **próprias** regras à razão. À ciência caberá, nessa nova concepção *criando* novos engenhos ou fórmulas (Schio, 2006, p. 29).

Essa nova forma de reificar o mundo deixou de ter a essencial relação com a realidade¹⁶ para com a produção da essencialidade para a vida humana e desembocou em desabalada busca por novidades, num ritmo muito mais acelerado do que o pensamento humano consegue apreender. Dos motores movidos à carvão passamos pela eletricidade e desta chegamos em pouco tempo aos compartilhamentos de conhecimento via ondas de “*wi-fi*”.

A nova ciência baseada num forte empirismo que desde o século XVII com os experimentos técnicos, da descoberta dos instrumentos de aferição e medidas, de aumento da percepção da nossa posição no mundo, deixou claro que os sentidos humanos são limitados. Dessa forma “a ciência modificou e reexplicou o mundo” (Schio, 2006, p. 30), angariando para ela (ciência) o espírito do pensamento, tal como nos processos científicos, “partindo de concepções que lhe são inerentes, como o conceito de processo, o de leis fixas, a serem *obedecidos obrigatoriamente*” (Schio, 2006, p. 30, grifo nosso).

da condição humana, e a natureza terrestre, ao que sabemos, pode ser a única no universo capaz de proporcionar aos seres humanos um *habitat* no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício. O artifício humano do mundo separa a existência humana de todo ambiente meramente animal, mas a vida mesmo permanece fora desse mundo artificial, e por meio da vida o homem permanece ligado a todos os outros organismos vivos. Desde já algum tempo muitas investigações científicas têm buscado tornar “artificial” também a vida e cortar o último laço a manter até o homem entre os filhos da natureza”

A disseminação desse tipo de pensamento retirou dos seres humanos uma das mais fantásticas de suas qualidades, a reflexão sobre a percepção sensorial dos acontecimentos da realidade que os cerca. O pensamento científico baseado em processo com a obrigatoriedade de obediência, condena a espontaneidade a morrer por falta de uso. Falta assim aos seres humanos, a consciência entre a razão e a sensibilidade, os corpos humanos são dotados de algo mais que a simples forma biológica, ou seja, tem a capacidade de conhecer e criar algo a partir do contato com a realidade e suas percepções sensíveis, suas sensações de prazer e desprazer que o conhecimento lhe fornece e proporciona em uma cadeia sucessiva de ações espontâneas que direcionam os acontecimentos. Assim a ciência moderna “contribuiu para a ruptura entre o passado e o futuro por meio da nova forma do fazer científico” (Schio, 2006, p. 30). A relação do homem com o *mundo* tomou o caminho de sujeito-objeto, em que o sujeito é um observador e o “outro” é uma coisa a ser observada.

Arendt relaciona o conhecimento no compreender que tem significado específico em sua obra. O compreender é essencial para Arendt. Ao escrever o prefácio em *As origens do Totalitarismo* ela definiu o que significa compreender:

Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar os fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós – sem negar sua existência nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja (Arendt, 2012, p. 12).

Nesse sentido, de acordo com o modelo das ciências exatas, então seria possível viver e conhecer sem compreender, desde que todo o conhecimento angariado seja tido como verdade, ainda que se apresente como absurdo, desde que seja uma sucessão de ideias logicamente encadeadas, o que não é um fato, visto que os seres humanos não podem ser enquadrados e qualificados unicamente através de números ou definições fechadas, justamente porque não somos números e sim seres vivos dotados de necessidade, de vontade e passíveis de ação, reação ou omissão a fim de obter o desejado. Sendo assim, o ser humano que age livremente está em constante instabilidade política uma vez que suas ações podem desencadear outras ações ou reações que se perdem ao longo do percurso e tempo. Essa implicação do agir imprevisível e irreparável é que depois de iniciada a ação, ninguém pode estar no controle.

Por sua essencialidade a ação de cunho político só ocorre no espaço público que é o espaço da *aparência*, local onde pode ser visto e ouvido, assim como também vê e

escuta os demais presentes. Desta forma a imprevisibilidade do destino da ação é um risco para todos, ou causa mudanças, que podem ser danosas para alguns, ou será combatida a não produzir nenhum efeito.

Arendt busca na redenção a alternativa para o resgate da ação e sua imprevisibilidade comparando-a às atividades do *homo Faber* e a obra, “o qual como fazedor de instrumentos, não só atenua as labutas e penas do trabalho como também erige um mundo de durabilidade. A redenção da vida, sustentada pelo trabalho é a *mundanidade*, sustentada pela fabricação” (Arendt, 2020, p. 292, grifo nosso). Na esteira das atividades que necessitam da pluralidade tanto quanto da publicidade, as relações humanas exigem amplificadores de possibilidades de ação e ainda uma certa garantia daquilo a que se dispõe em seu agir. Esse resgate da tradição pode reverter o quadro de atores políticos através da história sem determinações, portanto livre de um *determinismo* natural ou histórico.

Existe nas relações humanas a compensação das ações de cada ser humano, afinal somos todos da mesma espécie e gênero viventes de um mesmo Planeta e mundo, o que justifica que:

Em cada um desses casos, o que salva o homem – *qua animal laborans, homo faber*, ou pensador – é algo inteiramente diferente, algo que vem de fora, não do homem, por certo, mas de cada uma das atividades. Do ponto de vista do *animal laborans*, parece um milagre o fato de que ele seja também um ser que conhece o um mundo e nele habita; do ponto de vista do *homo faber*, parece um milagre, uma espécie de redenção divina o fato de o significado ter um lugar nesse mundo. O caso da ação e seus constrangimentos é bem diferente. O remédio contra a irreversibilidade e a imprevisibilidade do processo que ela desencadeia não provém de outra faculdade possivelmente superior, mas é uma das potencialidades da própria ação. A redenção possível para o constrangimento da irreversibilidade – da incapacidade de se desfazer o que se fez, embora não soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. O remédio para a imprevisibilidade, para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas (Arendt, 2020, p.293).

Ilimitabilidade e Imprevisibilidade da natalidade: Elementos-Chave para a Ação Política

O *mundo* por ser diferente do Planeta Terra, que abriga além de outros seres também os seres humanos, é reificado para tornar-se adequado à existência; razão primeira da perpetuação da Humanidade dada pela consistência e materialidade da obra humana, as quais podem ser mantidas ou também destruídas pelos que se sucedem. A reificação promove, inclusive, potenciais alterações na natureza do planeta, ou seja,

naquilo que não construiu, quando retira dela o que não precisa, ou quando a destrói através de sua ação desmedida.

Passos (2012, p. 167) afirma que as leis são os suportes jurídicos para a estabilização das relações humanas tanto no espaço público quanto no espaço de convivência, uma vez que para os romanos a concepção de território e fundação marcam o início de sua tradição histórica, o que garantiria que tudo que vem após a fundação deve seguir o princípio disposto nos pactos iniciais os quais devem ser alinhados para manter a estabilidade das ações humanas¹⁷.

A ação, que ocorre no âmago do espaço público é, por natureza, imprevisível e ilimitada e, portanto, instável. Essas características fazem com que a própria ação venha a ameaçar a permanência do espaço público. É nessa perspectiva que surgem as reflexões arendtianas em torno das leis, pois serão elas que colocarão limites à ação humana e possibilitarão que o espaço público se mantenha [...] devemos apontar para as fontes a partir das quais Hannah Arendt constrói suas análises acerca dos fundamentos e objetivos das leis. Fundamentalmente em *Sobre a Revolução*, Arendt faz uma digressão do sentido das leis nas perspectivas grega e romana e deixa-nos entrever que a concepção romana de lei é a que mais se aproxima da adotada por nossa autora em suas reflexões, uma vez que essa concepção explicita a natureza do poder (Passos, 2012, p. 167).

Toda ação humana gera consequências, a cada passo que um ser humano dá, milhões de microrganismos são esmagados e mortos. Nada obstante seria impossível viver se pensássemos constantemente sobre isso. O que é necessário para o ser humano, sempre poderá abalar de alguma forma outras vidas e essa é uma lei universal. E para Arendt tanto a Grécia quanto Roma teriam uma solução para o limite das ações humanas, sempre baseado no próprio ser humano e criado por eles como *nomos* para os Gregos, que significa, algo feito pelo homem e não natural, e referia-se às fronteiras que cercam e limitam atividades humanas, proporcionando assim alguma estabilidade em meio ao fluxo interminável dos assuntos humanos. E para os romanos a palavra *lex* tem o significado embora bem diferente, é igualmente mundano e espacial, tendo originalmente significado um relacionamento, um acordo ou aliança entre diferentes partidos. Dentro da tradição ocidental, apenas Montesquieu compreendeu e reviveu esta tradição romana concepção descrevendo as leis como relações presentes nos acordos e pactos.

¹⁷ Para Guilherme Boff, “de acordo com Hannah Arendt, a *lex* romana diferencia-se da *nomos* grega basicamente sob dois aspectos: a concepção do que é território e do que é lei. Para os romanos, o ato de fundação da cidade e o estabelecimento de suas leis marcam o início da sua tradição e história, de modo que todos os feitos posteriores deveriam guardar relação com o inicial, que os concedia validade política e legal, diferentemente dos gregos, cujo espaço era primeiramente demarcado pela lei. O termo romano *lex* não possui a origem espacial como a lei grega. Significa, antes de tudo, uma relação formal entre as pessoas, não uma fronteira que as separa”. (BOFF, 2010, p. 280)

Para os seres humanos a ação sempre se mostrou um potencial risco, tanto para si, quanto para os demais por conta de sua imprevisibilidade. Por sermos dotados de consciência e razão temos no discurso o meio mais alto de sermos efetivamente humanos pois “é com palavras que nos inserimos no mundo, e essa inserção é como um segundo nascimento” (Arendt, 2020, p. 219), nessas palavras buscamos a compreensão dos demais sobre nosso entendimento do que está ocorrendo. O ser humano é um ser que tem a habilidade de comunicar-se não só com gestos, mas também e sobretudo através do diálogo, ocasião em que um fala e os demais ouvem e se respondem até que um entendimento razoável aconteça, tornando as relações estáveis. Essa estabilidade no espaço público é garantida pela lei que também é uma criação humana espelhada na natureza do planeta. Acompanhada do discurso, a ação é a atividade humana que exige a presença de outros para quem o agente se revela aos demais, mostra quem é e o que pretende fazer. A condição da ação é a pluralidade, pois a força de uma ação jamais se exaure no primeiro ato, uma vez que recebida pelos demais componentes da teia de relações, esse ato poderá atingir dimensões não esperadas, menos ainda especificadas, cujas consequências serão multiplicadas. A duração da ação é autônoma, seguirá o caminho que a teia trilhar, além disso, nem seu autor tem domínio depois de iniciada a ação.

Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe completamente o que está fazendo; que sempre vem a ser “culpado” de consequências que jamais previu; [...] e julgar com desprezo a capacidade humana de liberdade, que ao criar a teia de relações humanas, parece enredar de tal modo o seu criador que este parece mais uma vítima ou paciente que o autor e realizador do que fez (Arendt, 2020, p. 289).

Por sua espontaneidade e indefinição do agente a ação apresenta como característica a ilimitabilidade, a ambiguidade, a irreversibilidade e a imprevisibilidade que se apresenta sempre na medida de seu agente, ou seja, aquele que age e fala no espaço público. Quem age faz por algum motivo, uma vez que a ação só é possível em meio a outros humanos, que também são agentes em potencial.

É através da ação e discurso que os seres humanos se relacionam, se identificam como humanos, e ao mesmo tempo se distinguem uns dos outros, afirmando assim sua igualdade e singularidade, essa atividade ocorre em um mundo objetivo constituído pelo domínio público que é o espaço-entre os homens. “Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem

qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz”. (Arendt, 2020, p. 222).

Na sociedade de massa, característica do século XX, a perda da capacidade de avaliar e discernir critérios, decorrente do desinteresse e afastamento da política como valor de convivência comum, esgarçou-se e o tecido social obscureceu essa capacidade de “revelação de “quem”, em contraposição ao “o que” alguém é – os *dons, qualidades, talentos e defeitos* que se podem exhibir ou ocultar -, está implícita em tudo o que esse alguém diz ou faz” (Arendt, 2020, p. 222).

O espaço público da convivência permite aparecer perante outros que ali se encontram e que presenciam aquele “alguém” cuja ação e discurso demonstram suas qualidades e dons, revelando ainda seus possíveis defeitos, através do tom da fala, do tipo de linguajar, gestos e comportamentos, enfim é possível através dessa aparição, julgar suas intenções. Esse espaço é onde a luz do público revela o *zoon politikon*, ou o homem que faz política, espontaneamente usando de suas palavras, instado a falar e agir pela presença de outros, a quem deseja se juntar. “Seu impulso surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos quando começamos algo novo por nossa própria iniciativa” (Arendt, 2020, p. 219) coloca para um público sua intenção de ação que permitirá aos demais avaliar a proposta ou não, permitir a alguns os contrapontos de interesse para aderir e prosseguir com a condução da ação. Nesse sentido, a iniciativa de cada agente é reforçada e desviada por outros que constituem essa teia de relações humanas em que o autor da ação e do discurso desconhece de imediato o inteiro processo que sua ação desencadeia.

Essas consequências são ilimitadas porque a ação, embora possa provir de nenhures, por assim dizer, atua em um meio no qual toda reação se converte em reação em cadeia, e no qual todo processo é causa de novos processos. Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros (Arendt, 2020, p. 236).

De forma que, o autor nunca é o único produtor da ação, embora seja ele iniciador, está sujeito a ação dos demais participantes da teia de relações, daí surge a ilimitabilidade da ação. Ocorre ainda a ambiguidade da ação no fato de que ela não segue uma formatação tal como o planejamento de uma obra, cujo autor delimita as formas, o material, o tempo de execução e o destino da obra.

A realidade da vida dos seres humanos se constitui desse intercâmbio em que existe uma pluralidade de perspectivas e singularidades que se relacionam. Essa variedade de perspectivas daqueles que *aparecem* oferece a todos um alargamento de opiniões que

são compartilhados em outras esferas da vida as quais realizam suas histórias de vida em total compartilhamento para afastar de si o solipsismo dos interesses particulares e egoístas.

A presença de outros que veem (*sic*) o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos; e embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio do domínio público, sempre intensificará e enriquecerá grandemente a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, essa intensificação sempre ocorre à custa da garantia da realidade do *mundo* e dos homens (Arendt, 2020, p. 62).

Apenas e tão somente na privatividade do lar é que o ser humano pode refletir entre o que vê e ouve no espaço público, entre o que sente a respeito desse embate entre o que é particular com o que é público, pois, “público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privativamente possuímos nele” (Arendt, 2020, p. 64).

A política cujo sentido primordial é a liberdade, é parte da *condição humana* da pluralidade, ou seja, para agir e falar entre outros, é necessário que os seres humanos abduquem da soberania, uma vez que a capacidade de persuasão é diferente da violência, da força da repressão pois “o poder de fazer promessas é tido pela tradição, remontado no sistema legal romano, à inviolabilidade de acordos e tratados (*pacta sunt servanda*)” (Arendt, 2020, p. 301). Diante do compromisso que o agente propõe através da ação e discurso, que é correspondente ao termo do latim *agere* (agir e conduzir) os demais presentes que se determinarem a conduzir e (*gerere*), ou seja, pôr em movimento a ação proposta, aceita e adere ao consenso.

Assim, toda ação é um início, uma possibilidade de inserir no mundo humano novas histórias na teia de relações humanas, o iniciador rompe com a mecanização da vida, cria expectativas, vitaliza a convivência no espaço social, reconhece a pluralidade e demonstra seu interesse pelo *mundo*. A cada nova aparição no espaço público, o ser humano de ação alarga conceitos e atualiza o tempo como movimento retilíneo da vida humana que se prolonga na sucessão de novos seres humanos.

A política concreta só se dá no espaço público, com ação e discurso em que, um agente discursiva e pelos expectadores pode ser interpelado, são ações repetidas por outros com a mesma intenção, qual seja, o que segundo o senso comum daquela situação aparenta o ideal e que atende ao anseio de todos, afirma Arendt, “além disso, seja qual for o seu conteúdo específico, a ação sempre estabelece relações, e tem, portanto, a

tendência inerente de romper todos os limites e transpor todas as fronteiras” (Arendt, 2020, p. 236).

Neste capítulo tivemos como objetivo apresentar a importância da ação como condição humana para o fazer político. Sem a condição do fazer político enquanto continuidade da pluralidade, que subjaz a vida e a *mundanidade*, os seres humanos tornam-se vulneráveis a movimentos totalizantes, sejam eles o totalitarismo ou mesmo a proposta de uma ditadura. O ser humano que deixa de aparecer no espaço público por recusa em aceitar as diferenças, ou por medo de algo que não sabe identificar, esgota o arquivo de *senso comum*, individualiza suas ações e se cala diante dos acontecimentos da mundanidade.

Torna-se um indivíduo inativo, sua carapaça formada pela falta de capacidade de pensar sobre os acontecimentos do mundo, não se abala com o mal perpetrado em face de outros com os quais não há nenhuma identificação, tampouco adere a qualquer ação e discurso que venha a ser proposto, a menos que atenda seu interesse individual. Omite-se para não se comprometer. É um ser voltado para dentro de si, incapaz de pensar e criar juízos.

6. ALIENAÇÃO - SOLIDÃO E INTROSPECÇÃO: OS ELEMENTOS DO TOTALITARISMO SOBRE A (IM)POSSIBILIDADE DO AGIR

No capítulo anterior tivemos como intuito apresentar o conceito de ação, especialmente em sua obra *A condição humana*. A ação como participação política não é apenas um mero agir, mas um agir que tem uma finalidade, que busca, acima de qualquer coisa, o interesse comum, somente através dela que podemos agir e requerer os direitos que possuímos enquanto humanos.

Pensamento e Reflexão: Pontos de Encontro e Divergência no agir político

Entre a certeza e o conhecimento existe a dúvida, e tomando a definição do que é o compreender para Arendt, temos que essa é uma tarefa do espírito. Entre o pensar e o conhecer encontram-se a razão e o intelecto, e para compreender utiliza-se de ambos durante o pensamento e, é importante observar o lugar de cada um deles. Schio (2006, p. 76) nos explica a distinção de feita por Arendt, entre os conceitos e suas funções. “Cabe à razão, como atividade especulativa do homem transcender as faculdades cognitivas de seu intelecto”, significa dizer que a razão deve necessariamente estar em consonância com a objetividade, ainda que essa realidade seja chocante. Daí a parte de reorganizar as informações prezando também com as sensações, ou sentimentos que nos afeta dentro daquela realidade, o que nos causa indignação ou não.

Assim também, como bem explica Correia *et al.* (2022, p. 285) para Arendt a atividade do pensamento não é “uma benesse concedida a alguns privilegiados, os “filósofos profissionais”, que do alto de sua “Torre de Marfim”, contemplam as medidas não aparentes, do intuito de modelar o mundo sensível, dirimindo o caos e a desordem que há nele”. Todo e qualquer ser humano é dotado de consciência, que significa dizer, a relação entre o ser e o estar. Ser humano é estar no mundo sensível, ou melhor dizendo naquilo que toca os cinco sentidos físicos que apresenta as sensações, mas que, além de provocar as sensações através de sinapses cerebrais, que atingem somente o cérebro enquanto um órgão separado do corpo, também fazem, essas sensações, direcionar os homens para a ação, que, através de suas percepções do mundo proporcionadas pelos seus sentidos, são elaborados pelo seu ato de pensar e daí preparar o seu agir.

O pensar é a atividade que nos faz realmente humanos e está inserida nas atividades da *vita contemplativa*, ou seja, do espírito, como o pensar, o querer e o julgar (Cf. Arendt, 2022, pps. 103-116) como atividades de efetivação do espírito. Considerando assim, é reservada ao espaço da privacidade, para a qual o ser humano se ausenta do

espaço da aparência. Apenas no silêncio de sua própria companhia e tendo ela como única, se torna solidão, se dedica por um tempo a esse exercício de inquirir e responder de si para si.

É somente na solidão que me sinto *privado* da companhia humana; e somente na aguda consciência de tal privação que os homens podem chegar a existir realmente no singular; assim, como talvez seja somente nos sonhos ou na loucura que eles percebem completamente o “horror impronunciável” e insuportável desse estado (Arendt, 2022, p. 109).

Esse movimento entre o mundo exterior e o interior permite ao ser humano ser crítico, qualidade essencial para retornar ao convívio social. Schio (2006, p. 74) afirma que “por isso ele pode ser o único que o prepara para o julgamento, possibilitando-lhe evitar o mal e fazer o bem”.

Da mesma forma o pensar também não é obrigatório, posto que sendo atividade do espírito, é livre e pode ser abdicada, contudo, essa negação tem um alto custo para a vida do ser humano, qual seja de perder-se do próprio mundo e tornar-se refém daqueles que, através de ideologias, aliciam seres humanos alienados, tal como os tiranos e líderes totalitários.

Existe uma imbricação entre a faculdade de pensar e a pluralidade, pois, ao pensar, o ser humano traz para memória a presença de outros. Se por um lado são iguais, por outro são plurais, em razão da formação da consciência que, diferencia uns dos outros, de acordo com sua cultura, entendendo-se um eu (*self*) como sendo singular, portanto, somos um, que na consciência de si, reconhece o outro como seu igual e semelhante, respeitando a dessemelhança individuais de cada um. A importância desse exercício de pensamento dos seres humanos que ao pensar sobre essa semelhança, encontra diferenças, assim são levados a discordar em algum ponto, que é por ele questionado e por ele mesmo respondido, numa conversa entre um mim (eu) comigo mesmo. Nessa ordem do pensamento, a fim de certificar-se sobre essa discordância, a fonte de confirmação que melhor se assenta, que atende a razão sem contrariá-la frontalmente, surge o “parece-me que”, ou melhor dizendo, aquilo que dentro do que vejo e do que conheço, me aparenta ser. Essa capacidade de reflexão diferencia-se de o simples pensar que é imanente de todo ser humano.

Parece-me errado tentar estabelecer uma ordem hierárquica entre as atividades do espírito; mas também me parece inegável que existe uma ordem de prioridades. Se o poder da representação e o esforço para dirigir a atenção do espírito para o que escapa da atenção da percepção sensível não se antecipasse e preparassem o espírito para refletir, assim como para o querer e para o julgar, isto é, como poderíamos lidar com as coisas que ainda não são, ou que já não são mais. Em outras palavras, aquilo que geralmente chamamos de “pensar”,

embora incapaz de mover a vontade ou prover o juízo com regras gerais, deve preparar os particulares dados aos sentidos, de tal modo que o espírito seja capaz de lidar com eles na sua ausência; em suma, ele deve *de-sensorializá-los* (Arendt, 2022, p. 112).

Para desenvolver a capacidade de reflexão ao ser humano é exigida a participação no espaço público, palco das manifestações de outros seres humanos que ali também se encontram e de cujas ações e discursos são coparticipes. Nessa convivência em uma comunidade, cria-se a parte subjetiva de quem reconhece a liberdade de agir e discursar perante outros no espaço público. Buscar na opinião de outros através de suas experiências e narrativas é uma forma de obter e validar conhecimentos tanto da tradição, quanto da história sobre dado assunto o qual o indivíduo não domina e a partir dali passa a se interessar, enriquecendo a convivência social, formando laços de confiança e colaboração para ações políticas em prol do bem-estar coletivo. É esse o ambiente naturalizado em humanidade que o ser humano se consolida como ser pensante e capacitado a agir. Esse espaço público da convivência, apesar de agônico devido a dessemelhança de pensamentos, é também o espaço da liberdade, onde cada qual participa colocando à público suas experiências e peculiaridades de onde se pode extrair um senso comum.

O futuro é um tempo desconhecido, contudo previsível até certo ponto. Desde que o homem se deu conta de que a vida se prolonga com o nascer e o pôr do sol, a vontade de ter mais uma chance de permanecer no mundo o fez esperar por um novo tempo. Só o pensar pode nos levar nesse caminho, ou seja, colocar-nos de volta ao passado, repensar fatos e acontecimentos e de lá extrair memórias de vivências que auxiliam na projeção do futuro. Existe entre um e outro, passado e futuro – o tempo presente. É nesse breve e fugaz presente que a vida acontece. A ação humana de cada um dos seres humanos presente no aqui e agora, determina o futuro para além daqueles que aqui um dia estarão, pois, “a ação que possui sentido para os vivos somente tem valor para os mortos e só é completa nas mentes que a herdaram e questionam” (Arendt, 2016, p. 31), pois os efeitos da ação se dão quando o sentido de seu propósito atua no mundo comum.

O pensamento antecede o agir, estabelece uma relação fictícia entre dois que permite a reflexão sobre fatos corriqueiros e prepara a ação e o discurso para ser usado em alguma situação. Nesse espaço do pensamento e da reflexão, o espaço da pluralidade surge de forma natural, brota da intimidade. De vital importância, a consciência da pluralidade pelo ser humano reordena sua posição no mundo comum, visto que essa

atividade permite ao pensador o reconhecimento do “nós”, a característica que diferencia o ser humano dos demais animais que habitam o Planeta uma vez que são dotados da potencialidade da ação e do discurso.

Segundo Correia et al. (2022, p. 286) em relação ao ato de pensar Arendt dedicou grande parte de sua teoria à política. Correia, afirma que nossa filósofa buscou o significado político do pensamento ao escrever sobre a dignidade da política uma vez que “Arendt aponta para a existência de uma relação entre a política e a Faculdade do Pensamento”. Isso se deve ao fato de que não é possível gerar uma terceira pessoa no diálogo do eu-consigo mesmo, o que aponta haver um entrave na relação do Pensar com a *ação* política.

No pensamento a liberdade é praticamente irrestrita, o ser humano reflete sobre o que sabe e o que não sabe. Quando pensa sobre dado assunto, por mais que imediatamente reprima a reflexão com um “não posso pensar sobre isso”, o pensamento já ocorreu. Ainda que não se repita naquele momento, voltará, aquele determinado pensamento, ele está ali. O pensar não faz do sujeito pensante um grande sábio, tampouco lhe fornece as respostas para todas as questões da vida, a menos que após o pensar ele se dedique ao próximo passo da reflexão que é a capacidade de criar valores e juízos, para a qual se faz necessário o contato com o outro, “o nós” e a partir dessa atividade encontrar seu lugar no mundo que é plural.

O Pensamento não nos diz o que é certo ou errado a se fazer, mas possui um poder de nos deixar atordoados diante da “certeza” de que nada se sabe de maneira indubitável. Talvez o aspecto político de todo Pensamento seja puramente a manifestação da pluralidade no Pensar, aspecto que, ao ser desdobrado, apontaria para a implicação política da Faculdade do Pensamento e a conseqüente relação entre o Pensar e o agir. Contudo, essa é uma tópica que as reflexões de Arendt não conseguiram iluminar suficientemente (Correia et al., 2022, p. 287).

A liberdade está no espaço público onde a ação e o discurso garantem a participação efetiva da vida em comunidade. Na era moderna a ação e o discurso como participação política, foi aniquilada devido a vitória do *animal laborans laborans* (Cf. Arendt, 2020, p. 397-403). A medida em que a vida se concentra na produção e consumo num eterno ciclo de trabalho, sem qualquer espaço de convivência, a ação como participação política é um luxo delegado a poucos, pois “é perfeitamente concebível que a era moderna – que teve início com um surto tão promissor e tão precedentes da atividade humana – venha a terminar na mais mortal e estéril que a história jamais conheceu” (Arendt, 2020, p. 400).

Arendt escreve, “o conceito cristão de liberdade política surgiu da desconfiança e hostilidade que os cristãos primitivos tinham contra a esfera política enquanto tal, e de cujos encargos reclamavam isenção para serem livres” (Arendt, 2020, p. 196). Significa dizer que os encargos da esfera política, ao que parece, desde o início da era cristã é o terror das populações (Cf. Melo, 2023). Por encargos podemos compreender os impostos que são bancados tanto pela representação financeira, quanto ao fato da desconfiança, ou seja, a insegurança de honestidade por parte de *quem* participa da política, cujas promessas poucas vezes são cumpridas.

Na Modernidade, a constituição do Estado-nação que reconheceu todos os seres humanos como partícipes do *mundo comum*, entregando as preocupações da administração da vida ao Estado. A privatização da política para garantia da propriedade privada de parte dos cidadãos não representou para os demais, a libertação das necessidades a ponto de colocá-los no espaço público da liberdade. Portanto, o Estado não representou *o direito* a todos os cidadãos em participar da esfera política. E somente *não ocorreu*, pois, a condição essencial para tal participação de libertar-se das necessidades e responsabilidades da *oikia*, para então dedicar tempo à *vida contemplativa*, própria dos filósofos políticos da antiga Grécia permaneceu exatamente no mesmo lugar, apenas foi ampliada para o social. Essa foi uma luta por poder, não por melhores condições de vida para todos.

Quando as fronteiras dos Estados-nação se evidenciaram como um obstáculo para a expansão econômica, a tensão latente entre a classe burguesa e as instituições políticas se tornou uma “luta aberta pelo poder, devida à pretensão da burguesia de “usar o Estado e os seus instrumentos de violência para seus próprios fins econômicos” e de tornar a expansão o objetivo final dos governos, engajada então “em buscas predatórias empreendidas e todo o mundo por novas possibilidades de investimentos”. [...] Para a classe burguesa, “o Estado havia sido sempre uma força policial bem-organizada” cuja finalidade era a proteção de sua vida e de sua propriedade por meio do controle social. Essa concepção do Estado como a violência monopolizada a seu serviço definirá, junto ao racismo, a dominação e a superexploração extremada levada a cabo pelos países europeus na Ásia e principalmente na África (Correia *et al*, 2022, p. 345).

De certa forma isso explica claramente por que o espaço público da liberdade sempre foi vedado ao homem comum, aquele que necessita do trabalho de seu próprio corpo para manutenção da vida biológica, tal como ocorre até a modernidade.

Assim, até se poderia crer na crença popular de que “*quanto menos política, mais liberdade*”, posto o não entendimento geral de que o cidadão é constituinte do Estado, e nunca o contrário. Ao contrário do que se tem visto como verdade, é o que para Arendt

representa uma mera promessa não cumprida. O Estado é uma fraude quando monopolizado por interesses individuais.

Na modernidade os *princípios* da ação política, que devem ser espontâneas e livres, passaram a ser menos impulsionados pela igualdade ou a honra, e muito mais frequentemente pela imposição do medo sempre com discursos voltados para a insegurança da vida cotidiana.

Diante da farsa arquitetada pela classe burguesa cujo interesse no Estado se deveu única e exclusivamente como escudo de proteção contra os homens menos favorecidos, com o uso da proteção do Estado, a violência, a desigualdade de direitos e a assassinato em massa foi instituído como política, resultando na exclusão de muitos seres humanos para manter o bem-estar de alguns escolhidos.

Parece ser da natureza da relação entre os domínios público e privado que o estágio final do desaparecimento do domínio público seja acompanhado pela ameaça de liquidação também do domínio privado (Arendt, 2020, p. 74).

Na era Moderna, os despossuídos de terras para o trabalho agrícola, ou seja, os trabalhadores/escravos, passaram a depender de outros meios de subsistência. Surge então a lei como fator de obediência ao sistema estatal exigindo que os subalternos obedeçam a ordens. “Nele a ideia de liberdade tinha degenerado; a democracia passou a ser entendida como oriunda de um grupo desorganizado e mal-intencionado; o comunismo como sendo judeu e materialista, e portanto, devendo ser eliminado” (Schio, 2006, p. 39).

Assim a mentira tornou-se uma ferramenta política do Estado. Incapaz de atender e gerenciar as demandas das necessidades humanas e criar riquezas, o Estado se rende, produz riqueza como produto e pobreza como subproduto. O sistema de produção e consumo em ritmo acelerado, tornou insustentável tanto para a fragilidade dos seres humanos, os quais são consumidos cotidianamente, quanto para a diversidade do Planeta. “Quando a mentira depender da ação para existir e desencadear ações, ela será política” (Schio, 2006, p. 41). É da essencialidade da mentira que ela reorganize os acontecimentos dentro de uma lógica do que poderia ter acontecido e não como realmente ocorreu. A mentira não é o contrário da verdade ela é a farsa de um fato religiosamente elaborada para não incorrer em contradições. Já “o fato ocorrido por outro lado, pode demonstrar o inesperado, sendo imediato, instantâneo, *é o que é*, nem sempre obedecendo a uma coerência, à causalidade estrita (Schio, 2006, p. 41).

Nos regimes totalitários a mentira é utilizada sem nenhuma cerimônia, especialmente quando associada à publicidade das propagandas ostensivas. Tais ferramentas visam minar toda e qualquer tentativa de “dispersão da massa”, que para melhor manipulação deve ser dócil e crédula. A ação e o discurso que no espaço público da política foi substituído pela aceitação e obediência à ideologia do líder.

Nesse cenário político da sociedade de massas, Arendt alerta que entre a ação e a política o pensamento e a reflexão que conduz ao fazer e a ação política.

O “Pensar não se apresenta como uma benesse concedida a alguns privilegiados, os “filósofos profissionais” que, do alto de sua “Torre de Marfim”, não contemplam as medidas não aparentes, do intuito de modelar o *mundo* [...] Ao contrário, o Pensamento pode ser ativado por qualquer pessoa e do mesmo modo, pode ser negligenciado até mesmo por grandes intelectuais que, ao se afastarem em demasia do *mundo comum*, não conseguem compreender o seu tempo, e muitas vezes, aliam-se, a tiranos e a líderes *totalitários*, a exemplo de Heidegger (Correia *et al*, 2022, p. 285).

Certamente agir é tão espontâneo ao ser humano quanto é o respirar, enquanto o pensamento, que é diretamente relacionado ao entendimento, portanto, diferente do conhecimento¹⁸ requer um certo afastamento do *mundo comum*¹⁹ na privatividade do lar onde é possível o exercício do Pensar, que, na era moderna, passou a ser considerado um luxo. Contudo, Arendt afirma que só o Pensar nos qualifica para entendimento que possibilita a crítica sobre o que é bom ou mal, que fornece elementos para julgar o que estamos fazendo, “essa faculdade não pergunta o que uma coisa é ou se ela simplesmente existe – sua existência é sempre tomada como certa – *mas o que significa, para ela, ser*” (Arendt, 2022, p. 90).

Na atividade do pensamento as questões trazidas à baila dizem respeito aos fatos, que é a realidade nua e crua colocadas frente a frente com os acontecimentos, que é a movimentação de pessoas que se manifestam sobre aquele fato e suas opiniões, ou seja, a “visão de mundo” que os envolvidos apresentam. Nessa contenda, primeiramente o pensador suspende seu parecer individual ao máximo a fim de manter-se minimamente

¹⁸ Conforme (Shio, 2006, p. 76). O entendimento recebe da sensibilidade as intuições ou os dados sensíveis referentes ao mundo externo, por um lado, pois ele é a “faculdade de unificar os fenômenos mediante regras”. Por outro, a razão, que “é a faculdade de unificar as regras do entendimento mediante princípios”. A razão, então, não se relaciona com os dados sensíveis, mas com o entendimento, momento em que apenas confere “ao diverso dos conhecimentos desta faculdade [do entendimento] uma unidade *a priori* graças aos conceitos. [...] À razão pertence o incondicionado, isto é, ela trata de conteúdos independentes da experiência.

¹⁹ De acordo com Amaral (2017) *Senso comunis* é entendido por ela como um sentimento compartilhado a todos os seres humanos. Sua principal tarefa é a permitir que os cinco sentidos pessoais (privados) se tornem adequados ao mundo sensível compartilhado com os outros. Dessa forma, ele assegura a comunicabilidade das sensações de todos os sentidos, ultrapassando a subjetividade inerente ao objeto ou à pessoa. Schio (2012, p. 106) complementa.

parcial quanto aos fenômenos que é o ponto de reflexão e julgamento sobre o que aparece e sobre o que está ainda camuflado e pode vir a ser.

Como visto, o pensamento reflexivo trata-se de uma potencialidade do ser humano que ao ser apreendido pode elevar o entendimento sobre a “visão de mundo” e a posição que cada um ocupa dentro do espaço-tempo de sua existência. Arendt assevera que “*somos do mundo, não apenas estamos nele*”²⁰ (Arendt, 2020), pois o nascimento é o indicador do pertencimento de cada um dos seres humanos que povoam o mundo e dele fazem sua morada. O recém-nascido, diferente de todos os que aqui já estiveram, estão ou estarão, é único dentro de um gênero e uma espécie do Planeta que se desenvolve de acordo como seu habitat, e o habitar significa fazer-se presente, pertencer ao *mundo*. Para pertencer é necessário conhecer e o pensamento é a atividade humana que permite esse conhecer.

Para Arendt é evidente que o horror perpetrado pelo Nazismo na Alemanha só foi possível pois os homens e mulheres da massa da Alemanha, tinham perdido a pluralidade e com ela, a capacidade de pensar e criar juízos de valor, ou seja julgar os acontecimentos ocorridos nas relações entre pessoas, perderam, pois, a pluralidade, sentimento pelo qual cada ser humano se reconhece em outro ser humano. Esse exercício de pensamento reflexão e julgamento, favorece o iniciar de alguma ação capaz de revolucionar os fatos. O maior exemplo para ilustrar sua tese sobre a relação dada entre a falta de pensamento e julgamento sustentado por Arendt para entender o que significa a falta de pensamento, foi cometido de forma eficaz no extermínio de milhões de judeus. O protagonista deste evento está representado pela figura de Karl Adolf Eichmann, oficial alemão responsável por ocupar funções na Seção de Assuntos Judaicos do Departamento de Segurança de Berlim, que se apresentou em seu julgamento como um ser humano sem expressão.

Para um homem com um passado carregado de histórias de fracasso, compor o quadro de oficiais do Führer já significava “ser reconhecido”, e assim participava das reuniões em que discutiam a logística de seres humanos, na maioria judeus, como se estivessem tratando de transporte de porcos, vacas, ou outros animais quaisquer. Arendt estava presente no julgamento de Eichmann, relata a insensatez dele quando “declarou – se: Inocente na forma da acusação” Além disso acrescentou que “aquelas ações, não constituíam crimes, mas “atos de Estado” (Arendt, 1999, p. 32).

²⁰ Segundo Lafer, in Assy (2015 p. XVI) “Daí a responsabilidade pessoal de cada um de nós, para o *quem* somos, para com os outros e para o mundo comum que compartilhamos e construímos”.

Eichmann não reconheceu seus crimes, alegou que apenas cumpriu ordens e o fez de forma eficiente. Para Assy (2015) o julgamento de Eichmann em Jerusalém “levou a autora a um novo *insight* sobre ética e sua conexão direta com as atividades do espírito” cujas atividades do *pensar, julgar e querer* desempenham um papel decisivo na constituição de *quem* somos, de como agimos e de como decidimos assumir responsabilidade pelos outros e pelo mundo”.

Ser alguém (*quem*) e aparecer no espaço da aparência, da liberdade e da política, exige uma ética de responsabilidade²¹ no espaço público onde cada um age e se movimenta de acordo com suas regras éticas obtidas a partir de seu pensamento crítico. Sem pensar julgar e querer, o agir humano é tão irresponsável a ponto de exterminar milhões de pessoas e nem ao menos se sentir tocado por algum sentimento de culpa. O ser humano em seu estágio introspectivo perdeu o calor e a vivacidade para a vida, é um mero cumpridor de ordens, submisso e obediente, e o grande risco de pessoas cujas ações são impensadas, pois as ações geram consequências.

Ao escrever sobre como compreender as ações de Eichmann Arendt concluiu que se tratava de algo tão indescritível que para verbalizar foi necessário adicionar banalidade aquilo que já estava naturalizado, ou seja o mal que é praticado a outros sem que ao menos os conheça, apenas por um indicativo de preconceito, ou pior ainda quando a ação é mera obediência do que para ele seja um dever, ainda que esse dever destrua toda a Humanidade. Quem obedece servilmente sem questionar as ações necessárias para iniciar conduzir ou finalizar uma atividade deixa de responder por si, pois nem ao menos se reconhece como capacitado para ser responsável por seus atos.

Visto que as ações humanas, de acordo com Arendt, são iniciadas pela vontade e são consequentemente, contingentes – ainda que livres – a responsabilidade se faz inerente à própria ação. Somos, portanto, responsáveis pelo nosso caráter (Heller *in* Assy, 2015, p. XXI).

Alienação, Solidão e Introspecção: Desvendando Nuanças da política e sua relação com o Agir.

As características da ação traçadas por Arendt permitem que se diferencie *ação com intuito político*, da mera ação que aqui denominaremos de mero movimento. Desta

²¹ CF Heller, (*in* Assy, 2015, p. XXI) Existem várias éticas da responsabilidade, todas diferentes. Assy concentra-se nas primeiras preocupações de Arendt as que tornam a sua ética um caso único. Em primeiro lugar a preocupação de Arendt com a visibilidade. Dado que o mundo da ação é um mundo de aparências o homem é responsável pela escolha de atos que possam ser integrados ao mundo das aparências. Já que isto em si requer de nós a capacidade de imaginar, a imaginação passa a ser uma questão de ética.

forma, surge um problema que está no reverso da ação política, ou seja: a ausência de ação ou inércia frente ao mundo. Isso pode ser considerado um problema à medida que somos seres plurais e que, querendo ou não, necessitamos posicionarmos nas discussões e decisões que são tomadas por indivíduos que vivem em sociedade. O moderno processo democrático da política organizacional do Estado, limitou a participação dos seres humanos a escolher através de voto entre aqueles que *aparecem* como políticos profissionais que são antes de tudo seres humanos, também imersos na sociedade de massa. Foi essa sociedade de massa, que inaugurou uma forma de sociedade, “a sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública” (Arendt 2012, p. 441).

Todas as camadas sociais exploradas deixaram a participação ativa nos governos do país, acima de tudo, as camadas que se situam entre os menos validos e os mais gananciosos pelo poder, passaram a repudiar a pluralidade. O individualismo criado pela disputa competitiva entre a sua própria classe desmanchou os laços sociais de comunidade, dando vazão à sociedade de indivíduos desarraigados da pluralidade. A ação e discurso, no espaço público foram substituídos pelo comportamento social, com a gradativa perda da liberdade em falar e agir que foi ultrapassada com a elevação da aceitação apática de governos exploradores.

Esse tema foi acidamente discutido por Étienne de La Boétie em sua obra *Discurso sobre a Servidão Voluntária* (2017) ele nos dá fortes indícios do que Arendt posteriormente a desenvolveu de forma a dar um sentido menos radical. A obra de Boétie nos provoca diversos questionamentos acerca das razões de aceitarmos tantas barbáries na sociedade e dos motivos de acartamos tão passivamente as crueldades que são imputadas a humanidade. Apesar de não citar Boétie em suas obras, Arendt também demonstra a mesma inquietação em relação a passividade e a aceitação das decisões que são tomadas sem o devido julgamento das consequências dessas ações na vida de todos.

Na vida ativa, “o espaço das aparências, os domínios públicos e privados, a rede de relacionamentos e a *polis*. [...] é o espaço no qual o sujeito trabalha, fabrica e age politicamente” (Assy, 2015, p. XXXI). Na Modernidade o fazer político, a ação, foi por água abaixo, visto que o ser humano não reconhece mais sua condição de pluralidade, assim se suprime, desaparece da sociedade e é visto apenas como um mero espectador dos acontecimentos da vida pública.

Arendt discorre sobre o tema dessa [in] ação relacionando-o como provável perda do sentimento de pertencimento a esse *mundo comum* onde apesar das semelhanças

cada ser humano é único, o que para uma mente limitada a compreensões rasas, é de difícil abrangência. O indivíduo isolado do mundo, jamais ousa se desligar da materialidade do externo a si para mergulhar em seu mundo interno, uma vez que, nesse mundo interno a presença da dor impede o diálogo do pensamento, pois pensar é lançar-se em dois mundos, “de modo que um “sentido interno”, a saber, a intuição da introspecção, é concebido como capaz de determinar o que quer que ocorra “internamente” com a mesma segurança dos nossos sentidos externos com o mundo exterior” (Arendt, 2022, p. 108).

Ousamos aqui trabalhar a compreensão da filósofa sobre esse isolamento e afastamento dos indivíduos do mundo externo e suas reflexões sobre as questões individuais ligadas ao político-social. Ao tratar do pensamento de Arendt, tem como interpretá-lo em vistas à era moderna e segue-se até a contemporaneidade, uma época em que a crueldade humana, as guerras, a fome e todas as questões que negligenciam a vida humana, as quais deveriam ser sanadas pela política e não o são, torna o mundo humano tão ou mais hostil que a própria natureza do Planeta.

“A moderna *reductio scientiae as mathematicam* invalidou o testemunho da observação da natureza, tal como testificada a curta distância pelos sentidos humanos” (Arendt, 2020, p. 331). Ora a matemática é uma ciência criada pelos homens para o fim de utilizar números e símbolos uma vez que as palavras tenham uma maior extensão e não seriam apropriadas para fórmulas. De forma alguma a matemática se torna viável para discorrer sobre as percepções dos sentidos humanos nas relações entre os seres sensíveis que são os humanos. Tudo que nos circunda durante nossa breve passagem pelo tempo de vida, tem um sentido e um sentimento único para cada indivíduo. Esses sentimentos integram os seres humanos em seu espaço e tempo, moldam seus pensamentos e ações ou omissões.

N’A *condição humana* Arendt afirma que o homem é criação de Deus, e os Homens são criação dos Homens (Cf. Arendt, 2020, p. 10). Com isso temos que cada ser humano que adentra o mundo com o nascimento, está sujeito a ser criado pelo meio onde vive e desenvolve suas habilidades inatas. Da antiga perda da fé num Deus partimos para a desconfiança da verdade observada e sustentada nos sentidos humanos. A palavra e a ação como manifestação espontânea no espaço público, cedeu lugar à aceitação de toda e qualquer teorização de ideias. Na moderna sociedade de massas caracterizada pelo individualismo as questões de identificação com o mundo humano do século XXI, estão muito mais voltadas pelo solipsismo.

A perda do senso comum que é um exercício de pensamento para avaliação e julgamento das experiências vivenciadas e desenvolvidas na teia de relações humanas as quais servem como orientação para a convivência social e formação da capacidade de julgar tanto de si quanto de outrem. Como visto, o eterno ciclo de produção e consumo somado ao isolamento ocasiona os sentimentos de alienação, solidão e introspecção. Na heterogeneidade da sociedade de massa os indivíduos assumem suas características individuais e passam a agir com comportamento de manada.

É possível de ser observado em situações de aparição desse individualismo e consequente perda de referências cultural e moral em fenômenos de modismos, em movimentos sociais, em crises financeiras, entre outros. As pessoas tendem a imitar as ações propostas por outros, especialmente em situações de incerteza, quando buscam segurança e validação social com discursos de ódio às camadas menos favorecidas, às diferenças de sexo, raça, religião e posicionamento ético.

No entanto, o comportamento de manada também pode levar a decisões irracionais, à propagação de informações falsas e à exclusão de opiniões divergentes. Portanto, é importante que as pessoas estejam conscientes desse fenômeno e cultivem a capacidade de pensamento crítico e independente.

Desta forma, compreender como cada um dos conceitos elencados por Arendt se desenvolveram desde a partir do final do século XIX a alienação, solidão e finalmente a introspecção, até a atual sociedade de massa é importante para o pano de fundo do cenário político.

Alienação, vem do latim "*alienatio*", que significa "transferência de propriedade" ou "afastamento". No contexto filosófico, a alienação refere-se à perda de controle ou conexão com algo, seja emocional, social ou existencial. Arendt escreve sobre o processo de alienação como, a "[...] dupla fuga da Terra para o Universo e do mundo para o si mesmo [*self*]" (Correia *et al*, 2020, p. 25). Significa dizer que o ser Humano que entra nesse processo de perder-se, está duplamente desligado tanto como um Ser vivo no planeta e como ser Humano vivo no mundo comum. Esse Ser perdeu a conectividade com outros seres de sua espécie, não se reconhece no outro, tampouco tem conhecimento da sua mundanidade, da extensão de suas ações e palavras no espaço da pluralidade.

Assim, imerso nesse fenômeno de retirada do mundo externo para a introspecção como fuga, o ser humano que não encontra em si o suporte para retornar à realidade da vida em comunidade, recusa-se a aceitar o mundo como ele é. O tema da introspecção é trabalhado por Arendt em Rahel Varnhagen que representa, para muitos comentadores,

uma espécie de catarse²² que Hannah Arendt realiza da própria condição. Em outras palavras, é como se ela buscasse reconciliar-se com seu judaísmo. Nas palavras de Benhabib (1996, p. 8), “contar a história de Rahel Varnhagen, Arendt estava envolvida em um processo de autocompreensão e auto redefinição como judia-alemã”. (Silva, 2018, p. 236-258).

O tema da introspecção, não é amplamente destacado pelos pesquisadores, e ao nosso ver, parece ser confundido com o que Arendt chama de solidão.

Nos trabalhos de Adverse (2022), Ferreira (2014) e Souki (2006) é possível perceber que a solidão é tratada como forma de distanciamento do indivíduo frente as demandas sociais e políticas. Estes autores identificam a solidão como um processo de retirada e isolamento dos indivíduos do meio político, pois as condições para que não lhe são propícias. A esse respeito, diz Souki (2006, p. 143): “[...] há uma situação extrema a que se chega pelo desenraizamento, é quando este atinge a relação do homem consigo mesmo, configurando uma perda do interesse por si próprio, uma espécie de ‘frieza em relação a si próprio’”.

Adverse, em conformidade com o pensamento de Souki diz que “no estar só eu me encontro ‘junto a mim mesmo, comigo mesmo’ e, por isso, sou ‘dois-em-um’, ao passo que na solidão somos desertados pelos outros” (Adverse, 2022, p. 20). Como é possível observar através dos trechos retirados das pesquisas dos autores, apesar das diferenças conceituais entre os entendimentos é possível retirar daí certa concordância: a solidão como antagonista a ação. O estar em processo de solidão encerra, de fato, o indivíduo numa cadeia que o abscissa do espaço da ação, da política. Cito novamente adverse (2022, p. 19) para que tenhamos uma ideia mais profunda

Essa experiência política do isolamento encontra um correspondente na esfera social (e psicológico-existencial, embora Arendt não utilize o termo): a solidão. Esta última se caracteriza pela perda dos laços com os outros e, em sua forma mais acentuada, a perda do laço consigo mesmo.

Concordamos com os pensadores acima citados que o processo de retirada do mundo público é bastante nocivo para o mundo social. A ausência de participação política culmina no estranhamento dos outros e de si mesmo, o que acaba por gerar impactos na vida tanto individual quanto coletiva. No entanto, em nossa visão e análise, acreditamos

²² Catarse é um termo que vem do grego e significa purificação ou purgação. Na psicologia, a catarse é um processo de liberação emocional, onde a pessoa expressa e vivencia suas emoções reprimidas, resultando em um alívio emocional e uma sensação de purificação. É um conceito presente na tragédia grega, onde os espectadores experimentam uma purificação emocional ao testemunhar as emoções extremas dos personagens.

que o processo aos quais os autores estão se referindo não é tão grave quanto a introspecção. Mas qual seria então essa diferença entre solidão e introspecção? Será que é possível afirmar que a solidão está num degrau abaixo da introspecção?

Segundo Arendt, a solidão é um momento de retirada do indivíduo da participação do mundo público no que diz respeito as decisões políticas, e nisso, os autores supracitados estão plenamente corretos. No entanto, parece que deixaram de esclarecer o que Arendt fala sobre o processo de solidão no sentido de que a solidão é apenas um momento, um período de latência em que as potencialidades de reflexão e pensamento foram abafadas pelos indivíduos da massa. O indivíduo solitário está contido, porém não pertence a massa, pois sua capacidade de agir foi apenas interrompida, não corrompida pelo sistema totalizante. Por não conseguir participar ou dar início a uma ação frente as questões que vê como problemáticas, reserva para si o “direito” de permanecer imóvel e ficar em silêncio. A afirmação, apesar de ambígua, parece bastante elucidativa quando Arendt diz que “o modo de vida do filósofo é solitário, mas esse estar só é livremente escolhido” (Arendt, 2022, p. 118). No caso dos indivíduos solitários, entendemos que por mais que as circunstâncias o coloquem em situação avessa à participação no ambiente político, o indivíduo solitário o faz deliberadamente. Não queremos dizer com isso que os indivíduos que se recusam a participar do meio político não o fazem porque são pessoas más, entretanto queremos dizer aqui que não o fazem por escolha e sim por imposição da condição humana. Aqui Arendt parece tomar emprestado de Sartre a máxima de que o homem é livre até mesmo quando renuncia a sua própria liberdade. E aqui não estamos tratando das consequências das escolhas, mas da escolha em si como já sendo uma questão da liberdade.

Seu critério de ação [do solitário político] não será os das regras usuais, mas a possibilidade de eu viver ou não em paz comigo mesmo quando chegar a hora de pensar sobre meus atos e palavras. A consciência moral é a antecipação do sujeito que aguarda quando eu voltar para casa (Arendt, 2022, p. 248)

Assim, o solitário político reserva sua vida apenas para existir na privacidade do seu lar e agir unicamente em seus pensamentos, visto que considera que não pode fazer além disso. Sua ação nunca se concretiza em um ato, mas é sempre a potência do agir que nunca ocorre. A consciência do solitário resguarda-se na sujeição ao “nada posso fazer” e nessa afirmativa descansa. Apesar de intimamente ter consciência dos males que assolam o mundo, o solitário sente-se incapaz, de agir sozinho, visto que sozinho nada conseguirá resolver frente a uma multidão que pensa o contrário que ele. No entanto, o

seu pensamento crítico, diferentemente do introspectivo que falaremos mais à frente, ainda existe enquanto latência, apesar da ausência de sua manifestação.

Mas a ideia de que essa interioridade dos atos do espírito, construídos sob o princípio do espaço externo no qual os meus atos não-espirituais têm lugar. Mas a ideia de que essa interioridade, diferentemente da interioridade passiva da alma, só pode ser entendida como um lugar de atividades é uma falácia cuja origem histórica é a descoberta, nos primeiros séculos da Era Cristã, da Vontade e das experiências do ego volitivo. Pois só estou consciente das faculdades do espírito e de sua reflexividade durante sua atividade. É como se os próprios órgãos do pensamento, da vontade ou do juízo só viessem a existir quando penso, quero ou julgo; em seu estado latente, *supondo que tal latência exista anteriormente a sua efetivação, não estão abertos à introspecção* (Arendt, 2022, p. 110-111 grifo nosso).

Conforme se apreende, Arendt faz menção explícita ao processo de introspecção e quando seu aparecimento é balizado. Assim, diz que quando as atividades do espírito, a saber: *o pensar, o querer e o julgar* [no indivíduo solitário], um dia foram movimentadas, ou seja, por algum tempo já exerceram suas funções assim como os demais órgãos do corpo o fazem. Essas faculdades do espírito estão apenas adormecidas, quietas, silenciadas. Nesse momento em que as atividades do espírito se retiram do processo de reflexividade não se pode afirmar que o indivíduo está em estado de introspecção, mas o contrário, pode-se dizer que o indivíduo possui dentro de si o germe que pode a qualquer momento deflagrar a ação. Somente nesse caso podemos chamar esse sentimento de solidão, visto que *a atividade do pensamento reflexivo é anterior a efetivação do período de sua latência*, ou seja, já ocorreu em outros momentos, mas que deixou de ocorrer por conta de manifestações exteriores ao próprio indivíduo.

Em termos gerais, enquanto a introspecção está para uma total apatia para as coisas do *mundo*, incluindo as questões políticas, a solidão está apática apenas no que diz respeito ao agir para as questões públicas, mas não para *pensar* as questões políticas.

Enquanto no espaço da aparência, o indivíduo introspectivo não age, apenas movimenta-se no mundo público. Sua falta de capacidade para exercer o Pensamento reflexivo por total falta de elementos para tal atividade, pois, nesses indivíduos a razão, o conhecimento, o intelecto e os princípios, sejam eles, moral ou estético, simplesmente não existe. Esse indivíduo que apenas se movimenta, é um mero figurante na homogeneidade da massa.

Para o indivíduo solitário que *Pensa*, o agir no mundo político, representa uma afirmação ou negação daquilo que seu pensamento, conseguiu obter da experiência reflexiva do “eu-comigo mesma”, entretanto não encontra lugar para agir no espaço do mundo público.

Segundo Silva (2018), Arendt tratou sobre a introspecção com maior afinco em sua obra *Rahel Varnhagen* (1994) pois dedicou-se a tratar sobre a vida da judia Rahel que negou a sua qualidade de judia e isolou-se do mundo por não ser rica nem bonita. Rahel mantinha um salão e recebia os intelectuais judeus, o que a aproximava da vida que ela tanta queria: ser reconhecida, atrativa e rica, algo que só ocorria em suas fantasias. O processo de introspecção de Rahel pode ser compreendido através da recusa em aceitar as imposições do mundo frente à própria identidade, enquanto ser pertencente ao mundo para então se personificar em outra identidade que faça frente às exigências que o mundo social demanda.

Essa personificação forçada, fez com que perdesse completamente sua pessoalidade e personalidade. Esse exemplo real pode ser observado como um dos tipos do fenômeno da introspecção, os quais envolvem o afastamento da realidade, criação fantasiosa de uma nova personalidade e inversão das características dos verdadeiros “inimigos”. Rahel não era uma mulher solitária, mas sua introspecção pode ser vista amplamente na obra de Arendt.

Parece emergir aqui um paradoxo: enquanto o solitário, apesar de ter capacidade de pensamento e reflexão sobre política, não possui nenhuma ação sobre aquilo que reflete. O introspectivo que não *pensa*, movimenta-se no espaço público, no entanto, esse movimento está longe de ser considerado ações políticas, pois está carregado de violência, motivado pelo ódio, agride o seu próprio “eu” para dar conta das exigências sociais que têm maior força como também participa das atrocidades que pelos outros são lhe ofertadas sem *pensar* sobre isso.

Do mesmo modo, para manter a capacidade das atividades do espírito, as quais são inerentes a todo ser humano, todos nós em dado momento da nossa existência nos deparamos com essa tríade: *pensar, querer e julgar*. O *pensar* é espontâneo, surge como uma conversa de mim (eu) comigo mesmo, tão incessantemente que pela sua constância do Pensamento é que nos detemos com atenção para a reflexão necessária a entender o querer e julgar a ação a ser intentada. O *querer* é a inspiração da capacidade de iniciar alguma coisa. O necessário impulso dado pela vontade de algo que indica quando e como agir, que significa dizer, interfere no mundo. O *julgar*, cria um juízo de valor entre o *pensar* e o *querer* é aí que se estabelece o *julgar* que nada mais é do que a ampliação da ligação entre o que eu tenho internamente em mim, e o que eu quero que se encontre fora de mim. A partir dessa análise, entre a vontade e a ação, criar um valor e ajuizar, significa

realizar a mediação entre o que quero e o que eu posso ou devo, ou seja, conciliar os dois polos.

Pensamento é essa mediação interior feita somente entre mim (eu) comigo mesmo, um movimento dinâmico entre os pontos interessados que estão sujeitos aos sentimentos e impulsos internos, sem qualquer exigência de método específico, onde lanço mão de conhecimentos obtidos a respeito do que o eu pensante é portador como verdade, onde os critérios de avaliação vêm da atividade de pensar sobre determinado assunto.

Na relação eu-eu, todo e qualquer querer-poder, a princípio significa apenas a possibilidade, ou seja, fora de mim, o Pensamento reflexivo executado na mediação interna de mim utiliza-se por vezes de “outras pessoas”, que trago à lembrança através da memória e da capacidade pessoal de imaginação que me é possível extrair novos elementos para compor o pensamento e a reflexão.

A imaginação portanto, que transforma um objeto visível em uma imagem invisível, apta a ser guardada no espírito, é a condição *sine qua non* para fornecer ao espírito objetos-de-pensamento adequados; mas estes só passam a existir quando o espírito ativa e deliberadamente relembra, recorda e seleciona do arquivo da memória o que quer que venha a atrair o seu interesse a ponto de induzir a concentração; nessas operações, o espírito aprende a lidar com coisas ausentes para “ir mais além”, em direção ao entendimento das coisas sempre ausentes, e que não podem ser lembradas, porque nunca estiveram presente para a experiência sensível (Arendt, 2022, p.113).

É a partir dessa atividade do pensar que o ser humano se torna apto a ter consciência, que segundo Arendt significa “saber comigo e por mim” (Schio, 2006, p. 94). A consciência é então o conhecimento sem propósito específico, ao qual me entrego a curiosidade dos objetos e coisas que me cercam por interesse nas maravilhas do estar no mundo, e dele habitar, o pensar não nos faz superior as demais pessoas, assim como não nos dota com padrões ou regras que ditem as ações, vez que essas, as ações, são executadas no espaço público, enquanto o pensar nos coloca em intensa atividade quando estamos acompanhados unicamente de nossa presença, ou seja sozinhos. Arendt ao concluir a escrita d’*A Condição Humana*, cita Catão: “nunca se está mais ativo que quando nada se faz, nunca se está menos só que quando se está consigo mesmo” (Arendt, 2020, p.403). Por ser uma atividade que se faz só, o Pensamento necessita da retirada do *mundo comum*, que é o espaço da pluralidade, para o privativo do lar.

Embora a atividade do pensar não dite regras ou padrões, o Pensamento por ser um ato cognitivo contribui para a formação do que somos e o lugar que ocupamos no *mundo* que nos cerca, o Pensamento nos coloca numa posição confortável para a tomada

de posição de ação. A consciência faz de forma determinada a busca desses conhecimentos, sendo essa tarefa fundamental para o pensamento, que constantemente se atualiza na atividade do pensar, um modo de atualização de conhecimento e entendimento da impermanência dos assuntos humanos (Cf. Arendt, 2020, p. 382-384). Desta forma, por tratar sempre se sobre si, ela, a consciência, recebe por assim dizer a denominação de consciência moral, que exerce a capacidade de julgar.

Seu critério de ação não será o das regras usuais, reconhecidas pelas multidões e acordadas pela sociedade, mas a possibilidade de eu viver ou não em paz comigo mesmo quando chegar a hora de pensar sobre meus atos e palavras. A consciência moral é a antecipação do sujeito que aguarda quando eu voltar para casa (Arendt, 2022, p. 248).

Segundo Arendt (2022) na modernidade o *judgar* perdeu seu sentido de aquilatar/avaliar/apurar e foi reduzido ao tópico final do processo do pensamento como se fosse uma simples opção em declarar “culpado – inocente”. A fim de que não ocorra essa inversão, importa saber que julgar significa criar juízos de valores e não simplesmente categorizar atitudes como boas ou más. Não se trata aí, de colocar em julgamento, e sim obter um alargamento de possibilidades antes não pensadas, uma vez que “além de ser invisível, o pensar lida com invisíveis, com coisas que não estão presentes aos sentidos” (Schio, 2006, p.83). Esse pensamento de criar de juízos e valores, dito anteriormente, traz pouco ou nenhum benefício imediato para a sociedade, mas serve, contudo, para obter conhecimento que poderá ser usado em outras oportunidades.

Ele não cria valores; ele não encontrará o que é o “bem” de uma vez por todas; ele não confirma regras de conduta; ao contrário ele dissolve-as. E ele não tem relevância política a não ser em situações de emergências. A consideração de que eu tenho que poder conviver comigo mesmo não tem nenhum aspecto político, exceto “em situações-limites”. Essa expressão foi cunhada por Jaspers para designar a condição humana geral e imutável – “não posso viver sem ter que lutar e sofrer; não posso evitar a culpa; tenho que morrer um dia” – para indicar a experiência de “algo imanente que já oferece um vislumbre de transcendência”, e que, quando a ela correspondemos, “*tornamo-nos a Existenz que potencialmente somos* (Arendt, 2022, p. 248).

De acordo com a consciência moral obtida a partir da atividade do pensamento, é facilitada a comparação entre o que é bom e o que é mal. Nesse ponto Arendt (2022, p. 235-247) levanta a questão sobre o julgamento de Eichmann e pergunta: “[qual a] [...] possível conexão entre a ausência de pensamento e o mal?”.

Sobre esse questionamento, diante de todo o mal que alguns cometem contra tantos outros, surge outra pergunta: O que leva um ser humano a agir para o mal, a falta pensamento, de sentimentos ou a existência de sentimentos exacerbados e egoístas? Segundo Arendt o pensamento é o modelador da consciência moral e é essa função do

pensamento que impede o ser humano de ser cobrado por sua consciência quando retorna para casa, entendendo “casa”, como a figura metafórica do pensamento no seu espaço privado. O pensamento sendo uma possibilidade sempre presente para todos, é apenas algo que está à disposição e que pode ou não ser utilizado. O egoísmo exacerbado, aquele que se afasta do egoísmo moral, é a supervalorização de si mesmo, cuja alteridade acompanha sua consciência moral na mesma intensidade, nesse sentido, o pensamento é sempre voltado para o seu próprio interesse. A única contrariedade conhecida pelos egoístas é negar a si a possibilidade de realização pessoal. Eichmann, deixou isso claro ao dizer que “era eficiente” no desempenho de suas tarefas que levaram o extermínio de milhões de pessoas. “As atividades de pensar, julgar e querer desempenham um papel decisivo na constituição de *quem* somos, de como agimos e de como decidimos assumir responsabilidade pelos outros e pelo mundo” (Assy, 2015, XXXVII).

Eichmann é um indivíduo da massa, portanto “transformado em *algo* que compõe a sociedade. Ele passa a ser apenas uma *peça* da grande engrenagem” (Schio, 2006, p. 45) assim, para atender seus anseios egoístas, essa *peça* deve ser a peça mais eficiente da máquina, a fim de não ser nunca substituída. O pensamento de indivíduos da massa é atravessado pelo seu egoísmo que se coloca em primeiro lugar. Esse pensamento pode existir como formação de consciência, contudo, muito longe de ser uma consciência moral. O que conta é a “utilidade material [da *peça*] e individual” (Schio, 2006, p. 45).

Ao atribuir ausência de pensamento ao “agir mal” dos indivíduos, podemos permitir a produção por repetição desse tipo de ser, que já não pode ser chamado, humano, talvez um bárbaro, uma vez que nele inexistente a necessária consciência moral para viver num *mundo* humano que é necessariamente plural.

O pensamento acompanha a vida e é ele mesmo a quintessência desmaterializada do estar vivo. E uma vez que a vida é um processo, sua quintessência só pode residir no processo real do pensamento, e não em quaisquer resultados sólidos ou pensamentos específicos. Uma vida sem pensamento é totalmente possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar a sua própria essência - ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. (Arendt, 2022, p. 247-248).

Nesse sentido, pouco importa o pensamento reflexivo, pois quando ele reflete, o faz em forma de eco. Nesses indivíduos os quais o ato de pensar nem desabrocha, mas também não fracassa, impera um gosto que não supera o egoísmo e assim, não ocorre, portanto, entre o bem e o mal, o indivíduo escolhe o bem para si, tanto quanto, o mal para tantos outros. Essas características descritas sobre o indivíduo que não tem o seu pensamento desabrochado podem ser muito bem observadas naqueles que se deixaram,

ou foram levados, pelas ideologias que exterminaram milhares de outros seres humanos ao redor do mundo. O homem das massas é antes de qualquer coisa alguém desprovido de reflexão e julgamento, e quando faz parecer que está praticando sua reflexão e seus julgamentos, apenas o faz sem reflexão, num pensamento circular que aceita como verdade uma ideologia preparada para atender desejos de destruir os outros, que para ele é o motivo de toda a desgraça da qual se queixa, pois sem conseguir criar juízo de valor a respeito das experiências e fazer reflexão sobre a história, acredita que seu sofrimento está sendo ocasionado por algum problema puramente imediato e sem conexão com o passado. É na possibilidade de obter apenas a garantia de seu lugar merecimento, ou seja, os ganhos particulares e individuais. Esse homem da massa age, sem submeter-se à regra do juízo moral em geral da convivência em sociedade que é a pluralidade e mundanidade.

O juízo tem como característica principal a imparcialidade, significa dizer que, ao julgar se faz necessário o afastamento de si mesmo, uma suspensão personalíssima de gostos pessoais subjetivos que respeita as singularidades dentro do *sensu communis*. As exceções não serão a regra e necessitam de um julgamento mais acurado e detalhado dessas peculiaridades.

O ser humano, não mais sendo afetado por condições particulares, pode estabelecer por meio da representação a distância própria, o afastamento, o não envolvimento ou desinteresse que são requisitos para a aprovação para a apreciação de algo em seu próprio valor [...] segundo Arendt, para viver em sociedade o indivíduo precisará superar suas “condições subjetivas especiais em nome dos outros” (Schio, 2006, p. 103).

A capacidade de criar juízos e atuar no espaço público permite reconhecer as condutas daqueles que aparecem de acordo com suas palavras e ações, no tom das palavras e na configuração do corpo. Cabe ao *sensu communis* permitir essa possibilidade, tendo sempre em vista nossa condição plural que ao agirmos invariavelmente afetamos alguns outros.

O querer está condicionado à vontade, ao impulso presente em todos os seres humanos embora distinto em cada um. Esse impulso da vontade está diretamente relacionado com as razões individuais de cada um e do qual não se pode libertar, é o combustível que alimenta o motor da vida. O ser humano necessita do impulso da vontade para o querer, e comparado ao pensar é também uma atividade que surge espontaneamente no ser humano consciente.

“Nesse sentido, o impulso para o querer pode ser comparado com a necessidade que a razão tem de pensar, e não há como esquivar-se disso” (Schio, 2006, p. 121). Movido por esse impulso interior que desassossega, o ser humano se volta para sua

própria existência, colocando-se entre o passado que já não existe e o futuro que não é, querendo algo que dê a ele essa expectativa de futuro.

[...] a própria vida, limitada pelo nascimento e pela morte, é um caso limite, no sentido de que minha existência mundana sempre força a que eu dê conta do passado, quando eu ainda não era, e de um futuro, quando não mais serei. O ponto é que, sempre que transcendo os limites do próprio tempo de vida, e começo a refletir sobre esse passado, julgando-o, sobre esse futuro, formando projetos da vontade, o pensamento deixa de ser uma atividade politicamente marginal (Arendt, 2022, p. 249).

Igualmente, voltar o impulso da vontade para o querer e direcioná-lo ao futuro com a conseqüente ação acompanhada de discurso que tem como objetivo a possibilidade de futuro, transcende a minha própria vida. Essa vontade de querer agir surge “em emergências políticas” (Arendt, 2022, p. 249). A ação é política na medida em que o interesse é espontâneo e diz respeito a todos.

Quando todos estão deixando-se levar, impensadamente, pelo que os outros fazem e por aquilo que creem, *aqueles que pensam* são forçados a mostrar-se, pois a sua recusa em aderir torna-se patente, e torna-se, portanto, um tipo de ação. Em tais emergências, resulta que o componente depurador do pensamento (a maiêutica de Sócrates que traz a tona as implicações das opiniões não examinadas e portanto as destrói – valores, doutrinas, teorias e até mesmo convicções) é necessariamente político (Arendt, 2022, p. 249, grifo nosso).

A falta de ação por parte daqueles que muito antes da emergência já previam através do pensamento um possível abalo aos direitos humanos é condenável. A omissão silenciosa é tão eficaz para a o desenvolvimento da tragédia, quanto a ação e o discurso o é para abrir um novo começo com perspectivas de futuro promissor.

Aqueles que por habilidade desenvolvem a atividade do pensamento e da reflexão, sempre serão culpados por sua omissão. Neste caso, a introspecção dos indivíduos diante de situações que estão levando o senso comum para um declínio total, aqueles indivíduos que apenas são acometidos de solidão, contudo mantém sua capacidade de Pensar, possuem, ainda que em grau mínimo, certa liberdade para o ato de agir em defesa da pluralidade no espaço público. Esse ser humano no palco das manifestações políticas, pode alavancar as capacidades de agir em outros indivíduos na mesma condição de solidão, reatando a teia de relações humanas em desestímulo da *banalidade do mal*.

Aqueles indivíduos da massa que, simplesmente agem sem pensar, estão agindo de forma voluntária, contudo, são ações sem consciência plural. Seus atos têm como objetivo apenas sua própria elevação pessoal. Movimentam-se a esmo, aderindo a qualquer tipo de ordem ou comando, que justificam as ações a favor de si, “*cumpri uma ordem*”, transbordam uma excelência na eficiência e um orgulho por si mesmo. Temos

desta forma a seguinte questão: qual a possibilidade desses indivíduos da massa impor qualquer tipo de resistência contra a propagação de ideologias voltadas para a *banalidade do mal*, propagadas através de mentiras e falsas promessas?

A introspecção, então, além de destruir vidas por meio de uma espécie de estímulo ao movimento e completo repúdio à espontaneidade da ação. São movimentos repetitivos com frases prontas, nesse cenário o falso cidadão consciente de si, que o sujeito se esconde por de trás de uma ideologia, uma ordem ou um comando de alguém para omitir-se de sua própria responsabilidade com seu agir, que poderia mudar o curso do mal, também corrobora para o extermínio daqueles outros que por ela não foram inteiramente atingidos, mas que, por falta de ação e coragem em evitar o mal, acabam tornando-se também carrascos de suas próprias ações. “Assim sem a necessidade e *capacidade* de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção” (Arendt, 2012, p. 439, grifo nosso).

Não queremos aqui dizer que os culpados são aqueles que não agem, mas sim, destacar que, enquanto continuarmos preocupados em identificar os culpados, estaremos perdendo tempo para compreender sobre o porquê e como se tornaram culpados, visto que a barbárie não cessa quando se identifica o seu líder, uma vez que o arrastão da ideologia se encarregou de arregimentar toda a massa, que aliás será fatalmente arrastada pelo mal que negligenciou e até apoiou o movimento para o governo totalitário.

A indiferença em relação aos negócios públicos e a neutralidade em questões de política não são por si, causas suficientes para o surgimento de movimentos totalitários. A sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, e até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas [os pobres] da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe (Arendt, 2012, p. 441).

Arendt defende que uma melhor, mas não talvez a única opção, é que dentro de um sistema totalitário, regime ditatorial ou quaisquer situações não democráticas em que se encontram indivíduos sob o domínio de um governo totalitário é resistir e agir. Colocar a ação e o discurso a fim de transcender a própria existência e reverter o quadro mesmo que não haja garantias de sucesso.

Essa (re) ação vislumbra-se como única condição para o fazer político dentro de um sistema que relega os cidadãos a situações de extrema pobreza, tanto física quanto social e intelectual impedindo o acesso ao conhecimento das coisas que movem o mundo

humano, a pluralidade de ideias e participação no espaço da política livre das dores da pobreza, aniquila no ser humano seu desejo de felicidade, pois:

A razão dessa impossibilidade é que só a dor é inteiramente independente de qualquer objeto, que só aquele que sente dor realmente não sente nada a não ser a si mesmo; o prazer não se compraz consigo mesmo, mas com algo além de si mesmo. A dor é o único sentido interior encontrado pela *introspecção* que pode rivalizar, em sua independência com relação a objetos experienciados, com certeza autoevidente (*sic*) do raciocínio lógico e aritmético (Arendt, 2020, p. 384).

É sobre essa constatação da *Condição Humana* que se faz imperioso o pensar sobre a movimentação dos homens de massa, que é cega e desorientada pela dor ou ainda pela total incapacidade entre o pensar e o julgar, o homem da massa, que ao se expressar no espaço público da *aparência*²³ pode apoiar ideologias que culminem com governos cada vez mais totalitários.

A tendência de equacionar sentimentos e afetos ora com objetivos ou trunfos, ao contrário de consenso e triunfo. Objetivos pessoais que movimentam a satisfação material ofertada pelas sociedades de consumo é prova não só do imaginário público, mas também uma certa capacidade de sentir satisfação com demandas políticas coletivas calcadas em ideologia. Essa parcela da sociedade de massa, roga por maior atuação do Estado para conter os indesejáveis são intentadas através de propaganda enganosa, promessas, mentiras, racismo, sexismo, e toda sorte de ideologias criadas por esses seres humanos atormentados pela dor, esse movimento tende a se alastrar até que se torna ódio no espaço público.

Lá ao longe, fora desse cenário, dentro dos muros do domínio público, qual a responsabilidade sobre a omissão [in]ação, *daqueles que, por sua condição de libertos da necessidade e foram incumbidos da tarefa de governar atribuída aos políticos profissionais?* Os políticos profissionais só ocupam tais cargos pois discursaram em espaço público, no domínio público e conhecem os princípios da vida humana, as leis, as condições sociais daqueles a quem dizem representar. Seus pensamentos só refletem

²³ Conforme nos ensina Bertolazo (2019), o espaço público da aparência descrito por Arendt no Capítulo II da *Condição Humana*, é compreendido como: *Artificialidade* uma vez que é um espaço criado pelos seres humanos e para uso desses; É um espaço *atemporal* uma vez que não está delimitado dentro de uma definição de tempo; *aespacialidade*, pode ocorrer em qualquer lugar do Planeta sua existência está condicionada à necessidade da presença de no mínimo dois seres humanos; É um espaço de mão dupla onde *um aparece e se mostra ao outro*; O espaço da aparência só ocorre mediante a *pluralidade* que só ocorre quando os seres humanos são vistos e ouvidos enquanto também veem e escutam os demais; *Potencialidade*, sua finalidade, ou seja, para qual ele é destinado se ele puder ser livre e espontâneo, o espaço da aparência jamais deve ser forçado a aparecer, caso isso ocorra, imediatamente perde a potencialidade e torna-se um pseudo-espaço, ele não será real, ele não manifestará suas verdadeiras características, ele será mais uma fonte de manipulação, dominação ou ilusão.

sobre as vantagens pessoais e se quedam indiferentes diante da necessidade de seus eleitores.

É assim que o processo democrático favorece e alimenta a sociedade de massas com seres humanos introspectivos, desarraigados e revoltados contra o *mundo*, carregam em si apenas a forma de igualdade com outros seres humanos, falta-lhes o sentimento de pluralidade. Essa atomização da sociedade deu origem a indivíduos que além de introspectivos, são também medíocres em seus poucos pensamentos, agem sempre em função de um determinado objetivo e para tanto, submetem-se ao comando de alguém que para ele é tido como superior. Um líder, um grande homem capaz de salvar a todos.

7. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo central compreender a importância da ação política no espaço público, bem como entender as consequências da ausência ou falta de ação política dentro da sociedade. Nesse sentido, ao compreender o conceito de ação na obra arendtiana, fez que com deparássemos-nos com a questão da ação não somente como um fenômeno político, mas como um novo fenômeno: a ação das massas na modernidade. A ação da massa difere então da ação política, mesmo ambas tendo como ponto fundamental o espaço público. O que difere os seus sentidos é exatamente o fato de a massa não possuir objetivo compartilhado, enquanto a ação política possui um objetivo comum que tem como meta todos.

No primeiro capítulo concluiu-se que os dois acontecimentos denominados por Arendt como ideologia e terror, são fenômenos modernos. A ideologia é a forma de reduzir uma ideia em uma coerência lógica na qual é possível acreditar-se em uma verdade dentro das leis da natureza ou da história as quais são manipuladas. A ideologia é então o processo da crença em uma verdade em que não há espaço para o pensamento reflexivo. O terror é outro fenômeno destacado por Arendt usado para alimentar o pensamento ideológico das massas, que é sustentado através de frases soltas que encadeadas, tornaram-se “verdades”; são intensivamente impostas para amedrontar, aterrorizar, plantar e fomentar o ódio entre as pessoas, desfazendo quaisquer laços de amizade, minando a confiança mútua, a fim de torná-los mais facilmente manipuláveis.

No segundo capítulo foi possível concluir que o desenvolvimento das massas na modernidade tal como proposta por Arendt, especialmente tratada na obra *As Origens do Totalitarismo* para a qual dedicou-se parte da escrita sobre os movimentos totalitários da era moderna, cujo cenário político antecedeu a ascensão do Nazismo. Arendt detinha conhecimento aprofundado e vivência durante o período estudado. Os movimentos totalitários se utilizam de elementos para atrair os indivíduos oriundos das antigas classes que passam a formar a sociedade de massa, que, apesar de aparentemente apresentarem um aspecto de ação, na verdade, apenas possuem movimento. Tais indivíduos contidos na massa, isolados, solitários e introspectivos, são atraídos em torno de uma ideologia até que, quando aderidos ao movimento, passam a obedecer às imposições de terror sendo-lhes impossível avaliar os acontecimentos e ofertar resistência aos desmandos do Governo totalitário

No terceiro capítulo foi possível concluir que a formação dos movimentos totalitários e a ação política, ou falta dela, são as raízes para a formação das massas, que

compõe esses movimentos, uma vez que são indivíduos de grande vulnerabilidade os quais não possuem condições de pensamento reflexivo para o julgar, por conta de suas situações sociopolíticas, não compreendem o objetivo do próprio movimento. Tais movimentos também revelam forte apelo religioso como forma de dominação e manipulação das massas, que são extremamente suscetíveis a aderir à ideologia para uma possível “salvação”, acabam por serem atraídas e engolidas pelo próprio movimento. A figura de um líder, a representação do poder a partir da violência, a propagação de uma ideologia dominante como cosmovisão, as propagandas e a forte atuação militar junto às massas colocam esses movimentos em bastante proximidade. Apesar de cada regime adotar para si mesmo estratégias únicas para alcançar o seu objetivo, as semelhanças entre as práticas adotadas parecem nos indicar como o aparecimento das sociedades de massas na modernidade foi um elemento substancial para o desabrochar desses movimentos totalitários.

No quarto capítulo, adentramos o tema de suma importância dentro da teoria da Ação de Arendt e as suas implicações. A natalidade é um dos pontos levantados em sua obra, afirmado por Arendt que é no nascimento de um ser humano que se estabelece o começo de sua história garantindo a todos os seres humanos a mesma condição de potencial para realização de suas habilidades uma vez que os seres humanos que já habitam o planeta e participam do mundo comum estejam aptos a receber esses novos integrantes. Contudo numa sociedade de massas dominada pela segregação, eivada de necessidades para a vida do corpo biológico, a vida do espírito, parte integrante de Ser Humano, é impossibilitada de se desenvolver plenamente. Assim, a ação é quase que totalmente impossibilitada para esses indivíduos, visto que sequer conseguem ter as condições para saúde, habitação, educação e segurança. Nessa seara, o pensamento reflexivo é algo inatingível por absoluta falta de cognição e intelecto.

No quinto e último capítulo foi possível concluir que as apreciações de alienação, solidão e a introspecção ao nosso entendimento, diferenciam-se entre si, apesar da sutileza de tais diferenciações. Explorando conceitos como alienação, solidão e introspecção, destacamos a complexidade das experiências individuais e coletivas, ressaltando a importância da reflexão e da consciência moral na tomada de decisões e ações. No âmbito dessa reflexão, a solidão emerge como um espaço propício para a introspecção e o confronto consigo mesmo, enquanto a alienação representa uma desconexão perigosa com a realidade e com o bem comum. Assim, a diferenciação entre esses estados

emocionais e mentais torna-se crucial para compreender não apenas as motivações individuais, mas também os fenômenos sociais que moldam o tecido da sociedade.

Nessa perspectiva, a filosofia política de Arendt deve ser definida como uma oportunidade de prática dos conceitos e exposição aclarada a partir do próprio campo da política. Criando ilhas de compartilhamento das experiências do dia a dia da esfera pública, de modo que as ações e palavras trazidas pelos indivíduos sejam o material que ative a faculdade do pensamento, nascendo uns para os outros nos espaços públicos. Ainda como alternativa, compete aos homens e mulheres que, dotados de consciência plural e de pensamento capacitado para o julgar, apareçam no espaço público da política para difundir ideias, agir e discursar para recuperação do necessário milagre do nascimento de um novo corpo político que se atenha as concretas experiências humanas: o agir.

Uma questão que pode ser discutida em possíveis pesquisas futuras, refere-se a problemática entre a questão do agir no espaço público e no espaço público-político, a qual não fora tratada aqui exclusivamente por não se relacionar diretamente com o objeto do estudo. Nessa seara, surge também como um grande problema para apreciarmos, através das ideias de Arendt, o problema contemporâneo da “insuficiência” do espaço público, que foi parcialmente perturbado pelo espaço social, e confundido também com o espaço público-político. Dessa forma, tal problemática ainda permanece em aberto, visto que a semântica das palavras, bem como a possível falta de educação intelectual, dificulta ainda mais o processo de distinção em relação ao julgamento de tais acontecimentos, bem como a ação sobre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADVERSE, H. *Solidão, Filosofia Política e Totalitarismo em Hannah Arendt*. Cadernos Arendt, [S. l.], v. 1, n. 2, 2022. DOI: 10.26694/ca.v1i2.2169. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/2169>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. *Indivíduo e Sociedade no Pensamento Filosófico (Caderno Didático)*. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).
- ARENDDT, Hannah. *A vida do espírito. Hannah Arendt*; tradução Cesar Augusto de Almeida, Antonio Abranches, Helena Martins – 11^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- ARENDDT, Hannah. *Pensar sem corrimão*. apresentação Jerome Kohon; tradução Beatriz Andreiuolo... [et al], 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Hannah Arendt; Tradução Roberto Raposo; Revisão técnica e apresentação Adriano Correia. – 13. Ed. rev. – [reimpr]. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Hannah Arendt; [Tradução Mauro W. Barbosa]. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Hannah Arendt; Tradução Roberto Raposo. – 1^a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. Hannah Arendt; Tradução Denise Bottmann – São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- ARENDDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Hannah Arendt; tradução Denise Bottmann; prefácio Celso Laffer – São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- AMARAL, Juliana Scherdien, Hannah Arendt: política e responsabilidade do "homem da massa" / Juliana Scherdien Amaral. Universidade Federal de Pelotas, 2017.
- ARENDDT, H.; CORREIA, A.; MAGALHÃES, T. C. Trabalho, Obra, Ação. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [S. l.], v. 2, n. 07, p. 175-202, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/163481>.
- ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. texto e tradução Bethania Assy, – São Paulo, Instituto Norberto Bobbio 2015
- Bertolazo, Ivana Nobre - O conceito de espaço da aparência em *Hannah Arendt*, disponível em <https://facnpar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2019-08-22-15665188105111.pdf>, 2019
- CASTANHEIRA. *Estar em casa no mundo: Hannah Arendt, crise do sentido e ser do humano*. Nuno Pereira. *Tese de doutoramento*, Filosofia (Filosofia Política), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/19929#:~:text=referenciar%20este%20registo%3A-,http%3A/hdl.handle.net/10451/19929,-T%C3%ADtulo%3A%C2%A0>

CASTANHEIRA, Nuno Pereira. Pode o pensar nos impedir de fazer o mal? uma questão de consciência. *Trans/Form/Ação* [online]. 2017, v. 40, n. 4 [Acessado 20 Outubro 2023], pp.

COSTA, Evandro da Fonseca. *Do ocaso do amor ao mundo ao amor mundi: singularidade e responsabilidade em Hannah Arendt – implicações ético-políticas*. 2020. Tese (Doutorado em Filosofia Integrada) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37997>

Correia ...[el al]. 1.^a ed. São Paulo: Edições 70. 2022 ISBN 978-65- 86618- 91-4

DIAS, Thiago Hannah Arendt contra a differentia specifica* * Este texto é um dos resultados de uma pesquisa financiada pelo CNPq e pelo DAAD. *Kriterion: Revista de Filosofia* [online]. 2018, v. 59, n. 141 [Acessado 11 Março 2022] , pp. 921-941. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-512X2018n14115td>>. ISSN 1981-5336. <https://doi.org/10.1590/0100-512X2018n14115td>.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os arquivos da repressão no Brasil e no Cone Sul: uma análise historiográfica. *Dimensões*, v. 41, jul.-dez. 2018, p. 230-251. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/21850/15643>

FERREIRA, A. Do isolamento à solidão: a novidade totalitária segundo o pensamento de Hannah Arendt. *FILOGÊNESE (MARÍLIA)* , v. 7(1), p. 83-94, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/7_adelinoferreira.pdf

FREI BETTO. Recuerdos de Cuba: à luz dos 52 anos de Revolução. *Estudos Avançados*, vol.25, no.72, São Paulo, maio/ago 2011, p.224. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/FkpjnT5DsfNMNTKPkqMzZxN/?lang=pt#> Acesso em 08 ago. 2023.

GONZAGA, A.; COUTO, D.A dicotomia do público/privado em Hannah Arendt e Jürgen Habermas: interações e reflexões a luz da teoria crítica contemporânea. *Complexitas – Ver. Fil. Tem.*, Belém, 2, n.2, p.18-33, jul/dec.2017 – ISSN: 2525-4154. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/articles/view/5460>

HEBERLEIN, Ann, *Arendt Entre o amor e o mal: uma biografia*, Tradução do sueco Kristin Lie Garrubo, São Paulo 2021.

LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso sobre a servidão voluntária / Étienne de La Boétie; tradução de Evelyn Tesche; introdução e notas de Paul Bonnefon. – São Paulo : Edipro, 2017.*

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. A atividade humana do trabalho [labor] em Hannah Arendt. Publicado primeiramente em São Paulo, na *Revista Ensaio*, n. 14 (1985), pp. 131-168. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/~tcalvet/A%20Atividade%20Humana%20do%20Trabalho%20em%20Arendt.pdf>

MATOS, Silvia Maria Santos; SANTOS, Antônio Carlos dos. O mundo comum: a questão ambiental em Hannah Arendt e Bruno Latour. *Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea – Volume V*, nº 1-2, 2017 – ISSN 2282-4219. Disponível em: https://www.rivistaquadranti.eu/riviste/06/Matos_e_dos_Santos_07.pdf

MELO, Kelvin Amorim de. Religião e sentimento de desamparo: uma análise política do pensamento de Ludwig Feuerbach. Orientador: Souza, Draiton Gonzaga de. Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/25881>

NAGAMINE, R.; VITALE, D. Repensando o espaço público em tempos de pandemia: Hannah Arendt, 60 anos depois de A condição humana. *Caderno CRH, [S. l.]*, v. 33, p. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/37905>

AGUIAR, Odílio Alves - *Trans/Form/Ação*, Marília, v.34, n.1, p.115-130, 2011 – <https://doi.org/10.1590/S0101-31732011000100007>

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. *Trans/Form/Ação* [online]. 2001, v. 24, n. 1 [Acessado 24 Março 2022], pp. 225-236. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31732001000100015>>. Epub 05 Set 2008. ISSN 1980-539X. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732001000100015>.

PASSOS, Fabio Abreu dos, o conceito de mundo em hannah arendt: um passo em direção à superação do hiato entre filosofia e política Repositório Institucional UFMG; Disponível em https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9HTJWT/1/tese_f_bio_passos_final.pdf.

PIRES, Joelma Lúcia Vieira Condi(a)ção Humana e Liberdade 1 1 <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000300003> . *Trans/Form/Ação* [online]. 2015, v. 38, n. 3 [Acessado 20 Abril 2022], pp. 25-42. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31732015000300003>>. ISSN 1980-539X. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732015000300003>.

RUBIANO, M. de M., & de Mattos Rubiano, M. (0AD). Liberdade em Hannah Arendt. <https://doi.org/10.11606/D.8.2011.TDE-09112011-145638>

SANTOS, S. V. A Relação Entre O Público E O Privado: Um Estudo Inicial No Pensamento De Hannah Arendt. *Revista Inter Ação, [S. l.]*, v. 37, n. 2, p. 223–236, 2012. DOI: 10.5216/ia.v37i2.20717. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/20717>.

SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)* / Sônia Maria Schio. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2006.

SILVA, R. G. de A. Introspecção em Hannah Arendt: Rahel Varnhagen, uma pária em busca do mundo. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), [S. l.]*, v. 25, n. 48, p. 231–258, 2018. DOI: 10.21680/1983-2109.2018v25n48ID14055. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/14055>. Acesso em: 17 maio. 2023.

SIMONA Forti. *Vida del espíritu y tiempo de la polis - Hannah Arendt entre filosofía y política*, Traducción de Irene Romera Pintor y Miguel Angel Vega Cernuda, ediciones catedra universitat de valencia inst ituto de la mujer 1996.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a banalidade do mal*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Bertolazo, Ivana Nobre - O conceito de espaço da aparência em *Hannah Arendt*, disponível em <https://facnpar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2019-08-22-15665188105111.pdf>, 2019

Saint-Exupéry, Antoine, *O Pequeno Príncipe*, 1943.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br